

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

GEORGE FELIPE REZENDES TADA

**DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO MATO
GROSSO DO SUL: ENTRE MUNICÍPIOS DINÂMICOS E
PERIFÉRICOS**

**CAMPO MOURÃO - PR
2026**

GEORGE FELIPE REZENDES TADA

**DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO MATO
GROSSO DO SUL: ENTRE MUNICÍPIOS DINÂMICOS E
PERIFÉRICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa

**CAMPO MOURÃO - PR
2026**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TADA, George Felipe Rezendes
Desenvolvimento geográfico desigual no Mato
Grosso do Sul: entre municípios dinâmicos e
periféricos / George Felipe Rezendes TADA. -- Campo
Mourão-PR, 2026.
158 f.

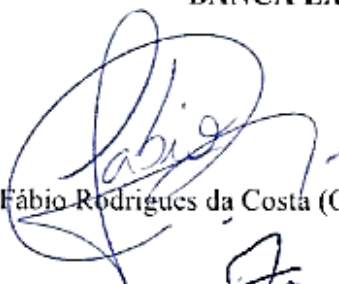
Orientador: Fábio Rodrigues da Costa.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e
Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do
Paraná, 2026.

1. Interdisciplinaridade. 2. Desenvolvimento. 3.
Municípios dinâmicos. 4. Municípios periféricos. 5.
Políticas públicas. I - Costa, Fábio Rodrigues da
(orient). II - Título.

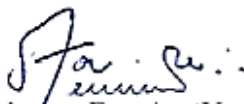
GEORGE FELIPE REZENDES TADA

**DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL NO MATO GROSSO DO SUL:
ENTRE MUNICÍPIOS DINÂMICOS E PERIFÉRICOS**

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa (Orientador)



Prof. Dr. Jorge Leandro Delconte Ferreira (Unespar)



Prof. Dr. Rogério Silveira Tonet (Unespar)

Documento assinado digitalmente



LAIS FERNANDA DE AZEVEDO SILVA

Data: 01/06/2026 13:40:25-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Laís Fernanda de Azevedo Silva (UEMS)

Data de Aprovação

21/05/2026

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Jorge Tada, e aos meus filhos, Helena e Lucas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família pelo apoio e suporte durante esses dois anos de viagens, distância, trabalho e dedicação à dissertação. Em especial, à minha esposa Gislaine e à minha querida mãe Guilhermina. Sem vocês, teria sido muito mais difícil.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Fábio, pelos ensinamentos e pelas conversas ao longo deste período e, principalmente, por ter aceitado caminhar comigo nesta pesquisa. Também agradeço aos demais professores do programa, aos técnicos administrativos e à coordenação do PPGSeD.

Agradeço, ainda, aos membros das bancas por terem aceitado o convite, analisado este trabalho e contribuído significativamente para seu aprimoramento: Prof. Jorge Ferreira, Prof. Rogério Tonet e Prof^a Dra. Laís Azevedo.

Ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Por fim, agradeço aos amigos que fiz durante esta jornada, pois tornaram minha rotina e minha vida mais leves.

Muito obrigado!

Éramos, ainda somos, um proletariado externo aqui posto para servir ao mercado mundial. Criá-lo foi a façanha e a glória das classes dominantes brasileiras, cujo empenho maior consistia, e ainda consiste, em nos manter nessa condição.

Darcy Ribeiro – O Brasil como problema

Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber

E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer
E ver que toda essa engrenagem
Já sente a ferrugem lhe comer

Ê, ô, ô, vida de gado
Povo marcado, ê!
Povo feliz!

Zé Ramalho - Admirável Gado Novo

TADA, George Felipe Rezendes. **Desenvolvimento geográfico desigual no Mato Grosso do Sul: entre municípios dinâmicos e periféricos**. 158f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2026.

RESUMO

O crescimento econômico registrado nos últimos anos no estado de Mato Grosso do Sul, impulsionado por uma conjuntura favorável e por investimentos em novos setores produtivos, suscitou os seguintes questionamentos: o processo ocorrido realmente se configurou em desenvolvimento ou houve apenas expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita*? Como ocorreu esse processo? Quais municípios/regiões foram beneficiados(as) e quais não foram? Dessa forma, a partir da ótica interdisciplinar e da metodologia quali-quantitativa, esta pesquisa teve como objetivo analisar como o processo de expansão econômica recente constatado no estado de Mato Grosso do Sul refletiu na formação e na estruturação de municípios desiguais. Para tanto, foram apresentados os referenciais teóricos acerca do conceito de desenvolvimento e da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, além das análises do processo histórico de formação territorial sul-mato-grossense e da estrutura econômica e sua evolução recente. Complementarmente, realizou-se análise comparativa de dados socioeconômicos a fim de avaliar avanços em dimensões para além da econômica. Por fim, o estudo apresentou o mapeamento dos municípios sul-mato-grossenses, classificados em quatro grupos, conforme o Indicador Geográfico de Desenvolvimento Municipal (IDGM). Conclui-se que, embora o estado tenha apresentado avanços na maioria dos indicadores socioeconômicos analisados, o processo mais se aproximou à modernização do que ao desenvolvimento, uma vez que permaneceu fortemente dependente da estrutura primário exportadora, ainda que se observe a expansão da indústria de transformação. Os municípios dinâmicos foram aqueles que oportunizaram condições para a instalação do capital, atraindo estabelecimentos comerciais, indústrias, gerando empregos, atraindo pessoas, transformando os territórios e gerando influência sobre outras regiões. Nos municípios periféricos, por sua vez, perpetuam as mesmas condições precárias que apenas a instalação do capital produtivo ou a força da mão visível do Estado poderão alterar.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, desenvolvimento, municípios dinâmicos, municípios periféricos, políticas públicas.

TADA, George Felipe Rezendes. **Uneven geographical development in Mato Grosso do Sul: between dynamic and peripheral municipalities.** 158f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2026.

ABSTRACT

The economic growth experienced in recent years in the state of Mato Grosso do Sul, driven by a favorable economic context and investments in new productive sectors, raised the following questions: Did this process actually constitute development, or did it merely result in the expansion of Gross Domestic Product (GDP) and GDP per capita? How did this process unfold? Which municipalities and regions benefited from it, and which did not? From an interdisciplinary perspective and employing a qualitative-quantitative research approach, this study aimed to analyze how the recent process of economic expansion in the state of Mato Grosso do Sul has influenced the formation and structuring of unequal municipalities. To this end, the study presents the theoretical foundations of the concept of development and the theory of uneven geographical development, together with an analysis of the historical process of territorial formation in Mato Grosso do Sul, as well as the state's economic structure and its recent evolution. In addition, a comparative analysis of socioeconomic data was conducted to assess progress across dimensions extending beyond economic performance. Finally, the study presents a mapping of the municipalities of Mato Grosso do Sul, classified into four groups according to the Municipal Geographic Development Indicator (MGDI). The findings indicate that, although the state has achieved improvements in most of the socioeconomic indicators analyzed, the process has been characterized more by modernization than by development, as it remains heavily dependent on a primary export-oriented economic structure, despite the expansion of the manufacturing sector. Dynamic municipalities were those that created favorable conditions for capital investment, attracting businesses and industries, generating employment opportunities, drawing population inflows, transforming their territories, and exerting influence over surrounding regions. Peripheral municipalities, in contrast, continue to face the same structural constraints, which are unlikely to be overcome without either the establishment of productive capital or the intervention of the visible hand of the State.

Keywords: Interdisciplinarity, development, dynamic municipalities, peripheral municipalities, public policies.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – ONU	38
Figura 2 - Localização do estado de Mato Grosso do Sul no território nacional	56
Figura 3 - Biomas de Mato Grosso do Sul	57
Figura 4 - Regiões Geográficas Imediatas de Mato Grosso do Sul.....	57
Figura 5 - Área do Território Federal de Ponta Porã.....	65
Figura 6 - Produto Interno Bruto per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul (em R\$) - 2023	108
Figura 7 - Espacialização dos municípios de Mato Grosso do Sul	114
Figura 8 - Região de influência de Campo Grande – capital regional A	117

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidades e áreas de estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul, de Unidades da Federação selecionadas e do Brasil em 2017 - em %.....	69
Tabela 2 - Utilização das terras de Mato Grosso do Sul em 2017 - em hectares e %	69
Tabela 3 - Taxa média de crescimento das atividades econômicas em Mato Grosso do Sul - 2023/2010 (em % a.a.).....	77
Tabela 4 - Quantidade de municípios sul-mato-grossenses conforme posição no ranking do PIB per capita nacional em 2010 e 2023	107
Tabela 5 - Distribuição da quantidade de municípios de Mato Grosso do Sul conforme classificação de desenvolvimento.....	112
Tabela 6 - Quociente Locacional de Campo Grande conforme IBGE Setor - 2024	118
Tabela 7 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico do município fortemente dinâmico de Mato Grosso do Sul - 2021.....	119
Tabela 8 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM de Campo Grande - 2022.....	120
Tabela 9 - Quantidade de municípios dinâmicos por Região Geográfica Imediata (RGI)....	120
Tabela 10 - Quociente Locacional dos municípios dinâmicos de MS conforme IBGE Setor - 2024.....	124
Tabela 11 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico dos municípios dinâmicos de Mato Grosso do Sul - 2021.....	125
Tabela 12 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM dos municípios dinâmicos - 2022	127
Tabela 13 - Quantidade de municípios intermediários por Região Geográfica Imediata.....	128
Tabela 14 - Quociente Locacional dos municípios intermediários de MS conforme IBGE Setor - 2024.....	132
Tabela 15 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico dos municípios intermediários de Mato Grosso do Sul - 2021	134
Tabela 16 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM dos municípios intermediários - 2022	137

Tabela 17 - Quantidade de municípios periféricos por Região Geográfica Imediata.....	138
Tabela 18 - Quociente Locacional dos municípios periféricos de MS conforme IBGE Setor - 2024.....	141
Tabela 19 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico dos municípios periféricos de Mato Grosso do Sul - 2021	141
Tabela 20 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM dos municípios periféricos - 2022	143

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 – Valor adicionado bruto (VAB) por atividade econômica de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 (2010=100)	78
Quadro 2 - Valor Adicionado Bruto dos setores econômicos em Mato Grosso do Sul - 2010 e 2023 (em valores correntes e em percentual)	80
Quadro 3 - Quantidade de vínculos das divisões CNAE das Indústrias de transformação em Mato Grosso do Sul - 2024.....	83
Quadro 4 - Dimensões, indicadores e fontes das variáveis que serão comparadas.....	89
Quadro 5 - Variações percentuais dos indicadores de Mato Grosso do Sul e do Brasil e variações nos rankings dos indicadores.....	104
Quadro 6 - Variáveis utilizadas na identificação de municípios periféricos.....	111
Quadro 7 - Pontuações para as classificações dos municípios.....	112

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente em Mato Grosso do Sul e Brasil – 1991, 2000, 2010 e 2022	58
Gráfico 2 - Participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Bruto de Mato Grosso do Sul em 2023 – em %.....	59
Gráfico 3 - Variação percentual do Produto Interno Bruto – Brasil e Unidades da Federação (2023/2022)	72
Gráfico 4 - Taxa média de crescimento anual do PIB das Unidades da Federação e Brasil entre 2010 e 2023 – em % a.a.....	73
Gráfico 5 - Participação das Unidades da Federação no PIB nacional de 2010 em ordem decrescente – em %	73
Gráfico 6 - Participação das Unidades da Federação no PIB nacional de 2023 em ordem decrescente – em %	74
Gráfico 7 - Variações nas participações das Unidades da Federação no PIB nacional de 2023 em ordem decrescente – em p.p.....	74
Gráfico 8 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 – em %	75
Gráfico 9 - Dez principais produtos (subposição SH6) exportados por Mato Grosso do Sul em anos selecionados – em % do valor total exportado	81
Gráfico 10 - Exportações de soja e de pastas químicas de madeira de Mato Grosso do Sul para a China - 2010 a 2025 (em toneladas)	84
Gráfico 11 - Razão entre o PIB per capita e a média do PIB per capita as Unidades da Federação - 2010.....	86
Gráfico 12 - Razão entre o PIB per capita e a média do PIB per capita as Unidades da Federação - 2023.....	86
Gráfico 13 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$ por mês) – 2012 e 2023	91
Gráfico 14 - Proporção de pessoas de 14 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais (em %) – 2012 e 2023.....	91
Gráfico 15 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (em %) – 2012 e 2023	92

Gráfico 16 - Participação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com nível superior (em %) – 2012 e 2023.....	93
Gráfico 17 - Taxa de mortalidade até cinco anos de idade (óbito por mil) – 2010 e 2022	93
Gráfico 18 - Quantidade mensal média de médicos (médicos por 10 mil habitantes) – 2010 e 2024.....	94
Gráfico 19 - Número de leitos para internação (leitos por 10 mil habitantes) – 2010 e 2024.....	95
Gráfico 20 - Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (em %) – 2010 e 2022	95
Gráfico 21 - Participação de pessoas com 25 anos ou mais de idade e nível superior (em %) – 2016 e 2024	96
Gráfico 22 - Emissões líquidas de gases do efeito estufa (em MtCO ₂ e) – 2010 e 2024.....	96
Gráfico 23 - Percentual de pessoas cujo lixo domiciliar não é coletado (em %) - 2016 e 2024	97
Gráfico 24 - Taxa de óbitos por armas de fogo (por 100 mil habitantes) – 2010 e 2022.....	98
Gráfico 25 - Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) – 2010 e 2023.....	98
Gráfico 26 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (em %) - 2012 e 2024	99
Gráfico 27 - Índice de Gini – 2012 e 2024	100
Gráfico 28 - Razão entre os rendimentos médios da população ocupada com os maiores rendimentos (10%) e os menores rendimentos (40%) – 2012 e 2023	100
Gráfico 29 - Proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (em %) – 2019 e 2023	101
Gráfico 30 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (óbitos por 100 mil habitantes) – 2010 e 2022	102
Gráfico 31 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto de Campo Grande em 2021 – em %	117
Gráfico 32 - Saldo de empregos formais em Campo Grande por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024.....	119
Gráfico 33 - Quantidade de municípios dinâmicos conforme população residente – 2022 ..	121
Gráfico 34 - Quantidade de municípios dinâmicos conforme PIB per capita - 2023.....	122
Gráfico 35 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto dos municípios dinâmicos de MS em 2021 – em %.....	123
Gráfico 36 - Saldo de empregos formais nos municípios dinâmicos por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024.....	126

Gráfico 37 - Quantidade de municípios intermediários conforme população residente - 2022	129
Gráfico 38 - Quantidade de municípios intermediários conforme PIB per capita – 2023	130
Gráfico 39 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto dos municípios intermediários de MS em 2021 – em %	131
Gráfico 40 - Saldo de empregos formais nos municípios intermediários por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024.....	135
Gráfico 41 - Quantidade de municípios periféricos conforme população residente - 2022 ..	139
Gráfico 42 - Quantidade de municípios periféricos conforme PIB per capita – 2023	139
Gráfico 43 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto dos municípios periféricos de MS em 2021 – em %	140
Gráfico 44 - Saldo de empregos formais nos municípios periféricos por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024.....	142

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	22
2.1 Desenvolvimento: um conceito em movimento	22
2.2 A teoria do desenvolvimento geográfico desigual	41
3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO DO SUL	55
3.1 Apontamentos iniciais	55
3.2 Formação do estado de Mato Grosso do Sul	60
3.3 Desenvolvimento ou modernização?	71
3.3.1 Para além do PIB	87
4 MATO GROSSO DO SUL E O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL	105
4.1 Apontamentos iniciais	105
4.2 Metodologia e base de dados	109
4.3 Resultados e discussões	112
4.3.1 Fortemente dinâmico	115
4.3.2 Dinâmicos	120
4.3.3 Intermediários	127
4.3.4 Periféricos	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICES	155

1 INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul registrou taxas de crescimento econômico acima das taxas brasileiras nos últimos anos. Entre 2010 e 2022 o Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul cresceu à taxa média de 2,33% a.a., enquanto que o PIB brasileiro cresceu à taxa média de 0,91% a.a., conforme taxa de crescimento calculada a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). Esse crescimento permitiu que o PIB de Mato Grosso do Sul passasse de 1,22% do PIB nacional em 2010 para 1,65% em 2022, classificando-o como o 15º maior PIB do país. Observou-se que o maior crescimento ocorreu no setor primário durante o período 2010-2022, com crescimento médio de 3,37% a.a., enquanto que o setor secundário cresceu à taxa média de 2,15% a.a. e o setor terciário cresceu 1,68% a.a. no período.

Conforme dados do PIB dos Municípios (IBGE, 2025b), em 2010 havia apenas 1 município sul-mato-grossense com PIB *per capita* entre os 100 maiores do país, enquanto que em 2023 foram contabilizados 4 municípios. Entre os 200 maiores PIB *per capita* do Brasil, passou de 3 municípios em 2010 para 12 municípios em 2023. Já entre os 500 maiores PIB *per capita* do país, eram 12 municípios sul-mato-grossenses em 2010 contra 31 em 2024. Portanto, percebe-se um grande avanço econômico no Mato Grosso do Sul com reflexos econômicos em vários de seus municípios.

Os economistas frequentemente utilizam o PIB *per capita* como indicador de desenvolvimento econômico. Segundo Bresser-Pereira (2006), o processo de desenvolvimento geralmente está atrelado a uma mudança estrutural da economia, que ocorre juntamente com o aumento da renda *per capita*. Entretanto, como aponta Oliveira (2002), desenvolvimento é um processo complexo de transformações econômicas, políticas, humanas e sociais que permitem atender as necessidades do ser humano (como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc.).

Esses indicadores retratam a evolução econômica do estado de Mato Grosso do Sul, que passou de uma economia baseada na agropecuária e na extração de erva-mate até o início do século XX para uma economia agroexportadora de soja, milho e celulose, um século depois. Entretanto, com o avanço econômico constatado nos indicadores, questiona-se: as expansões do PIB e PIB *per capita* no período recente refletiram realmente no processo de desenvolvimento?

Embora os indicadores sinalizem um avanço em termos econômicos, com possível redução das desigualdades entre as suas regiões, o que se observa é que apesar dos grandes avanços nos indicadores dos últimos anos, alguns municípios sul-mato-grossenses não parecem ter se desenvolvido. Por outro lado, outros pequenos municípios apresentaram grande dinamicidade em termos econômicos, principalmente após as instalações de grandes plantas industriais. Portanto, é nítido o contraste entre municípios que apresentaram forte expansão econômica e, não muito distante, municípios estagnados, que muitas vezes registraram evolução no PIB *per capita*, mas convivem com uma situação de atrasos econômico e social.

Com base no referencial marxista e com foco na dimensão espacial do desenvolvimento, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual será utilizada como base teórica para esta pesquisa. Segundo Dallabrida (2017), os principais expoentes são David Harvey e Neil Smith. A abordagem de Harvey busca compreender o funcionamento do capitalismo e seus reflexos nos espaços geográficos, mostrando como sua dinâmica de acumulação pode gerar desigualdades entre as regiões. De acordo com Harvey (2005), decorrente das decisões localizacionais específicas tomadas pelos capitalistas, a geografia da produção é moldada em configurações espaciais distintas.

Segundo Costa (2013), na visão do geógrafo Neil Smith, o desenvolvimento desigual é uma marca da Geografia do Capitalismo. É a tentativa de descobrir os padrões e processos que fundamentam as desigualdades geográficas do desenvolvimento no sistema de produção capitalista. O capital realiza o movimento “em vaivém” em busca das maiores taxas de lucro possíveis, ou seja, a mobilidade do capital em busca do lucro produz o processo de desenvolvimento desigual. Tal assunto será aprofundado no transcorrer da dissertação.

Considerando os pontos elencados sobre o crescimento econômico de Mato Grosso do Sul refletido nos avanços do PIB e PIB *per capita*, e considerando a perspectiva da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, algumas questões orientarão esta pesquisa, quais sejam: i) como o processo histórico de formação de Mato Grosso do Sul influenciou no seu desenvolvimento e/ou na sua modernização?; ii) houve desenvolvimento no Mato Grosso do Sul ou apenas modernização e expansão econômica refletidas no PIB?; iii) o desenvolvimento e/ou a modernização nos municípios de Mato Grosso do Sul ocorreu de forma desigual?; iv) quais municípios mais se beneficiaram do desenvolvimento e/ou da modernização nas últimas décadas e quais menos se beneficiaram?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar como o processo de expansão econômica recente constatado no estado de Mato Grosso do Sul refletiu na formação e estruturação de municípios desiguais. Para tal, são propostos quatro objetivos específicos: i)

debater o conceito de desenvolvimento e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual; ii) compreender os processos histórico e econômico de formação do estado de Mato Grosso do Sul; iii) classificar os municípios de Mato Grosso do Sul em quatro grupos (fortemente dinâmico, dinâmico, intermediário e periférico); iv) analisar indicadores sociais e econômicos dos municípios de Mato Grosso do Sul.

As justificativas para a realização desta pesquisa enquadram-se em três categorias: científica, social e pessoal. Sob a ótica científica, a realização deste trabalho acrescentará uma nova visão na interpretação do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, visto que não há trabalhos e análises a partir da teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Nesse aspecto, vale destacar a possibilidade de utilizar a metodologia formulada por Costa (2013), de forma adaptada, para o mapeamento dos municípios de Mato Grosso do Sul. De cunho social, constitui em uma interpretação crítica do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, alternativa para as visões do *mainstream* econômico, contribuindo para a formação de opinião social mais crítica e qualificada. Por fim, de cunho pessoal, o mestrado na área de concentração sociedade e desenvolvimento possibilitará bases científicas e conhecimento teórico para o exercício de minha profissão, como técnico-administrativo (economista) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa serão análise bibliográfica e análise estatística descritiva, ambas apoiadas na metodologia quali-quantitativa. Conforme Ramos (2013), os métodos quantitativos nas ciências sociais são utilizados para analisar três propósitos básicos dos fenômenos da realidade social: i) descrever e/ou comparar dados estatísticos de grupos sociais, realidades, contextos ou instituições; ii) verificar os efeitos da oscilação de variáveis independentes em variáveis dependentes; e iii) inferir resultados para uma população a partir da pesquisa realizada em uma amostra. Já Martins (2004) aponta que uma das principais características da pesquisa qualitativa é a flexibilidade que o pesquisador poderá trabalhar, principalmente quanto à coleta de dados. Segundo a autora, as ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos e não podem ser reproduzidos em laboratório e submetidos ao controle com as melhores condições.

Para a revisão bibliográfica serão realizadas pesquisas nas bases da SciELO – Brasil e do Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES acerca dos temas (palavra-chave) desenvolvimento, desenvolvimento geográfico desigual e formação do estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, serão tratadas as obras clássicas dos principais autores que trabalharam com o desenvolvimento geográfico desigual. Nessa etapa, o objetivo é apresentar os conceitos

fundamentais sobre os temas, além de expor as pesquisas já realizadas sobre o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

A estatística descritiva será utilizada na análise comparativa dos indicadores socioeconômicos do estado de Mato Grosso do Sul, dados que serão tratados e apresentados em tabelas e quadros (a partir de planilhas eletrônicas). Por fim, como uma das propostas do trabalho é a adaptação da metodologia de Costa (2013), será feito o mapeamento dos municípios de Mato Grosso do Sul utilizando o software Qgis e a análise das principais características dos quatro grupos de municípios mapeados.

A abordagem interdisciplinar norteará a elaboração da presente pesquisa. A incapacidade da investigação somente sob a ótica de uma disciplina resultou da necessidade do tratamento interdisciplinar. Com as modificações geopolíticas e culturais ocorridas principalmente nos séculos XIX e XX, atualmente uma sociedade globalizada, de riscos e do conhecimento, mostra-se “complexo e sua complexidade solicita [...] recursos e procedimentos que ultrapassem os limites da ciência disciplinar descontextualizada da realidade histórico/política/econômica” (Bicudo, 2008, p.144).

Conforme Morin (2003), a hiperespecialização impede de ver o global, bem como o essencial, de forma que o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender o complexo. Existe complexidade quando os componentes que constituem o todo (econômico, político, sociológico, psicológico, etc) são inseparáveis e existe um sistema interativo e interdependente entre as partes e o todo. Portanto, o todo é mais do que a soma das partes.

Conforme apontou Prado Júnior (1999), a análise econômica que se priva do embasamento histórico se mostra insuficiente para a análise da totalidade do fenômeno, geralmente expressa em termos matemáticos, utiliza métodos específicos de alto nível de abstração.

A análise econômica, como decorrência de sua própria natureza e estilo de trabalho, e privada de uma suficiente perspectiva histórica, irá ocupar-se do assunto com seus métodos específicos e exclusivos, e por isso altamente insuficientes para a abordagem e consideração dele em seu conjunto e totalidade (Prado Júnior, 1999, p. 20).

Esta pesquisa procura na interdisciplinaridade apoio metodológico para responder às questões complexas que envolvem o conceito de desenvolvimento. Conforme apontado anteriormente, uma visão apenas “economicista” não seria capaz de analisar todas as nuances do que vem a ser considerado como desenvolvimento e como esse fenômeno ocorreu e ocorre no território. É preciso ousar avançando numa visão mais holística. Para tanto, optou-se pelas

abordagens da Economia, principalmente suas vertentes da Economia Política, e da Geografia (a fundamentação teórica da teoria do desenvolvimento geográfico desigual).

Para atender aos objetivos propostos, esta pesquisa está estruturada nesta introdução e mais três seções, contendo discussões teóricas, metodológicas e a análise crítica do objeto de estudo e, por fim, as considerações finais.

A segunda seção intitulada “Uma introdução ao conceito de desenvolvimento” objetiva debater o conceito de desenvolvimento e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Para tanto, encontra-se estruturada em duas subseções denominadas “Desenvolvimento: um conceito em movimento” e “a teoria do desenvolvimento geográfico desigual”.

O conceito de desenvolvimento perdurou por muito tempo como sinônimo de crescimento econômico. Mas, após a II Guerra Mundial, ocorreram muitas mudanças na geopolítica mundial, principalmente com o advento do neoliberalismo (Harvey, 2014). As inclinações de volta para o viés mais conservador/ortodoxo da visão econômica e de mundo inseriram outras perspectivas para o entendimento do que é desenvolvimento, no qual a necessidade de industrialização foi parcialmente superada.

Para Oliveira (2002), a busca desenfreada pelo crescimento econômico como necessidade para o desenvolvimento gerou graves danos para a humanidade. Assim, as questões sociais, ambientais, territoriais e culturais também entraram na pauta de discussão com relação ao desenvolvimento, fato que será tratado no transcorrer da seção.

Enquanto que, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual busca explicar como ocorre a produção do espaço a partir da dinâmica capitalista. De acordo com Dallabrida (2017, p. 117), a teoria busca apontar “[...] como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdade entres os territórios e regiões”.

A terceira seção intitulada “Formação territorial de Mato Grosso do Sul” tem por objetivo compreender o processo histórico, geográfico e econômico de formação e desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, encontra-se estruturada em três subseções, sendo uma a apresentação, outra intitulada “Formação do estado de Mato Grosso do Sul” e a última subseção denominada “Desenvolvimento ou modernização?”.

Para tanto, será realizada pesquisa bibliográfica sobre a formação de Mato Grosso do Sul, a partir de uma abordagem histórica do processo. Missio e Rivas (2019) realizaram interessante trabalho sobre a formação econômica de Mato Grosso do Sul sob perspectiva histórica, que justificaram devido à carência de análises capazes de elucidar os aspectos das formações histórica e econômica. Os autores se basearam nas ideias de dois intérpretes brasileiros: Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Em síntese, a formação de Mato Grosso do Sul

e seu desenvolvimento somente passaram de forma efetiva por volta da década de 1830, principalmente para a criação de gado bovino e, posteriormente, com a erva-mate. Apenas com o processo de industrialização do país no século XX e a dinâmica da região Sudeste, principalmente do estado vizinho São Paulo, por questões históricas, políticas e econômicas, houve impacto no desenvolvimento da região Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul.

Na subseção “Desenvolvimento ou modernização?” serão apresentados indicadores socioeconômicos do Mato Grosso do Sul e comparados com a média e a mediana das demais unidades da federação, além da evolução no período recente (após 2010), conforme a disponibilidade dos dados. Os indicadores analisados estão agrupados nas dimensões econômico, saúde, educação, ambiental, violência e social. O propósito em comparar estes indicadores é verificar como estão os índices do estado do Mato Grosso do Sul quando comparados com o restante do país, considerando o avanço econômico dos últimos anos.

A quarta seção, intitulada “Mato Grosso do Sul e o desenvolvimento geográfico desigual” procura responder aos objetivos classificar os municípios de Mato Grosso do Sul em quatro grupos: fortemente dinâmico, dinâmico, intermediário e periférico e expor os perfis dos municípios e mapeá-los, utilizando uma adaptação da metodologia proposta em Costa (2013). Considerando que o objeto da pesquisa de Costa (2013) foi o estado do Paraná e seus municípios, foi necessário fazer adaptações quanto ao banco de dados utilizado, visto a indisponibilidade dos dados para os municípios de Mato Grosso do Sul nas mesmas fontes da pesquisa utilizada como base. Por fim, os resultados encontrados a partir do mapeamento foram discutidos na subseção seguinte, na qual foram apresentados os municípios pertencentes a cada grupo, bem como suas principais características.

A interpretação das possibilidades de desenvolvimento e, mesmo o entendimento dos entraves para tal, são questões fundamentais em nossa sociedade capitalista contemporânea. Por isso, é relevante que se faça reflexões sobre as ações que estão acontecendo em Mato Grosso do Sul, no sentido de representarem a perpetuação do atraso ou a mudança para um novo horizonte de prosperidade e desenvolvimento. Tudo isso remete ao estudo de questões complexas, não automáticas, que a interdisciplinaridade poderá trazer contribuições.

2 UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Esta seção tem como objetivo debater o conceito de desenvolvimento e a teoria do desenvolvimento geográfico desigual. Ao longo do tempo, a relevância do tema desenvolvimento variou conforme a corrente de pensamento dominante na época que passou a ter maior destaque em estudos e políticas públicas principalmente no período do após Segunda Guerra Mundial. Com a virada liberal introduzida no final do século XX, as políticas voltadas para o crescimento econômico perderam espaço e várias visões sobre o que é desenvolvimento foram inseridas no debate.

Já a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, principalmente pelos textos de Neil Smith e David Harvey, busca explicitar o modo de funcionamento do sistema capitalista e como sua dinâmica afeta diretamente a formação e a destruição da paisagem. Teoria, na qual esta pesquisa se apoia para identificar os níveis de desenvolvimento no território sul-mato-grossense, como será analisado mais adiante, na Seção 3.

2.1 Desenvolvimento: um conceito em movimento

De acordo com Siedenberg (2006), desenvolvimento é um conceito ambíguo e difuso, ou seja, um conceito que ainda não está definitivamente delineado e estabelecido. Para melhor entendê-lo é necessário um breve resgate histórico partindo da Idade Moderna até a Idade Contemporânea¹.

Para Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento foi um processo histórico, um fenômeno que ocorreu primeiro nos países ou Estados-nação que realizaram sua revolução capitalista na Europa. Esse processo estava relacionado ao acúmulo de capital e ao progresso técnico, resultando no aumento de produtividade e, conseqüentemente, na expansão da renda *per capita*, possibilitando aumentos de salários e padrão de consumo da sociedade. Assim, o conceito de desenvolvimento está intimamente relacionado ao surgimento do capitalismo no início da Idade Moderna. É sob esta perspectiva que deve ser observado. Segundo o autor, os impérios egípcio, romano e chinês foram prósperos durante um longo período, entretanto, não conheceram o desenvolvimento econômico, pois o fenômeno ocorreu somente em Estados-

¹ A Idade Moderna começa em 1453, com a queda de Constantinopla e termina em 1789. A idade Contemporânea começa em 1789, com a tomada da Bastilha durante a Revolução Francesa e vai até os dias atuais.

nações em que acumulação de capital, lucro, trabalho assalariado, consumo, inovação e produtividade fazem sentido, ou seja, num mundo capitalista (Bresser-Pereira, 2006).

Na história do pensamento econômico, especialmente a partir da corrente mercantilista, datada aproximadamente entre 1500 e 1776, a ideia de progresso e desenvolvimento estava atrelada ao acúmulo de metais preciosos. O período anterior ao ano de 1500 foi marcado por pouco comércio, sendo que a maioria dos produtos produzidos eram consumidos na própria comunidade. Os Estados nacionais não estavam completamente constituídos, assim como o dinheiro e o crédito não eram amplamente utilizados (Brue, 2011).

Somente após o início das grandes explorações geográficas, a partir do desenvolvimento da navegação, se observou o declínio da comunidade feudal e o surgimento do sistema capitalista comercial. Além da busca por superávits comerciais, o mercantilismo promoveu o nacionalismo, a colonização e a monopolização do comércio colonial, o forte controle central e a oposição a pedágios, a impostos e outras restrições internas sobre transporte de bens, contribuindo definitivamente para o desenvolvimento econômico (Brue, 2011).

Em oposição aos mercantilistas surgiram na França os economistas denominados fisiocratas, corrente de pensamento que vigorou por duas décadas, na segunda metade do século XVIII, a partir da publicação de Quesnay em 1756. O ponto principal dessa escola estava na supervalorização da agricultura como única fonte de riqueza. Para eles apenas a produção agrícola gerava valor, enquanto que a indústria e o comércio dependiam da dinâmica daquele setor (Brue, 2011).

Segundo Souza (2007), os fisiocratas propuseram uma conduta liberal do estado e transferiram a importância do comércio para a produção (agrícola). As principais ideias dos fisiocratas podem ser resumidas nos seguintes pontos: i) aumento do investimento na agricultura para impulsionar o restante da economia; ii) redução do consumo de bens de luxo para não afetar a demanda e investimentos na agricultura; iii) eliminação de restrições das exportações para manutenção interna dos preços agrícolas; iv) redução da carga tributária aumentaria a renda disponível para os consumidores, mantendo a demanda por produtos agrícolas e estimulando sua produção e a economia como um todo (Souza, 2007).

Já no final do século XVIII, em meio à Revolução Industrial, foi publicada a obra de Adam Smith, conhecida como *A Riqueza das Nações*, de 1776. Denominado fundador da escola clássica, influenciou o pensamento econômico a partir das ideias de *laissez-faire*, harmonia dos interesses e da divisão do trabalho. Segundo Brue (2011), para Adam Smith havia na economia algo como uma mão invisível que direcionaria as escolhas dos agentes econômicos. Considerava uma economia competitiva, com a presença de vários produtores e sem poder de

mercado, de modo que a menor intervenção estatal era desejada, pois o próprio mercado chegaria a uma posição benéfica tanto para o indivíduo quanto para o interesse coletivo. Argumentou que não seria da benevolência dos agentes (do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro) que conseguiriam adquirir seus bens de consumo, mas do interesse de cada agente na busca de seu interesse próprio (o lucro, no caso dos produtores).

No capitalismo, os produtores oferecem seus produtos e os consumidores buscam a maior quantidade no menor preço possível. É nesse caos que a mão invisível equilibra as forças de oferta e demanda e emerge daí o bem social. Smith também identificou que, para a produção máxima e o crescimento da economia, a divisão do trabalho seria benéfica, pelas seguintes razões: i) o aumento da produtividade quando se realiza simples tarefas ao invés de todas as fases do processo produtivo pelo mesmo trabalhador; ii) economia de tempo, já que na falta de um trabalhador, outro poderá assumir suas funções já que as tarefas são simples e repetitivas; e iii) a inserção de maquinário (capital) poderá aumentar a produtividade (Brue, 2011).

Schacht (1999) observou a impossibilidade de seguir os princípios clássicos da doutrina do livre comércio após a realização de seus estudos sobre os mercantilistas, pois ficou claro que a economia não possuía nada de ciência abstrata. Segundo o ex-ministro da economia alemã nos anos 1934 a 1937, a hegemonia inglesa esteve apoiada na disseminação do pensamento econômico clássico, entretanto, somente a partir da consolidação daquele país em potência industrial que os economistas ingleses difundiram as ideias clássicas do livre mercado. Assim, a “[...] chamada economia clássica deve seu longo reinado à propaganda brilhante com que os professores de economia ingleses ofuscaram as cabeças continentais” (Schacht, 1999, p. 448-449).

É possível observar que desde as primeiras escolas o desenvolvimento estava associado à ideia de crescimento econômico. Os mercantilistas estavam preocupados com seus fluxos comerciais positivos e pelo acúmulo de metais preciosos. Os fisiocratas consideravam a agricultura como único setor produtivo capaz de impulsionar a economia, sendo que os demais setores eram estéreis. Os clássicos se preocupavam em como aumentar a produtividade e a disponibilidade de produtos, para isso Smith recomendava a divisão do trabalho e o investimento em capital. De acordo com Brue (2011, p. 6), “[...] um grupo de pensadores e profissionais liberais perguntava qual a melhor forma de um país acumular ouro e prata. Os clássicos era como aumentar a produção. Keynes era como evitar depressões e alto desemprego”.

De acordo com Minsky (2013), a principal obra de Keynes foi escrita em decorrência da Grande Crise de 1929, em que um “[...] colapso financeiro desencadeou uma grande queda

no nível da atividade produtiva, no nível de emprego e nos preços dos ativos” (Minsky, 2013, p.131). O Brasil, por exemplo, sendo o maior produtor mundial de café, adotou medidas de regulação de estoques e controle de oferta. Conforme Furtado (2007), observada a queda brusca do preço internacional do café e não havendo horizonte para comercialização do excedente da produção, foi efetivada a retirada de parte do café colhido para destruí-lo, mantendo assim, o equilíbrio entre oferta e demanda a um preço mais elevado. Dessa forma, “[...] a política de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a procura efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia” (Furtado, 2007, p.274).

Apenas após a Grande Crise de 1929 houve a ruptura com o pensamento clássico do *laissez-faire*. Em 1936 foi publicada a grande obra do economista John Maynard Keynes, Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. O período vivido pelo economista inglês confrontou a realidade de uma economia em recessão e alto desemprego dos anos 1930, com as teorias econômicas clássicas, a lei de Say e a autorregulação da economia com pleno emprego. Segundo Minsky (2013), a incapacidade da teoria econômica padrão (clássica) da época em oferecer uma explicação à queda da bolsa e aos efeitos colaterais reproduzidos na economia real, além de uma fundamentação teórica capaz de responder sobre a instabilidade do sistema capitalista, resultou na Teoria Geral de Keynes.

O grande declínio da economia norte-americanas de 1929 a 1933 envolveu uma sequência de crises nos mercados financeiros e uma onda de falências e desemprego. Naqueles anos, um processo gradual de falências de empresas bancárias e não bancárias foi pontuado por intervalos nos quais essas quebras ocorreram de forma mais pronunciada. Como resultado, tornou-se claro para os economistas que era preciso buscar uma melhor compreensão das razões pelas quais a economia capitalista era tão propensa a flutuações. A pesquisa sobre ciclos de negócios havia sido uma atividade destacada ao longo da década de 1920, dando início a uma grande variedade de abordagens sobre o tema. Houve uma corrida em busca de uma nova teoria, que foi vencida por Keynes (Minsky, 2013, p. 128).

Para Dowbor (2022), foi preciso uma crise mundial da economia capitalista para que se tomasse consciência de que não bastava apenas produzir (lado da oferta), era necessário garantir o consumo (lado da demanda) para fechar o ciclo de acumulação de capital.

Segundo Keynes (1983), seria possível o equilíbrio entre oferta agregada e demanda agregada com situação abaixo do pleno emprego (compatível com a existência de desemprego estrutural), fato não admitido pela teoria clássica em que a oferta gera a sua própria demanda em igual magnitude e todos os fatores são eficientemente empregados. O pensamento keynesiano se fortaleceu após constatarem que as livres forças de mercado não eram capazes

de estabelecer o equilíbrio de pleno emprego; e a intervenção estatal, por meio das políticas fiscal e monetária, poderia ser utilizada para promover a recuperação econômica e auxiliar no combate à insuficiência de demanda.

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada do pleno emprego (Keynes, 1983, p. 256).

Para Prebisch (1998), a tese de Keynes era simples e categórica. A tendência ao desemprego decorre de um defeito de ajuste do sistema. Nas economias industriais, quando a renda cresce, a poupança também cresce, entretanto, pode ocorrer dos investimentos não crescerem paralelamente ao volume da poupança; e as taxas de juros não caírem o suficiente para estimular novas inversões. A insuficiência de investimentos significa insuficiência de demanda e insuficiência de demanda significa desemprego. Dessa forma, conclui, é “[...] preciso provocar deliberadamente o crescimento dos investimentos, até que a demanda seja suficiente para absorver toda a oferta que provém do pleno emprego das forças produtivas” (Prebisch, 1998, p. 19-20).

De acordo com Kugelmas (2007), na época da publicação da Teoria Geral, Keynes estava no auge de sua influência intelectual e política. A obra de Keynes, embora tenha alterado as referências do pensamento econômico, entre outros aspectos, pela necessidade de intervenção estatal para correção das falhas de mercado, não se ocupou diretamente às questões relacionadas ao desenvolvimento. Entretanto firmou as bases de influência para que futuros pesquisadores iniciassem os estudos dos países chamados, nas décadas seguintes, de países em atraso.

Para Prado Júnior (1999), o estudo do desenvolvimento, que coube primeiramente aos economistas pelas circunstâncias da prática político-social e econômica, resultou da investigação dos ciclos econômicos e, por conseguinte, nas análises dos ciclos destacou-se o papel das flutuações das inversões (investimentos). Esse entendimento ocorreu após a publicação da Teoria Geral de Keynes, pouco antes do início da II Guerra Mundial, mas foi a partir da década de 1950 que ganhou envergadura.

O conceito de desenvolvimento foi sendo construído no transcorrer do tempo, assim, existem diferentes interpretações a depender da época e do espaço. O conceito de

desenvolvimento obteve relevância internacional a partir da década de 1950. A interpretação economicista do termo, ainda presente em algumas análises, restringiu o significado associando-o unicamente ao conceito de crescimento econômico. Conforme Oliveira (2002), a busca desenfreada pela industrialização e pelo crescimento econômico fez o mundo concentrar seus esforços na expansão daquilo que conhecemos atualmente como Produto Interno Bruto (PIB), transformando o crescimento do PIB, principalmente a partir da industrialização, em meio e fim do desenvolvimento, relegando a segundo plano a qualidade de vida da população.

Souza (2007) concorda que não há uma definição universal aceita para o termo desenvolvimento. Segundo o autor, há pelo menos duas correntes de economistas que se distinguem quanto à conceituação de desenvolvimento. Uma de aspiração mais teórica interpreta crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Entre estes estão os teóricos de tradição neoclássica, como os modelos de Meade e Solow, e os de inspiração keynesiana, como Harrod, Domar e Kaldor. Estes teóricos entendem que um país ou região é menos desenvolvido à medida que não utilizam eficientemente todos os seus recursos disponíveis e crescem menos do que as regiões desenvolvidas.

A segunda corrente, ainda segundo Souza (2007), é composta por economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse, os quais elaboraram uma análise mais próxima à realidade das economias ditas subdesenvolvidas. Para esses autores, o crescimento econômico aparece como uma simples variação do produto, ou seja, o aumento quantitativo da produção (PIB). Já o desenvolvimento engloba uma evolução estrutural da economia, transformando-a eficientemente, passando de uma situação arcaica para a modernidade e, principalmente, resultando em na melhoria da qualidade de vida da população (Souza, 2007).

De acordo com Bresser-Pereira (2006), a utilização dos termos desenvolvimento e crescimento econômico como sinônimos está atrelada ao fato de que o desenvolvimento, portanto, a mudança estrutural da economia e na sociedade, ocorrer juntamente com o crescimento da renda per capita. Segundo o autor, apenas em países produtores de petróleo foi possível um aumento da renda *per capita* sem a devida mudança estrutural na economia. Por outro lado, Kugelman (2007) argumenta que analisar desenvolvimento sob a perspectiva política é não aceitar desenvolvimento econômico e crescimento econômico como sinônimos. Desenvolvimento econômico trata de temas mais amplos, como a transformação estrutural da economia, além de questões de cunho social e político, questões não debatidas quando analisado o crescimento econômico em si. Assim, é perfeitamente possível a expansão do crescimento econômico com pouco desenvolvimento, casos em que o crescimento da economia reforça as estruturas já existentes e concentra a renda gerada. Portanto, nas palavras do autor, “[...] o

crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento pleno propriamente dito” (Kugelmas, 2007, p.10).

Para Oliveira (2002), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo, que envolve mudanças estruturais de caráter econômico, político, humano e social. Dessa forma, não pode ser lido apenas como variação positiva no produto nacional, mas deve haver crescimento econômico revertido para a atender as mais diversas necessidades e garantir a melhoria da qualidade de vida da população.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (Oliveira, 2002, p. 40).

Para o economista Celso Furtado, o conceito de desenvolvimento esteve atrelado à ideia de progresso, a partir de Adam Smith. Segundo Furtado, o pensamento clássico atrelou o aumento da produção como ponto crucial para a melhoria de vida, assimilando o aumento da produtividade com o ganho de bem estar social. Entretanto, essa perspectiva perdeu força e atualmente o entendimento de desenvolvimento está vinculado a uma série de indicadores sociais e econômicos, que vão da mortalidade infantil ao exercício das liberdades cívicas (Biderman, Cozac e Rego, 1996).

Segundo Furtado (2002), o desenvolvimento verdadeiro seria aquele em que o conjunto da população se beneficia. No caso brasileiro, afirmou o economista, não houve desenvolvimento, apenas modernização, pois crescimento econômico sem o transbordamento dos benefícios ao conjunto da população resulta apenas em desigualdade.

Hoje o Brasil tem uma renda dez vezes maior do que tinha quando comecei a estudar esses problemas, mas tem também maiores desigualdades, e os pobres continuam igualmente pobres. Cabe a pergunta: houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada (Furtado, 2002, p. 21).

Ao conceito de modernização, Furtado (2024) se refere ao processo de consumo de bens sofisticados que uma parcela mínima da população tem acesso sem que o sistema produtivo interno esteja relacionado ao correspondente processo de acumulação de capital e progresso técnico de produção. Em outras palavras, “[...] há a adoção de novas formas de vida, imitadas

de outras sociedades que, estas, se beneficiam de autêntica elevação de produtividade física” (Furtado, 2002, p. 77). Dessa forma, seria possível identificar sociedades altamente desiguais, em que uma pequena parte da população consome do mesmo estilo de vida daquele encontrado (importado) nos países de renda alta, fruto da alta concentração de renda, enquanto a maior parcela populacional sofre das mazelas decorrentes da pobreza e da desigualdade.

Em âmbito internacional, segundo Oliveira (2010), em abril de 1945 foi publicada a Carta das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco, documento considerado de maior importância na época quanto às questões relacionadas ao desenvolvimento. Surgia ali um documento que tratava desenvolvimento não apenas de cunho econômico, mas em sua visão mais ampla. O documento “[...] primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo” (Oliveira, 2010, p. 39).

O estudo da teoria do desenvolvimento também ganhou força a partir da problemática do subdesenvolvimento, ou seja, do distanciamento encontrado nos níveis econômicos e sociais que uma pequena quantidade de poderosas nações capitalistas se encontrava frente ao insuficiente ritmo de crescimento econômico na maior parte dos países. A tese inversionista ganhou posição central no estudo do tema.

E bem recentemente, no decênio posterior à II Guerra Mundial, toda esta matéria da dinâmica econômica do capitalismo concluiu e se concentrou particularmente na problemática, de tão sombrias cores políticas e sociais, apresentada pelo considerável e crescente desnível econômico entre um insignificante grupo de grandes e poderosas potências capitalistas líderes do progresso moderno e em acelerado enriquecimento, e de outro lado o restante e grande maioria da humanidade cujo insuficiente ritmo de crescimento econômico a distanciava cada vez mais daqueles elevados índices e padrões (Prado Júnior, 1999, p. 19-20).

Cardoso (2018) listou nove pioneiros no estudo do desenvolvimento econômico que fundamentaram o pensamento desenvolvimentista no período pós-1945, em estudos sobre a condição de subdesenvolvimento e na prescrição de políticas para sua superação: i) Paul Rosenstein-Rodan; ii) Hans Singer; iii) Ragnar Nurkse; iv) Arthur Lewis; v) Albert Hirschman; vi) Gunnar Myrdal; vii) Michal Kalecki; viii) Raúl Prebisch, e; ix) Celso Furtado. Cabe ressaltar alguns pontos sobre alguns teóricos listados.

Considerado como o primeiro autor a tratar do assunto, Paul Rosenstein-Rodan, teorizou acerca da questão do subdesenvolvimento de algumas nações no contexto da II Guerra Mundial e do pós guerra. Rosenstein-Rodan identificou a tendência da industrialização em algumas

regiões de renda mais elevada e que se deixadas livremente às forças de mercado apenas aumentaria o hiato de desenvolvimento e na desigualdade distributiva entre as regiões. Para sua superação, sugeriu a realização de uma política de industrialização de um grande bloco de investimentos, conhecido como teoria do grande impulso, que deveria ser coordenado pelo Estado. Quanto mais diversificado setorialmente fossem os investimentos em bloco, maiores as chances da efetividade do desenvolvimento (Cardoso, 2018).

Hans Singer escreveu sobre a tendência à deterioração dos termos de troca das nações primário-exportadoras. Conforme apontou Cardoso (2018), as diferenças estruturais entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas poderiam levar à queda dos preços relativos dos bens primários (países subdesenvolvidos) frente ao preço dos bens manufaturados (países desenvolvidos). Para essa superação, seria necessário o planejamento dos investimentos para a indústria, alterando a matriz produtiva dos países subdesenvolvidos.

Raúl Prebisch e Celso Furtado chegaram a conclusões muito próximas. A principal crítica de Prebisch era destinada à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, que dizia que as nações que possuísem vantagens comparativas na produção de bens primários deveriam se especializar na produção desses bens e não avançar no processo de industrialização, pois o comércio internacional com países produtores de bens industriais traria ganhos a todos os participantes. A deterioração dos termos de troca dos países primário-exportador, países periféricos, faria deles prisioneiros do subdesenvolvimento (Cardoso, 2018).

Assim como Prebisch, Furtado foi uma das principais referências do pensamento econômico latino-americano, de abordagem estruturalista. Para o economista, segundo Cardoso (2018), o conceito de desenvolvimento está na concepção daquilo que supera o crescimento econômico, já que é necessário a satisfação das múltiplas necessidades do conjunto econômico nacional. Assim, Furtado também entende que o desenvolvimento passa por uma mudança estrutural na economia. Entretanto, observa que as economias subdesenvolvidas tendem a emular padrões de consumo superiores por meio de suas classes de renda alta, resultado da influência e imitação do padrão de consumo das nações desenvolvidas. Essa condição resulta numa modernização da estrutura produtiva para bens capital-intensivo, de modo que a sociedade se moderniza antes do desenvolvimento econômico. Denomina desenvolvimento periférico o padrão de consumo de uma minoria, cujo estilo de vida, influenciado pela cultura dos países de renda alta e onde o desenvolvimento se apoiou no progresso tecnológico importado dos países centrais. Para sair da armadilha do subdesenvolvimento faz-se necessário não apenas a industrialização, mas também a realização de reformas estruturais ou de base, que alterem a estrutura de poder e a apropriação dos excedentes econômicos (Cardoso, 2018).

Segundo Kugelmas (2007), os teóricos do desenvolvimento do pós-guerra possuíam alguns traços comuns quanto às propostas de suas pesquisas: i) possuíam a visão crítica quanto à teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio internacional; ii) desconfiança na ideia da eficiência do mercado e a necessidade de intervenção estatal para resgatar os interesses de desenvolvimento e; iii) a necessidade da mudança estrutural da economia, principalmente na industrialização.

No Brasil, alguns intelectuais teorizaram sobre o desenvolvimento e sobre o atraso (subdesenvolvimento), dentre eles o próprio Celso Furtado, Francisco de Oliveira e Darcy Ribeiro. Para Furtado (2024), como destacado anteriormente, o subdesenvolvimento é um processo histórico específico, que tem suas raízes na junção do processo interno de exploração e processo externo de dependência. Com o surgimento de novos padrões de consumo, a imitação pela fração rica demandará maior concentração de renda e, para que isso ocorra, necessitará da elevação da taxa de exploração interna. Já a dependência externa está relacionada à realocação dos recursos visando a maximização das vantagens comparativas estáticas do comércio exterior. O subdesenvolvimento é, portanto, um aspecto do capitalismo industrial, que cresceu e se difundiu desde o seu surgimento, o que impossibilita pensar uma economia subdesenvolvida fechada, já que isolá-la seria colocar “[...] de lado, desde o início, o problema fundamental da natureza das relações externas de tal economia” (Furtado, 2024, p. 110). Os países atualmente conhecidos pelo subdesenvolvimento são aqueles que não se desenvolveram, mas se modernizaram.

Na interpretação de Oliveira (2013b), o conceito de subdesenvolvimento, pautado na visão dualista de um setor atrasado e outro moderno, em oposição um ao outro, não se sustentava. A visão dual e oposicionista seria substituída por outra que enxerga uma simbiose, uma “unidade de contrários”, em que o moderno setor cresce e se alimenta da existência do atrasado. O subdesenvolvimento não seria uma etapa em que as economias recém iniciadas no sistema capitalista deveriam atravessar para se tornarem economias desenvolvidas. Nas palavras de Oliveira (2013b, p 32), o “[...] subdesenvolvimento é precisamente uma produção da expansão do capitalismo”. Oliveira (2013b) entendeu que o subdesenvolvimento não poderia ser superado, passando para o estágio de país desenvolvido, visto que as condições de subdesenvolvimento e desenvolvimento são faces da mesma moeda. Um só existe porque se alimenta do outro e caminham juntos pelo mesmo interesse: a manutenção dos benefícios das classes dominantes. Costa (2022) pontua que, considerando que desenvolvimento e subdesenvolvimento são produtos do mesmo sistema, não seria possível “[...] dentro das bases contraditórias estabelecidas pelo capitalismo, estender o desenvolvimento para todos o espaço

mundial, visto que é o próprio modelo de desenvolvimento capitalista que produz o subdesenvolvimento” (Costa, 2022, p. 89-90).

Assim, também interpreta Ribeiro (2015), que argumentou que o processo de evolução das nações no curso da história não derivava da subida, “passo a passo”, pela mesma escada progressiva. Nas palavras do autor, “[...] não há nações avançadas configurando o que seja o futuro das retrógradas. Nem nações atrasadas repetindo passos passados das adiantadas” (Ribeiro, 2015, p. 55). O processo de evolução e desenvolvimento é resultado do domínio autônomo e criativo do saber e da tecnologia. Assim serão determinados os países avançados e os arcaicos.

[...] no curso dos processos civilizatórios, umas poucas sociedades se avantajam sobre as outras, graças ao domínio autônomo e criativo do saber e da tecnologia do seu tempo, e impõem sua suserania sobre as outras, formando impérios. As demais sociedades ou se isolam, paralisadas num mundo arcaico, ou são submetidas à dominação colonial e à dependência dos novos polos imperiais (Ribeiro, 2015, p. 55).

O diagnóstico de Ribeiro (2015) para o atual estado de desenvolvimento brasileiro não reside em questões naturais ou ao povo brasileiro. Segundo o autor, “O que é ruim em nós, e o tem sido secularmente, são nossas elites infecundas e infiéis” (Ribeiro, 2015, p. 76). O Brasil tem se utilizado desse “sistema perverso e pervertido de gastar gente” para atender às demandas externas e não para o desenvolvimento e bem estar da população. Ou seja, o país sempre foi utilizado para atender às necessidades externas, seja como exportador de produtos primários (do pau-de-tinta à soja e minério) ou como mero mercado consumidor para os produtos do exterior.

Não nos esqueçamos de que o Brasil foi formado e feito para produzir pau-de-tinta para o luxo europeu. Depois, açúcar para adoçar as bocas dos brancos e ouro para enriquecê-los. Após a independência, nos estruturamos para produzir algodão e café. Hoje, produzimos soja e minério de exportação. Para isso é que existimos como nação e como governo, sempre infiéis ao povo engajado no trabalho, sofrendo fome crônica, sempre servis às exigências alheias do mercado internacional (Ribeiro, 2015, p. 47).

Para Carvalho e Gala (2020), ser um país desenvolvido significa possuir a competência e dominar a tecnologia avançada capaz de produzir bens complexos. A produção de bens de alta tecnologia possibilita a plena independência do país do ponto de vista econômico, permitindo um ambiente mais próspero e dinâmico, além de possibilitar remunerações mais elevadas, visto que a necessidade de mão de obra qualificada para o desenvolvimento das

atividades produtivas. Assim, o processo de desenvolvimento não é setor-neutro, ou seja, o que se produz importa. Como apontado pelos autores, produzir bananas não possui a mesma tecnologia e complexidade que produzir chips de computadores. Essa diferença de competências possibilita ao país que está na fronteira tecnológica manter vantagens comerciais e econômicas sobre os demais países especializados na produção de bens de baixa tecnologia.

Para Dowbor (2022), os “trinta anos gloriosos” do pós-guerra foram frutos do sucesso do *Welfare State*, ou do Estado de bem-estar. Durante esse período, os países ricos tiveram um equilíbrio da capacidade de produção e demanda social, da dinâmica empresarial e do investimento público, que resultou na social-democracia. A dinâmica foi obtida por um sistema tributário progressivo que permitiu equilíbrio social e, por um Estado executor de políticas públicas, que realizou intervenções em infraestrutura e garantiu acesso aos serviços de saúde, educação e segurança para o bem-estar das famílias.

Durante cerca de 30 anos, entre os anos de 1930 e 1960, especialmente nos países do norte global, não houve turbulência financeira de grandes proporções. Esse período, com o bom funcionamento da economia, praticamente a pleno emprego, inflação relativamente estável e progresso social através da política de Estado de bem-estar, em certa medida ajudou no ressurgimento das ideias econômicas de que o sistema capitalista, por suas forças de mercado funcionando livremente, tenderiam ao pleno emprego. No entanto, essas teorias não levam em conta a existência de elementos chave numa economia monetária de produção, assim como os pós-keynesianos denominam, como a existência da moeda, do tempo e das incertezas (Minsky, 2013).

Isso, de certa forma contribuiu para ressuscitar doutrinas econômicas que sustentavam que uma economia capitalista, pelo seu próprio funcionamento normal, tenderia para o pleno emprego. Essa crença foi reforçada pelo surgimento de uma economia matemática que “provou o teorema” de que um mecanismo de mercado descentralizado levaria a resultados coerentes. Entretanto, a prova do teorema residia em suposições extremas que desconsideravam a existência de moeda, do tempo, das incertezas e de ativos de capital dispendiosos, ou seja, no suposto de uma economia abstrata que difere essencialmente da economia do mundo real (Minsky, 2013, p. 50).

De acordo com Dowbor (2022), com o avanço da matematização de seus métodos, os economistas criaram vários modelos para explicar o funcionamento de um mundo eficientemente organizado, com empresas maximizando lucros e consumidores maximizando suas escolhas. A economia, que antes era política, virou ciência, com a tentativa de se igualar às ciências da natureza, como a física e a química, à medida que seus métodos não considerem

mais as possíveis relações e interferências de variáveis sociais, sempre funcionando em *coeteris paribus*. Dowbor (2022) conclui que o neoliberalismo nasceu a partir dos inúmeros modelos criados pelos economistas, que: “[...] baseados na simplificação de que não há sociedade, e sim indivíduos, e de que os indivíduos podem ser resumidos a maximizadores de vantagens individuais, tornando-se previsíveis. A economia política virou ‘ciência econômica’” (Dowbor, 2022, p.25).

Harvey (2014) classificou o neoliberalismo como uma teoria “[...] que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (Harvey, 2014, p. 12). Assim, abandona o papel intervencionista do Estado, cujo papel passa a ser o de preservar uma estrutura institucional a fim de garantir as liberdades citadas acima, assumindo apenas as atividades ditas de estado, como funções militares, defesa, polícia e legais, visto que se entende que o Estado não possui as informações de mercado suficientes para agir eficientemente quando comparado aos entes privados.

O neoliberalismo surgiu como um projeto político para o restabelecimento das condições de acumulação de capital e da manutenção do poder das elites econômicas. Enquanto todos, proprietários e trabalhadores, ganhavam com o crescimento econômico durante o período pós-guerra, não houve pressões para alteração na estrutura de remuneração/lucros. Entretanto, com o colapso da economia nos anos 1970, as classes altas precisaram agir para a manutenção do *status quo*.

Uma condição do acordo do pós-guerra em quase todos os países era que o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do bolo econômico. [...] Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma eram poucos dividendos e lucros, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. [...] As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica (Harvey, 2014, p. 25).

A teoria neoliberal ganhou respeito após dois economistas dessa corrente ganharem o prêmio Nobel de economia, Friedrich Hayek em 1974 e Milton Friedman em 1976. Mas foi em 1979 que teve início a virada neoliberal. Naquele ano, Margareth Thatcher foi eleita primeira ministra na Grã-Bretanha com a missão de curar a economia da estagflação. Adotou o pensamento monetarista para política econômica, ou seja, a volta do entendimento econômico

pelo lado da oferta. O significado seria uma mudança nas políticas fiscais e sociais, com o fim das instituições e práticas de um Estado social-democrata que vigoravam no país desde o fim da II Guerra Mundial (Harvey, 2014).

No mesmo ano, do outro lado do Atlântico, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve dos EUA, abandonou as políticas keynesianas e rumou para uma política de contenção da inflação a qualquer custo, sem medir as consequências para o emprego. O governo Reagan apoiou politicamente as medidas monetaristas de Volcker por meio de desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional. Volcker realizou a subida nos juros, que chegou perto dos 20% em termos nominais em 1981, mantendo a taxa real de juro positiva, esta que com frequência foi mantida negativa nos anos 1970. Essa política tinha potencial de levar países vulneráveis à inadimplência e o México foi o primeiro, decretando moratória em 1982-1984. A partir de então, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial se tornaram centros de propagação do receituário da ortodoxia liberal (Harvey, 2014).

O Consenso de Washington, como ficou conhecido, patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ocorrido na cidade de Washington, EUA, em novembro de 1989, teve como objetivo propor políticas econômicas para os países latino americanos com objetivos de modernizar os parques produtivos, acabar com a pobreza e garantir desenvolvimento sustentado (Oliveira, 2012). Entretanto, as políticas recomendadas pelo Consenso deixavam de lado os aspectos estruturais e conjunturais das economias periféricas e simplesmente aplicavam o receituário ortodoxo convencional.

Na verdade, o “Consenso de Washington”, um receituário neoliberal de política econômica recomendado para países que se defrontavam com fortes desequilíbrios em suas economias (mas não adotado, em seus principais termos, pelos países desenvolvidos), ignorou as raízes das crises que sobre eles se abateram (choques do petróleo, aumento exacerbado das taxas de juros dos EUA nos anos 80, elevado endividamento externo etc.), e atribuiu sua responsabilidade ao gigantismo do aparelho estatal, ao fechamento de suas economias e à implementação de políticas econômicas anacrônicas. E sugeriu para a superação de seus problemas – e como fórmula para sua modernização – o modelo de economia de mercado, a abertura e desregulamentação de suas economias e a retirada do Estado da vida econômica, com a redução da carga tributária, avanço dos programas de privatização e abandono das políticas regionais e sociais (Oliveira, 2012, p. 66-67).

Assim, fica nítida a mudança do entendimento de desenvolvimento do período imediatamente posterior ao ano de 1945, quando se viveu em um Estado de *Welfare State* (especialmente nos países ricos no norte global), com a busca de pleno emprego e

industrialização dos países menos avançados economicamente, para uma sociedade individualizada, com a mínima presença do Estado, que preconiza a liberdade individual e a propriedade privada, ocorrido com a virada neoliberal a partir dos anos 1980.

No início da década de 1990 surgiu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH é fruto da abordagem do economista Amartya Sen. O desenvolvimento humano, como ficou conhecida a abordagem do economista indiano, teve origem na década de 1970 e se baseava na ideia de que o desenvolvimento estava relacionado ao aumento das liberdades individuais. Para a condição de liberdade proposta por Sen, são necessárias as seguintes características: i) presença de oportunidades que permitam o alcance dos objetivos; ii) autonomia para tomar decisões e; iii) ausência de intromissão (Mariano, 2019).

Para Sen (2010) a concepção correta de desenvolvimento deveria ir além da acumulação de riqueza e do crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento não deve ser resumido ao crescimento econômico, mas estar relacionado com a melhora de vida e com a liberdade pessoal. A liberdade almejada por Sen está relacionada à ideia de que o indivíduo possa desfrutar da capacidade de tomar as próprias decisões, expandindo suas capacidades e tornando a vida mais rica e completa.

[...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (Sen, 2010, p. 29).

O IDH, inspirado na visão de liberdade como desenvolvimento de Sen (2010) e dentro de um contexto internacional de expansão das ideias neoliberais, foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e foi publicado pelo PNUD, cuja principal função é o combate à pobreza por meio da troca de conhecimentos, experiências e recursos. O PNUD também disponibiliza uma série de indicadores e o IDH é o mais importante deles. O IDH é um índice composto, ou seja, agrega vários indicadores na sua estrutura, pois é resultado da concepção de desenvolvimento humano e deve ser avaliado de forma multidimensional. É composto pelas dimensões padrão de vida, educação e saúde e seu cálculo é obtido pela média geométrica dos índices, que consiste na raiz cúbica do resultado da multiplicação deles (Mariano, 2019).

Pela relativa simplicidade de cálculo e obtenção dos dados, podendo ser facilmente entendido e replicado, o IDH recebeu grande aceitação, inclusive de gestores públicos para implantação das políticas públicas, garantindo a longevidade do índice. Apesar do sucesso conquistado, o IDH foi alvo de críticas, principalmente por não levar em consideração aspectos importantes da vida real, como as condições ambientais, situação política e desigualdade de renda (Mariano, 2019).

Outro assunto importante que entrou na agenda relacionada ao desenvolvimento foi a questão ambiental. Em 1987 foi publicado o relatório conhecido como Relatório Brundtland, com o título “Nosso futuro comum”, no qual foi apresentado um conceito de desenvolvimento sustentável, em que define desenvolvimento como o processo de satisfação das necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de produção e satisfação das gerações futuras, o que significa dizer da existência da produção sem a destruição dos recursos naturais (Mariano, 2019).

No Rio de Janeiro, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), conhecida como Eco-92, foi proposta a Agenda 21, documento que refletia e propunha um plano de ação para a resolução dos problemas socioambientais. Em 1997 houve a assinatura do Protocolo de Quioto, no Japão, em que os países se comprometeram a reduzir a emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

Em 2000, foram propostos pela ONU os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), compostos de oito objetivos que a humanidade deveria alcançar até 2015 para o desenvolvimento sustentável: i) acabar com a fome e a miséria; ii) atingir o ensino básico universal; iii) igualdade entre os sexos e valorização da mulher; iv) reduzir a mortalidade infantil; v) melhorar a saúde das gestantes; vi) combater a AIDS, malária e outras doenças; vii) oportunizar uma melhor qualidade de vida e maior respeito ao meio ambiente e; viii) conscientizar a todos para que trabalhem pelo desenvolvimento (Mariano, 2019). No entanto, os resultados obtidos ficaram abaixo das expectativas estabelecidas.

Em 2015, de acordo com Mariano (2019), na conferência Rio+20, os objetivos do ODM foram revisados e atualizados para um novo conjunto de objetivos: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os objetivos e metas foram discutidos e endossados por 194 líderes mundiais, totalizando 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030. Os objetivos atuais da ODS são: i) acabar com a pobreza; ii) acabar com a fome, garantir a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável; iii) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar; iv) assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade; v) alcançar igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas; vi) garantir disponibilidade e manejo

sustentável de água potável e saneamento básico; vii) garantir energia limpa e acessível; viii) garantir crescimento econômico sustentável; ix) construir uma infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; x) reduzir as desigualdades; xi) tornar as cidades e comunidades inclusos, seguros, resilientes e sustentáveis; xii) assegurar produção e consumo sustentáveis; xiii) tomar medidas contra a mudança climática e seus impactos; xiv) conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos; xv) proteger e promover o uso sustentável da terra, combater a desertificação e reverter a degradação e a perda da biodiversidade; xvi) promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantindo acesso à justiça a todos e instituições eficazes e; xvii) fortalecer os meios de implementação para o desenvolvimento sustentável (Mariano, 2019). A Figura 1 apresenta os ODS propostos pela ONU.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – ONU



Fonte: Nações Unidas Brasil (2025).

O desenvolvimento sustentável foi alvo de críticas ao tentar conciliar o referido conceito com o atual modo de produção capitalista, que tem em sua essência o consumismo e a degradação do meio ambiente, em busca da realização ilimitada dos lucros. De acordo com Vizeu et al (2012), houve a disseminação da ideia dessa harmonia entre produção e meio ambiente, propagada pelos veículos de comunicação de massas, apoiadas pelo setor empresarial e aplicadas pelos Estados capitalistas. Foi sustentado que a atividade empresarial orientada pela lógica do desenvolvimento sustentável seria aquela que gerava lucro sendo socialmente justa e ambientalmente correta, o que ficou conhecido como *triple bottom line* (3BL): *profits, people,*

*planet*². Entretanto, quando exposta sua essência, nada mais apresenta do que uma ambígua relação, de combinação improvável, pois o sistema capitalista presume a acumulação e reprodução do capital e, para isso, é necessária a realização da produção e consumo, cada vez maior, consumo desenfreado que aparece como sinônimo de prosperidade.

Assim, a ideia de desenvolvimento sustentável, que atualmente se apresenta como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desconsidera em sua abordagem teórica e nas suas limitações práticas as características essenciais do modo de produção capitalista, entre elas a visão do ambiente natural apenas como recurso econômico para abastecer o crescimento e a exploração da força de trabalho como base para a obtenção de mais valor (mais-valia). Com isso, atingir a totalidade das suas metas torna-se tarefa praticamente irrealizável.

Uma corrente chamada pós-desenvolvimento se afirmou a partir de 1992, trazendo críticas ao conceito de desenvolvimento. Segundo Kugelmas (2007), a abordagem pós-desenvolvimentista nega radicalmente a possibilidade de desenvolvimento e o entende como uma falácia destrutiva, especialmente após a virada neoliberal, como forma de pensamento hegemônico no campo político e econômico.

De acordo com Amaro (2017), existem três principais críticas ao conceito de desenvolvimento: i) é uma forma de dominação do capitalismo como modo de produção e modelo de sociedade, visto que dissemina as ideias de industrialização e crescimento econômico para obtenção do progresso, a espelho dos países europeus e nações replicadoras, como os EUA; ii) é um instrumento de dominação colonialista, pois está baseado nos valores culturais e interesses geoestratégicos dos países do Ocidente (norte global), impondo aos demais povos os valores a serem seguidos para serem considerados desenvolvidos; iii) ferramenta de dominação patriarcal, pois é um conceito que impõe desigualdade e dominação de gênero, atribuindo às mulheres papel subordinado e desqualificado na sociedade. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento deveria ser abandonado ou ressignificado, abrindo caminho para novos conceitos com bases nas influências e valores do sul global.

Segundo Costa (2022), o conceito de desenvolvimento atualmente empregado parte de uma visão eurocêntrica, resultante da modernidade ocidental, que traz consigo os valores e os costumes daquelas sociedades, desprezando as especificidades e particularidades dos diferentes países e regiões. Essa visão de desenvolvimento está associada ao entendimento de que é

² Três pilares do desenvolvimento sustentável: lucro, pessoas e planeta (em tradução livre). De acordo Mariano (2019), o conceito de desenvolvimento sustentável integra aspectos econômicos (lucros), sociais (pessoas) e ambientais (planeta). O autor ressalta que há uma discussão para a inclusão de outras dimensões no tripé, como a cultural e tecnológica, entretanto, ainda sem consenso para esta ampliação.

necessário atingir o crescimento econômico, principalmente via processo de industrialização, que é fruto de uma interpretação linear (baseado em um modelo causa-consequência) e evolucionista do processo (único caminho a ser percorrido, por etapas de desenvolvimento). Fica evidente quem são os reais beneficiários dessa concepção de desenvolvimento proposto pelo capitalismo liberal: “uma minoria historicamente já privilegiada, que concentra a riqueza à custa da miséria, da violência, da corrupção, do egoísmo e da destruição do meio ambiente” (Costa, 2022, p.20).

Costa (2022) ressalta que para trazer um novo significado para o termo desenvolvimento será necessário abandonar as definições liberais, pautado no crescimento econômico ilimitado, desregulado e a todo custo, rompendo com “[...] a linearidade, com o etapismo, com o economicismo, com o evolucionismo e com o eurocentrismo” (Costa, 2022, p.110). Para tanto, indicou seis dimensões do desenvolvimento necessárias para abordagem na busca de uma visão holística: dimensão social, dimensão econômica, dimensão política, dimensão territorial, dimensão ambiental e dimensão cultural.

O conceito de desenvolvimento, diante de todo o exposto, não poderia se limitar ao mero crescimento econômico, ou seja, apenas na variação quantitativa de alguma variável, geralmente o PIB *per capita*. É mais do isso, é sobretudo qualidade de vida. Desenvolvimento é questão interdisciplinar. O uso de um único ponto de vista torna míope a complexidade do fenômeno. Entretanto, o conceito só floresceu com o advento do capitalismo e é nessa sociedade que devemos refletir e interpretar. A dissociação do conceito de desenvolvimento com a sociedade capitalista atual, que vivemos no mundo real, é analisar algo sem levar em consideração as variáveis que a influenciam. Como também se mostra inviável não considerar a história e os acontecimentos mais importantes da época para entender como e por que as coisas são como elas são.

Uma análise crítica do processo de desenvolvimento tomou corpo a partir do final do século 20, nos anos 1980, com os trabalhos de Harvey e Smith. A teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual firma-se como alternativa na interpretação crítica do processo de desenvolvimento dos territórios, não desprezando sua carga histórica, bebendo de fontes marxistas, traz consigo a dinâmica e a expansão capitalista como pilares teóricos. Em termos gerais, a teoria procura explicar como a dinâmica capitalista influencia e transforma os espaços geográficos, considerando o capital que sempre está em busca da realização de lucros. Essa movimentação cria regiões desenvolvidas e regiões marginalizadas e/ou periféricas. Cria prosperidade em alguns lugares e mantém pobreza em outros. Dessa forma, formação desigual dos espaços se concretiza ao estampar na paisagem dos territórios os interesses do capital.

2.2 A teoria do desenvolvimento geográfico desigual

De acordo com Theis (2009), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual se constitui como “[...] tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países” (Theis, 2009, p. 245). Ressalta que não se trata apenas de desigualdade socioeconômica entre os espaços geográficos, mas da desigualdade gerada especificamente pelo capitalismo. Segundo o autor, a configuração espacial gerada pelo desenvolvimento desigual se apresenta como paradoxo, uma vez que a constituição geográfica do capitalismo serve tanto para o desenvolvimento do sistema quanto para a sua negação, a ponto de superá-lo.

Segundo Dallabrida (2017), os principais expoentes desta teoria são os geógrafos David Harvey e Neil Smith, ambos de linha marxista. O primeiro elaborou uma abordagem teórica que busca “[...] compreender o funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, principalmente, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios e regiões” (Dallabrida, 2017, p. 117). O segundo utilizou do recurso analítico das escalas com o objetivo de espacializar a economia política e, assim, compreender o processo capitalista de produção do espaço, analisando o caráter espacial do desenvolvimento desigual. Ambos apresentaram visões críticas da forma que o capitalismo impacta na formação dos espaços no mundo contemporâneo (Dallabrida, 2017). Vejamos alguns pontos teóricos que auxiliarão na compreensão dos fenômenos objeto de investigação desta pesquisa.

Smith (1988) ressaltou que o desenvolvimento das comunidades pré-capitalistas também ocorreu de forma desigual, entretanto, não da mesma forma que ocorreu no capitalismo. A diferenciação por base nas diferenças da natureza, como no caso da Geografia Comercial, só poderia explicar a fase inicial das localizações produtivas, ou seja, a interpretação da divisão do trabalho conforme as disponibilidades de matérias-primas, recursos naturais ou outro fator natural só poderia explicar o impulso inicial da atividade produtiva, mas não o seu desenvolvimento subsequente. Além disso, as inovações e avanços nas áreas de comunicação e de transportes permitiram que as barreiras relacionadas à distância fossem derrubadas, ou reduzidas, favorecendo a expansão das forças produtivas para todos os locais onde o capital vislumbrasse viabilidade. Concluiu Costa (2013) que assim foi possível garantir maior fluidez espacial e temporal, de modo que as condições naturais não estabelecessem mais a divisão

territorial do trabalho, representando apenas “[...] herança e relíquia de organizações pretéritas” (Costa, 2013, p. 84).

No modo de produção capitalista, a sociedade é dividida em pelo menos duas classes: os detentores do capital (meios de produção) e os trabalhadores (que vendem sua força de trabalho para garantia da sobrevivência). Além dos meios de produção, os trabalhadores são privados, inclusive, dos bens que produzem. A remuneração recebida pela classe trabalhadora “[...] representa somente uma fração do exato valor produzido durante um dia de trabalho” (Smith, 1988, p.86). Assim, no sistema capitalista, os trabalhadores vendem sua mão de obra aos donos do capital em troca de uma remuneração com valor inferior ao total produzido por eles, sendo o excedente apropriado pela classe dominante (geração de mais-valor). Expropriados dos modos de produção, os trabalhadores são dependentes do reinvestimento de parte do valor excedente para geração de emprego, de modo a produzir mais, tornando a acumulação pela acumulação uma necessidade social (Smith, 1988).

De acordo com Harvey (2013), nesta sociedade a produção segue a forma de circulação D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro) de Marx, que começa e termina com a mesma mercadoria, sendo a única motivação para isso conquistar uma quantidade maior no fim do que no início: D-M-(D+ΔD). Assim, “O dinheiro é lançado em circulação para fazer mais dinheiro – um lucro” (Harvey, 2013, p. 57). Smith (1988) considera como característica essencial do sistema capitalista o fato da produção não existir para a satisfação das necessidades em geral, mas tão somente para a necessidade em particular da geração de lucros. “Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir dessa etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza” (Smith, 1988, p. 94). Portanto, conforme destacou Smith (1988), nada permanecerá intacto, pois onde o capital avistar a possibilidade de auferir lucro, ele transformará o espaço e a natureza.

Em sua tendência constante para acumular quantidades cada vez maiores de riqueza social sob o seu controle, o capital transforma a face do mundo inteiro. Nenhuma pedra feita por Deus permanece no lugar, nenhuma relação original com a natureza permanece inalterada, nenhum ser vivo deixa de ser afetado (Smith, 1988, p. 20).

A dinâmica no modo de produção capitalista tem como regra apenas a acumulação pela acumulação, ou seja, a produção e a circulação de mercadorias com o propósito final da apropriação dos excedentes monetários pelos donos do capital. Mas o processo de acumulação depende de algumas condições: i) da existência de mão de obra excedente, chamado de exército de reserva industrial; ii) da existência de meios de produção que possibilitem a produção

(máquinas, matérias-primas, infraestrutura) e; iii) da existência de demanda efetiva para absorção das quantidades crescentes de bens produzidos (Harvey, 2005).

Segundo Harvey (2013), para cumprir o seu destino, o capital circula em três fases básicas: na primeira como dinheiro, na segunda como processo de trabalho e na terceira como mercadoria material. Na primeira fase, o capitalista atua como comprador de mercadorias, inclusive da força de trabalho vendida pelos trabalhadores. Na segunda fase, o capitalista atua como organizador da produção. Na terceira, e última fase, o capitalista atua como vendedor da mercadoria produzida no processo anterior. A circulação do capital pressupõe a passagem de uma fase para outra sem a perda de valor, entretanto, as “[...] translações não são automáticas, e as diferentes fases são separadas tanto no tempo como no espaço” (Harvey, 2013, p. 141).

O capital monetário deve ser realizado por meio da produção; o capital produtivo deve ser realizado na forma de mercadoria; e as mercadorias devem ser realizadas como dinheiro. Essa realização não é conseguida automaticamente porque as fases de circulação do capital são separadas no tempo e no espaço (Harvey, 2013, p. 142).

É a existência do dinheiro (ou moeda³, no sentido keynesiano) que permite essa separação no tempo e espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de crises de realização. Harvey (2013) afirma que “[...] é o dinheiro que possibilita essa separação, pois uma pessoa que acabou de vender não tem a obrigação imediata de comprar, podendo, em vez disso, guardar o dinheiro” (Harvey, 2013, p. 139). Essa interpretação vai ao encontro da teoria da não neutralidade da moeda dos pós-keynesianos⁴, pois a posse de moeda como refúgio ao ambiente

³ A moeda serve como unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor (Cardim de Carvalho, 2006).

⁴ Essa é a concepção de Keynes, de que numa economia monetária de produção, a moeda afeta as variáveis reais tanto no curto quanto no longo prazos. A moeda não é considerada apenas um facilitador de transações, mas como um ativo. A própria insuficiência de demanda efetiva e uma eventual depressão com desemprego deve-se ao papel da moeda. A demanda por moeda “[...] repousa na consideração da importância da *incerteza* que cerca o futuro para indivíduos que vivem em uma economia moderna, baseada na propriedade privada dos meios de produção. Economias monetárias, para Keynes, são economias nas quais um agente econômico, antes de ser um consumidor, deve ser um produtor. Os objetos da natureza têm, antes de mais nada, de ser preparados para se tornarem *bens*. Como em Marshall (e também Marx) antes dele, é no desempenho de uma atividade produtiva que Keynes localiza o caráter fundamental do agente econômico. O problema, porém, é que em uma sociedade de propriedade privada a atividade produtiva é cercada por incertezas, porque ela é orientada para satisfazer as necessidades do produtor apenas indiretamente. O destino imediato da produção é a demanda de terceiros. Nada assegura, porém, o sucesso dessa atividade, e é perfeitamente possível, e mesmo comum, que as expectativas dos produtores sejam desapontadas” (Cardim de Carvalho, 2006, p. 32). Diante disso, a demanda por moeda torna-se uma decisão racional, mesmo sem o recebimento de juros. De acordo com Cardim de Carvalho (2006), e considerando a teoria da preferência pela liquidez de Keynes, “[...] a demanda por moeda não gera empregos na *produção* de moeda. Assim, se a demanda dos acumuladores de riqueza se volta para a moeda em detrimento de bens reprodutíveis, como bens de capital, a queda do emprego na produção destes últimos não é compensada pela expansão de emprego na produção de moeda” (Cardim de Carvalho, 2006, p. 35). Esse é o motivo da moeda não ser neutra no curto ou longo prazo.

incerto influencia a disposição dos empresários em realizar investimentos produtivos (aqueles que utilizam trabalho) e, dessa forma, impactam na geração de emprego e renda, o que afeta diretamente variáveis reais da economia. Como reserva de valor e ativo líquido por excelência, a moeda permite uma “viagem no tempo”, já que transfere poder de compra e liberdade de escolha do presente ao futuro, que permite o desequilíbrio entre a oferta e demanda (Cardim de Carvalho, 2006).

Dessa forma, embora o mais-valor tenha origem na produção, é na circulação que ele se realiza. A não realização do capital na circulação configura a paralisação de seu processo e o insucesso na materialização do excedente. Nas palavras de Harvey (2005):

[...] o impulso para a acumulação está no centro da teoria. O impulso se expressa, principalmente, no processo produtivo, por meio da criação da mais-valia absoluta e relativa. No entanto, a criação de valor depende da capacidade de realizá-la através da circulação. O insucesso da realização de valor significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção. Portanto, se a esfera da circulação não se expande, a acumulação para. O capital [...] é um processo de circulação entre produção e realização (Harvey, 2005, p. 70-71).

A não realização da circulação pode se configurar, inclusive, pelo tempo superior ao necessário de translação de uma fase para outra (dinheiro, processo de trabalho e mercadoria final). Em outras palavras, mesmo havendo a venda, por exemplo, o longo período de tempo que o capital passa como estoque até sua transformação em dinheiro pode caracterizar um alto custo ao capitalista, visto que parte desses recursos já poderiam ter retornado ao processo da reprodução. “Por isso, há uma considerável pressão para acelerar a velocidade da circulação do capital, pois fazê-lo significa aumentar tanto a soma dos valores produzidos quanto a taxa de lucro” (Harvey, 2013, p. 144).

Dessa forma, a instabilidade e as crises econômicas⁵ são algumas das principais características desse sistema. Harvey (2005) apontou que o crescimento harmonioso e

⁵ A teoria keynesiana ocupou-se principalmente em tentar responder os motivos da instabilidade da economia capitalista moderna. De acordo com Minsky (2013), Keynes definiu esse como o problema central da teoria econômica. “A explicação de Keynes sobre o desempenho da economia capitalista enfatiza o investimento, a forma como ele é financiado e os efeitos dos negócios financeiros. O núcleo da análise keynesiana integra a rentabilidade dos ativos de capital existentes, as condições de financiamento dos investimentos e os estoques de ativos, bem como as condições de oferta integradas numa teoria da demanda efetiva. No contexto keynesiano, o investimento é um processo que consome tempo e é baseado na expectativa de lucros e, portanto, realizado sob condições de incerteza. Sob o inseguro clima da incerteza, investidores e financistas almejam estruturas financeiras (ativos e passivos) que ofereçam proteção contra contingências desfavoráveis e procuram ajustar seus portfólios de acordo com fatos que alteram suas opiniões sobre os rumos da economia” (Minsky, 2013, p. 131). Harvey (2013) apontou que enquanto Keynes estava preocupado com os fenômenos de curto prazo e com as políticas de estabilização econômica, Marx focou seus esforços na interpretação da dinâmica de longo prazo e na lógica interna do capitalismo. Entretanto, afirmou: “É tão fácil enxergar Marx através das lentes coloridas keynesianas quanto

equilibrado no sistema capitalista seria um fato totalmente accidental, visto a “[...] natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo” (Harvey, 2005, p. 42). A falta do equilíbrio entre oferta e demanda, causada pelo “descasamento” de produção e consumo que a posse do dinheiro permite projeta o caminho das crises pela “[...] ruptura da unidade da produção e da realização” (Harvey, 2013, p. 520).

Harvey (2005) chamou de estado de superacumulação a manifestação da crise onde há excedentes tanto de capital quanto de trabalho acima da capacidade de absorção. Harvey (2013) cita a existência de superprodução de mercadorias, de estoques excessivos, de capital monetário ocioso, de capacidade produtiva não utilizada, de força de trabalho desempregada ou subutilizada e de rendimento de capital investido com taxa de juros reais decrescentes.

Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos. Denomino isso de estado de *superacumulação*. O capital excedente e a força de trabalho excedente existem lado a lado, sem aparentemente nenhum acordo de uni-los na realização das tarefas socialmente úteis. A irracionalidade que se oculta no âmago do modo supostamente racional de produção vem à tona para todos verem. Esse é o tipo de irracionalidade, envolvendo grande capacidade produtiva ociosa e grande desemprego, em que a maioria das economias ocidentais mergulhou nos últimos anos (Harvey, 2005, p. 131).

Para que esse excesso de capital volte à uma posição de equilíbrio com a capacidade de produção e comercialização da economia, é necessário que seja eliminada da circulação o capital excedente, ou seja, por meio da desvalorização do capital, que pode ocorrer via inflação (capital em forma monetária), desemprego e redução dos salários reais (força de trabalho), perdas na comercialização de produtos (mercadorias em estoque) e perda de valor do capital fixo (capital ocioso) (Harvey, 2013).

Diante do exposto, a questão que se coloca é: haveria algum modo de evitar as crises? Para Harvey (2013), não seria possível conter as contradições do capitalismo, nem mesmo com intervenção estatal. Entretanto, sugeriu que sua expansão geográfica pode amenizar os efeitos de longo prazo. Considerando o fato de não se saber a duração do longo prazo, a expansão para novos mercados (ou sociedades pré-capitalistas) se torna alternativa para prolongar o processo de contradição para o tempo futuro. Para Harvey (2005), a sobrevivência do capitalismo

enxergar a teoria keynesiana como um ‘caso especial’ da teoria marxiana” (Harvey, 2013, p.134). Tanto Marx quanto Keynes se opuseram ao equilíbrio produzido pelas forças de mercado e à conhecida Lei de Say, em que toda oferta cria sua própria demanda, o que impossibilita a existência de crises de superprodução e desemprego. Conforme expôs Harvey (2013), “[...] a separação das vendas e das aquisições no tempo e no espaço constitui a base para o ataque de Marx à Lei de Say” (Harvey, 2013, p. 520).

depende da criação de espaço novo para acumulação, só assim é possível escapar das próprias contradições, considerando que expansão pode ser “[...] simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*” (Harvey, 2005, p. 62). É a busca pelo ajuste espacial, a oportunidade de postergar as contradições do capitalismo via expansão geográfica, dando-lhe sempre esferas cada vez maiores (Harvey, 2005).

O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos rentáveis (Harvey, 2005, p. 116).

Considerando a necessidade da expansão geográfica, a sobrevivência do capitalismo é dependente das condições de mobilidade do capital e do trabalho. Não restam contradições nesse ponto. Eis o paradoxo:

A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço (Harvey, 2005, p. 147).

Em outras palavras, a capacidade do capital e do trabalho se moverem para outras regiões depende das infraestruturas físicas imóveis no espaço. Assim, é necessário que parte do capital e da força de trabalho sejam imobilizados no espaço para proporcionar mobilidade ao capital e força de trabalho remanescentes. Ou seja, a mobilidade geográfica necessita da existência de infraestrutura fixa e imobilizada (Harvey, 2005).

Quanto mais o capitalismo se desenvolve, maiores serão as barreiras a serem superadas, ou abandonadas e desvalorizadas, para que o capital se mova no espaço. Capital fixo imóvel, como rodovias, ferrovias, canais, aeroportos e etc, não pode ser movido sem que o valor dele seja desvalorizado. Nesse sentido, pode haver uma inércia geográfica que aprisiona o capital às infraestruturas passadas, forçando-o a permanecer no local. Desse modo, os capitalistas se deparam com o *trade off* entre a desvalorização do capital fixo ou a proteção do capital investido na região (Harvey, 2013).

[...] quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais ele tende a sucumbir às forças que colaboram para a inércia geográfica. [...] A circulação do capital

fica cada vez mais aprisionada dentro de infraestruturas físicas e sociais imóveis que são criadas para apoiar alguns tipos de produção, alguns tipos de processos de trabalho, arranjos distribucionais, padrões de consumo etc. Quantidades crescentes de capital fixo e tempos de giro mais longos na produção atua como uma barreira à reestruturação geográfica rápida exatamente da mesma maneira que impede a dinâmica da acumulação futura pela imposição do peso morto dos investimentos passados. As alianças territoriais, que com frequência se tornam cada vez mais poderosas e mais profundamente entrincheiradas, surgem para proteger e aumentar o valor do capital já comprometido dentro da região (Harvey, 2013, p. 540).

A força de trabalho é a única mercadoria que pode levar a si mesma para o mercado. Assim, o trabalhador é livre em dois sentidos: é uma pessoa livre para vender sua força e livre de todas as coisas necessária para a realização da força de trabalho. Os trabalhadores estarão sempre tentados a se moverem para onde o padrão de vida material for mais elevado. Eles “[...] perambulam eternamente pelo mundo e procuram escapar das depredações do capital evitando os piores aspectos da exploração, sempre lutando, com frequência com algum sucesso, para melhorar o seu destino” (Harvey, 2013, p. 486). Considerando que criar trabalhadores com as habilidades e valores enraizados é tarefa difícil, o capital oferece salários mais elevados e melhores condições de trabalho. Dadas as condições gerais do trabalho assalariado, que nada mais é do que capital variável, na “[...] busca de emprego e de um salário para sobreviver, o trabalhador é obrigado a acompanhar o capital para onde quer que ele flua” (Harvey, 2013, p. 486).

Constata-se, portanto, que são essas forças contrapostas que se relacionam e atuam ativamente na construção do espaço. “As diferenciações geográficas então com frequência parecem ser o que elas realmente não são: meros residuais históricos em vez de aspectos ativamente reconstituídos dentro do modo de produção capitalista” (Harvey, 2013, p. 527). Forças do capital e do trabalho para expansão geográfica são colocadas em jogo com as forças opostas de permanência e defesa do capital investido na região. “As barreiras espaciais e as distinções regionais precisam ser derrubadas. Mas os meios para atingir esse objetivo envolvem a produção de novas diferenciações geográficas que criam novas barreiras espaciais a serem superadas” (Harvey, 2013, p. 528). “A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação” (Harvey, 2005, p. 51). O desenvolvimento da economia de espaço do capitalismo está repleto de tendências contrapostas e contraditórias.

O resultado é o “[...] desenvolvimento acelerado das forças produtivas em um local e o seu retardo em outro, a rápida transformação das relações sociais aqui e sua relativa rigidez ali”

(Harvey, 2013, p. 530). Os antagonismos entre desenvolvimento e desenvolvimento do subdesenvolvimento, do centro e da periferia, não são impostos por fatores exógenos, mas são ativamente construídos pela dinâmica capitalista, ou seja, é “[...] produto coerente de diversas forças interligadas operando dentro da unidade geral do processo de circulação do capital” (Harvey, 2013, p. 530). O resultado, portanto, é o desenvolvimento geográfico desigual:

Novas forças produtivas têm sido produzidas e distribuídas em toda a face da Terra. Vastas concentrações de capital e trabalho têm se juntado em áreas metropolitanas extremamente complexas, enquanto os sistemas de transporte e comunicações, estendidos em amplas redes, permitem que as informações e as ideias, assim como os bens materiais e até mesmo a força de trabalho, se desloquem com relativa facilidade. Fábricas e campos, escolas, igrejas, centros comerciais e parques, rodovias e ferrovias se espalham por uma paisagem que tem sido indelével e irreversivelmente criada seguindo os ditames do capitalismo. Mas essa transformação física também não se produziu de modo regular. Vastas concentrações de força produtiva contrastam aqui com regiões relativamente vazias ali. Concentrações de atividade fixas em um lugar contrastam com um desenvolvimento relativamente flexível e disperso em outro. Tudo isso resulta no que chamamos de “desenvolvimento geográfico desigual” do capitalismo (Harvey, 2013, p. 477-478).

Sob a lógica do capital da realização de excedentes para acumulação, é preciso o estabelecimento de uma coerência local, em que tecnologia da produção, modo de consumo, quantidade e qualidade da força de trabalho, infraestrutura física e sociais estejam consistentes uma com a outra. Entretanto, a tentação de alavancar os lucros fazem os capitalistas expandirem seus investimentos a novas regiões. Caso não existam conquistas locais que façam os trabalhadores permanecerem, a busca por padrões de vida materiais mais elevados incentivará a movimentação da força de trabalho. Assim, a busca pelo lucro máximo pelos capitalistas e por melhores condições de vida pelos trabalhadores moldam o desenvolvimento de forma desigual, já que o deslocamento de uma região a outra tende a resultar na desvalorização e destruição dos valores passados já imobilizados. O capitalismo, seguindo sua própria regra da acumulação pela acumulação, constrói para depois destruir a paisagem que ele mesmo criou (Harvey, 2013).

Continuamente, portanto, o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a

música pela qual a geográfica histórica do capitalismo deve dançar sem cessar (Harvey, 2005, p. 148).

A lógica do desenvolvimento desigual de Smith (1988) se estabelece sobre as tendências opostas que o capital realiza, de diferenciação e de igualização dos níveis e condições da produção. Com o objetivo da extração máxima de lucro, o capital investe continuamente no ambiente construído, garantindo a expansão do próprio capital. Por outro lado, como tendência de diferenciação, o capital é retirado de um local e fixado em outro, na busca por taxas de lucro mais elevadas. O capital enxerga o mundo como uma “superfície do lucro”, se movendo de região para região à procura das taxas de lucro mais elevadas, acompanhando e gerando, simultaneamente, a dinâmica entre ritmo de acumulação e crises.

Como apresentado anteriormente, Smith (1988) argumenta que a dependência dos recursos naturais como o principal motivo para a diferenciação produtiva se constitui em meias-verdades. Em oposição ao que diz a Geografia tradicional, que a localização geográfica das atividades sociais segue de acordo com as disponibilidades naturais (como solo, clima, matérias-primas, etc.), o primado da natureza sobre diferenciação produtiva só poderia explicar o desenvolvimento inicial. Os motivos para a perda da importância do primado das disponibilidades naturais para a diferenciação produtiva são o desenvolvimento dos meios de transporte (destruição do espaço pelo tempo) e o avanço das forças produtivas para processos industriais que utilizam produtos semiacabados (reduz a necessidade de ter grande proximidade de matérias-primas). Smith (1988) deu o exemplo do plástico: apenas a extração do petróleo está condicionada a fatores naturais (localização das reservas de petróleo), mas toda a cadeia produtiva industrial posterior, das indústrias petroquímicas, por exemplo, não obedece a tal restrição e pode se espalhar por todas as partes do mundo.

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. A razão para isso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalho anteriores (Smith, 1988, p. 157).

Assim, considerando que a diferenciação não é resultado passivo das dádivas da natureza, Smith (1988) identificou quatro escalas nas quais ocorrem esse processo: i) divisão

social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos; ii) divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares; iii) divisão do capital social entre diferentes capitais individuais e; iv) divisão específica de trabalho no interior da fábrica. Entretanto, em apenas duas delas a diferenciação geográfica da paisagem se mostra mais importante, quais sejam, na divisão particular do trabalho e na divisão entre capitais individuais.

Na escala dos capitais individuais, o processo de diferenciação é bastante direto; o capital é concentrado e centralizado em alguns lugares em detrimento de outros. Na escala da divisão *particular* do trabalho – a divisão da economia em setores específicos – a diferenciação do espaço geográfico é menos direta. Ela ocorre de maneira cíclica de acordo com a igualização da taxa de lucro dentro de dado setor, e com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aquelas com uma taxa de lucro mais alta. Este movimento do capital entre setores assume uma dimensão espacial devido à sua distribuição na medida em que tais setores que atraem quantidades de capital são relativamente novos na economia, sua rápida expansão geralmente coincide com algum tipo de expansão ou deslocamento geográficos, com o fito de oferecer o espaço para a germinação das estruturas produtivas. E seu corolário também é válido. Até o ponto em que os setores que sistematicamente perdem grandes quantidades de capital estão velhos e estáveis, talvez até fora de moda, e na medida em que tendem a se concentrar relativamente próximos na paisagem, então áreas inteiras tenderão a conhecer uma desvalorização sistemática e não compensada do capital fixo localizado ali (Smith, 1988, p. 168-169).

Em oposição à tendência de diferenciação, a tendência para a igualização juntamente com o resultado dessa interação de forças, constituem os principais determinantes do desenvolvimento desigual. A tendência para a igualização das condições de produção e desenvolvimento das forças produtivas é fruto do aperfeiçoamento da tecnologia e transporte, que possibilitam o aniquilamento do espaço pelo tempo, permitindo a proliferação das técnicas, trabalho e capital. “Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, as barreiras à generalização geográfica de novas tecnologias são diminuídas. Até onde essa generalização for conseguida, a tendência para a igualização das condições e níveis de produção é realizada” (Smith, 1988, p. 172). Supondo uma economia competitiva, os avanços tecnológicos se constituem tanto como veículo para a expansão do capital quanto impulsionador do desenvolvimento. O aumento da produtividade resultante da inovação inserida por um capital força os demais do mesmo setor a, no mínimo, igualar a produtividade, caso queiram sobreviver no mercado. Esse avanço na produtividade em um setor também tende a aumentar a produtividade em outros, visto que há possibilidade de aplicabilidade de uma inovação em setores intimamente relacionados (Smith, 1988).

Diante dessa dinâmica entre diferenciação e igualização, Smith (1988) questionou por que o resultado não se constituiu numa disparidade estática de desenvolvimento ao invés de um padrão dinâmico de desenvolvimento desigual e em quais escalas funcionam essa dialética. Então, começa-se pelo segundo:

As escalas espaciais utilizadas são: o espaço urbano, a escala da nação-Estado e o espaço global (Smith, 1988). Na escala urbana, a diferenciação geográfica devido a centralização de capital é mais nítida do que nas demais escalas listadas. Os limites geográficos da escala urbana são determinados pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho, além de que, há uma diferenciação entre o local de trabalho e o local de residência. A igualização se expressa através da unidade geográfica do mercado de trabalho. “Num nível mais básico, o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos – indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante” (Smith, 1988, p. 199).

Na escala global, a tendência mais perceptível é a de igualização. Considerando o esforço do capital em reduzir a força de trabalho do mundo à condição de mercadoria, “[...] o capital golpeia, trama e insinua a relação assalariada de trabalho em virtualmente todas as fissuras dos sistemas pré-capitalistas que ele encontra” (Smith, 1988, p. 201). Nos locais onde encontra espaço, estabelece-se a relação assalariada de trabalho, o que define essa escala no nível das relações de produção (Smith, 1988).

É na escala nação-Estado que o desenvolvimento regional e a diferenciação são importantes. Se as tendências das escalas urbana e global se apresentam mais nítidas, respectivamente, para a diferenciação e igualização, o mesmo não ocorre na escala nação-Estado, que se constitui de um produto menos direto dessa contradição. “A diferenciação interna dos territórios nacionais em regiões identificáveis é a expressão geográfica da divisão do trabalho [...]” (Smith, 1988, p. 207). Como fruto da concentração regional de capital que tende para a centralização espacial, diferentes setores estão concentrados e centralizados em algumas regiões, os quais denominou de divisão territorial do trabalho. Da mesma forma que na divisão global se divide os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, as regiões geográficas na escala nacional podem ser identificadas como regiões progressistas ou estagnadas (Smith, 1988).

Retornando ao primeiro questionamento, quanto ao padrão dinâmico de desenvolvimento desigual. Para Smith (1988), o capital se move sobre a superfície em busca de melhores oportunidades, sempre para onde a taxa de lucro é mais elevada, de modo que ele se

descola de um local onde as taxas são baixas para outro local onde as taxas são altas, desenvolvendo-o. Entretanto, diante das próprias contradições produzidas pelo capitalismo e pelo processo de desenvolvimento, o avanço do capital para as regiões com altas taxas de lucro tendem a pressionar, posteriormente, as taxas de lucro para baixo como, por exemplo, via menor desemprego, crescimento do nível salarial e desenvolvimento de sindicatos. Esse movimento na busca pelo lucro foi chamado de *vaivém* do capital.

No embasamento do padrão existente de desenvolvimento desigual está a lógica e a tendência do capital em direção à quilo que chamaremos de movimento “em *vaivém*” do capital. Se a acumulação do capital acarreta o desenvolvimento geográfico e se a direção desse desenvolvimento é guiada pela taxa de lucro, então podemos pensar no mundo como uma “superfície do lucro” produzida pelo próprio capital, em três escalas separadas. O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima (ou, pelo menos, alta), e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise. A mobilidade do capital acarreta o desenvolvimento de áreas com alta taxa de lucro e o subdesenvolvimento daquelas áreas onde se verifica baixa taxa de lucro (Smith, 1988, p. 212).

Por outro lado, as regiões menos desenvolvidas são marcadas pela falta de capital, o que leva a altas taxas de desemprego, a baixos salários e a reduzidos níveis de organização sindical. Essas são características de áreas que podem passar por um rápido processo de desenvolvimento devido às condições altamente lucrativas que apresentam. “Isto é, o capital tenta fazer um ‘*vaivém*’ de uma área desenvolvida para uma área subdesenvolvida, para então, num certo momento posterior voltar à primeira área que agora se encontra subdesenvolvida, e assim sucessivamente” (Smith, 1988, p. 213). Assim, o capital não busca um equilíbrio estático, “[...] mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática” (Smith, 1988, p. 213).

Portanto, o resultado de acordo com Smith (1988), é um desenvolvimento desigual que se constitui tanto como produto quanto premissa do desenvolvimento capitalista. Como produto pode ser constatado na paisagem do capitalismo, como nas diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre regiões dinâmicas e estagnadas ou entre centro e periferia urbanos. Como premissa, “[...] o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço” (Smith, 1988, p. 221). Em outros termos, “[...] desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados” (Smith, 1988, p. 221).

Para Theis (2009) a competição intercapitalista promove a realocação das atividades econômicas. Em busca das maiores taxas de lucro, o capital se move para regiões mais vantajosas, reconfigurando permanentemente o território. Existirão concomitantemente regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras. As primeiras são caracterizadas por terem economias que tendem ao crescimento e sociedades mais ricas. As segundas são espaços que, por outro lado, o processo de acumulação parece travado e suas sociedades tendem a níveis de pobreza piores que os iniciais.

[...] desses processos de centralização e dispersão resulta uma paisagem geográfica em constante mudança. Regiões bem-sucedidas são espaços nos quais a economia tende a crescer e a sociedade a se tornar mais rica; regiões perdedoras, em contrapartida, constituem espaços nos quais o processo de acumulação parece estar travado e sua sociedade, em consequência, parece empobrecer além da pobreza herdada. De fato, regiões bem-sucedidas e regiões perdedoras conformam a paisagem do capitalismo mundializado, expressão concreta do desenvolvimento geográfico desigual (Theis, 2009, p. 248).

Conforme exposto por Smith (1988), Theis (2009) afirma que o capital ignora os locais onde as taxas de lucro são baixas, nas diversas escalas, se movendo em direção onde as taxas se apresentam mais elevadas. Assim, como no movimento de vaivém, as regiões perdedoras no passado podem apresentar melhores perspectivas de taxas elevadas de lucro no futuro, transformando-as. Já as regiões com elevadas taxas de lucro hoje podem apresentar, no momento seguinte, decréscimo da taxa de lucro e fuga de capital. Assim, “[...] regiões perdedoras de ontem podem ser as que propiciem melhores condições de valorização para o capital amanhã” (Theis, 2009, p. 248).

Para Costa (2013), o capital modifica o espaço conforme suas necessidades, produzindo profundas desigualdades regionais e locais. A existência do modo de produção capitalista pressupõe a existência e a manutenção das diferenças no desenvolvimento. Sendo assim, constata-se no interior de um país, na escala regional, regiões que concentram investimentos e população. Por outro lado, outras não são atrativas a ponto de atrair capital e gerar empregos, perdendo população, que busca melhores oportunidades e condições de vida. São regiões ganhadoras e perdedoras, respectivamente, que estão conectadas e integradas em níveis mais abrangentes. Mas também pode-se encontrar regiões centrais que têm passado por fortes processos de desindustrialização econômica ou regiões antes periféricas que têm atraído novos investimentos e se transformado em novos centros industriais com forte expansão econômica. Desse modo, se observa, mais uma vez, uma relação dinâmica de forças que, juntamente com

o movimento de vaivém do capital, sempre em busca da maximização dos lucros, moldam a geografia do capitalismo.

Por fim, como forma de delimitar o conceito, Costa (2013) afirmou que “[...] o desenvolvimento desigual é produto e premissa do desenvolvimento capitalista em busca constante por novos mercados e mais lucros” (Costa, 2013, p. 94). Para Smith (1988), “[...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica” (Smith, 1988, p.221). Para Harvey (2013), “[...] é a oposição entre forças contrárias que contribuem para a concentração ou dispersão geográficas na circulação do capital” (Harvey, 2013, p. 528). É a alternativa encontrada para manter a sobrevivência do capitalismo (Harvey, 2005).

3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Esta seção analisa o processo de formação territorial de Mato Grosso do Sul a partir da revisão dos principais acontecimentos históricos que marcaram a ocupação da porção sul do antigo estado de Mato Grosso e sua criação em 1977. Busca-se compreender como fatores políticos e econômicos contribuíram para a organização do território e para a definição de suas bases produtivas.

Além disso, discute-se o recente crescimento econômico do estado, especialmente após 2010, problematizando em que medida esse processo pode ser entendido como desenvolvimento ou se o rápido crescimento econômico refletiu apenas o processo de modernização econômica, concentrada em determinados setores e com impactos limitados sobre as condições de vida da população.

3.1 Apontamentos iniciais

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado a partir da separação do estado de Mato Grosso em 1977, Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, teve o município de Campo Grande escolhido como sua capital. Está localizado na região Centro-Oeste do país e possui área total de 357.145,534km², equivalente a 4,19% do território nacional, sendo o sexto maior estado em extensão territorial (Figura 2). Faz divisa com os estados de Goiás (nordeste), Minas Gerais (leste), Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste) e com os países da Bolívia (oeste) e Paraguai (oeste e sul) (Semadesc, 2025).

Com rios navegáveis e relevos diversos, que vão de serras a depressões, sendo o Pantanal resultado do trabalho de erosão no rio Guaporé pelos seus afluentes. De maneira geral, se observa o prolongamento do planalto central para a região oeste, encontrando os vales do Paraná ao sul e o Paraguai a sudoeste. Quanto aos solos, vão dos mais férteis aos mais estéreis. A vegetação da região era diversa, “[...] Planalto com a mata juxta-fluvial do Paraná, os campos cerrados, os campos gerais ou a Vaccaria e as matas de anteparo e capões. A Serra com a mata virgem ou pluvial. A Baixada com os campos arbóreos ou cerrados; os campos do pantanal, carandazal, paratudal, etc.” (Bianchini, 1994, p. 45). Já o clima se resumia em verões predominantemente quentes e invernos predominantemente frios. Assim Bianchini (1994) descreveu os aspectos naturais da região sul do Mato Grosso.

Figura 2 - Localização do estado de Mato Grosso do Sul no território nacional



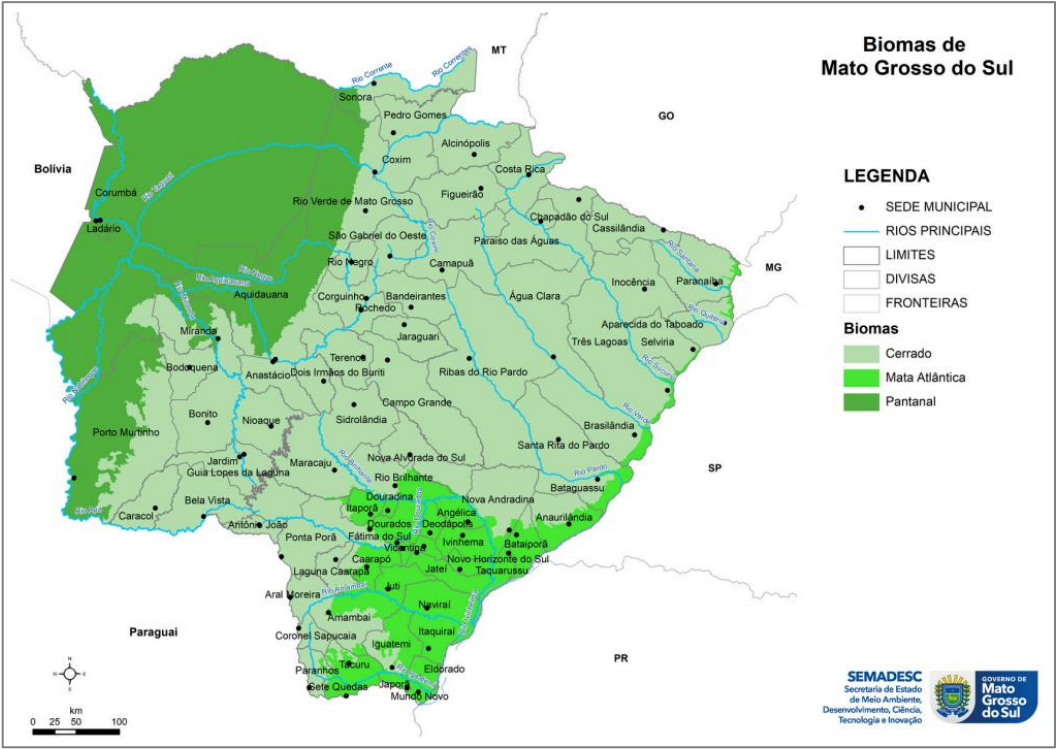
Fonte: IBGE (2017).

De extrema importância na ligação dos territórios mais afastados, as vias navegáveis das bacias hidrográficas do Paraná e Paraguai permitiram a penetração no oeste brasileiro (Bianchini, 1994). O estado possui duas bacias hidrográficas, a Bacia Paraná (cobre 47,46%) e a Bacia do Paraguai (cobre 52,54% do território), nesta que está localizado o Pantanal, considerado a maior planície alagável contínua do mundo (Semadesc, 2025).

O estado é dividido em três biomas distintos, sendo predominantemente pelo Cerrado (62,24% do território), além do Pantanal (27,28% do território) e da Mata Atlântica (10,48% do território) (Semadesc, 2025), vide Figura 3. De acordo com Bianchini (1994), quatro tipos de solos podem ser encontrados em Mato Grosso do Sul. O primeiro, formado de areia e arenite, abrange a superfície da margem do rio Paraná e da parte alagada do rio Paraguai. A segunda é constituída de terra roxa, caracterizada pela grande fertilidade, localizada mais ao sul do estado. O terceiro tipo são as rochas sedimentares encontrados na serra de Bodoquena. O quarto tipo é

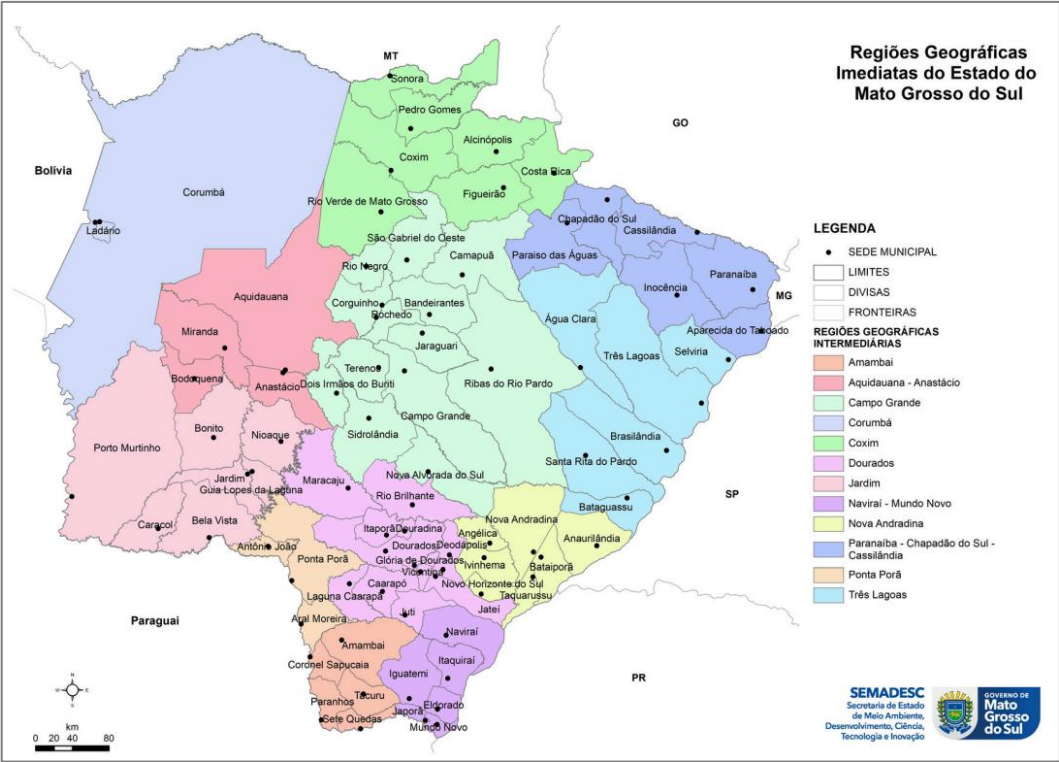
constituído da região baixa que margeia o rio Paraguai, rica em elementos orgânicos que vão sendo depositados ali durante as cheias.

Figura 3 - Biomas de Mato Grosso do Sul



Fonte: Semadesc, 2025, p. 10.

Figura 4 - Regiões Geográficas Imediatas de Mato Grosso do Sul

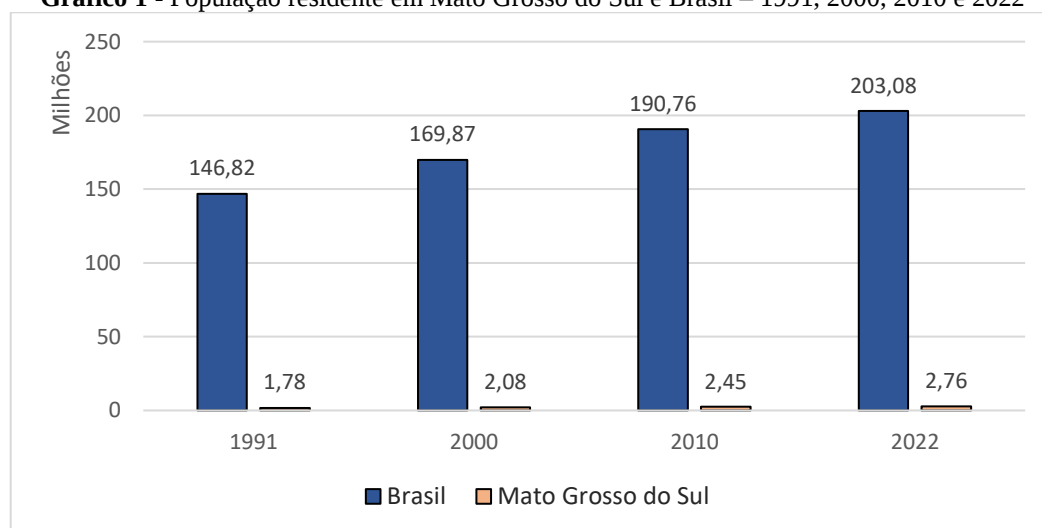


Fonte: Semadesc, 2025, p. 13.

Atualmente, são 79 municípios, agrupados em três Regiões Geográficas Intermediárias e doze Regiões Geográficas Imediatas, conforme a divisão regional do Brasil, publicado pelo IBGE em 2017, apresentados na Figura 4. As três Regiões Geográficas Intermediárias são de Campo Grande, Dourados e Corumbá. Já as Regiões Geográfica Imediatas são Campo Grande (13 municípios), Três Lagoas (6 municípios), Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia (6 municípios), Coxim (7 municípios), Dourados (13 municípios), Naviraí-Mundo Novo (6 municípios), Nova Andradina (7 municípios), Ponta Porã (3 municípios), Amambai (5 municípios), Corumbá (2 municípios), Jardim (7 municípios) e Aquidauana-Anastácio (4 municípios).

Segundo dados do Censo Demográfico 2022 divulgado pelo IBGE (2025c), o total de habitantes de Mato Grosso do Sul era de 2.757.013 habitantes, 1,36% da população nacional, conforme Gráfico 1. Em 1991 eram 1,78 milhão de habitantes, representando 1,21% da população nacional. Quando se calcula a taxa de crescimento geométrico da população residente de Mato Grosso do Sul no período 1990-2022 chegamos à taxa média de 1,42% a.a., enquanto que para o Brasil a taxa de crescimento média foi de 1,05% a.a. naquele período. No período mais recente, entre 2010 e 2022, as taxas médias de crescimento foram de 0,99% a.a. em Mato Grosso do Sul e 0,52% a.a. para o Brasil.

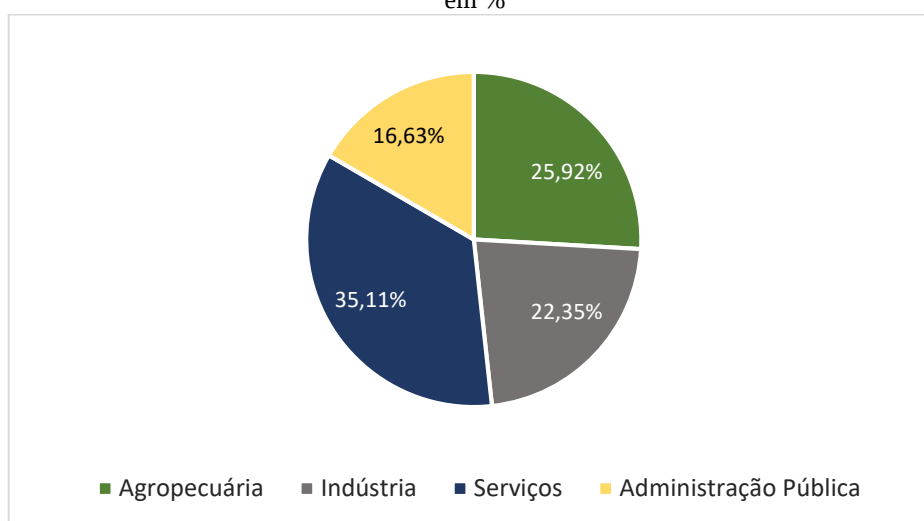
Gráfico 1 - População residente em Mato Grosso do Sul e Brasil – 1991, 2000, 2010 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022 – IBGE (2025c).

Na economia, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 foi de R\$ 184,4 bilhões, o 15º entre as demais Unidades da Federação. O Valor Adicionado Bruto⁶ foi composto por 25,92% pela Agropecuária, 22,35% pela Indústria e 51,73% por Serviços (35,11% Serviços exceto Administração Pública e 16,63% pela Administração Pública), conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Participação dos setores econômicos no Valor Adicionado Bruto de Mato Grosso do Sul em 2023 – em %



Fonte: Semadesc (2025).

As exportações tiveram a China como principal destino em 2024 (45,4% das exportações). A agropecuária e a agroindústria desempenham papéis relevantes neste mercado, já que os dois principais produtos exportados foram a soja e a celulose: juntos representaram aproximadamente 40% das exportações do estado. O principal produto, a soja, representou 24,7% do valor total exportado em 2024, com US\$ 2,47 bilhões. Já as exportações de celulose, com R\$ US\$ 1,47 bilhão, representaram 14,7% do valor total exportado, conforme dados da Secretaria do Comércio Exterior (Comex Stat, 2025).

Reconhecido popularmente por suas belezas naturais e por sua “vocação” na agropecuária, sendo frequentemente denominado como “celeiro” do país, o estado de Mato Grosso do Sul possui um passado que não pode ser negligenciado, visto que este contribuiu para a edificação de sua situação atual, embora nunca est  tica. Situação atual, considerada, principalmente, pelo meio político como de progresso e de desenvolvimento. Cabe, no entanto,

⁶ O Valor Adicionado Bruto, além da Agropecuária, compreende os valores de produção da Indústria (Indústria extrativa, Indústria de transformação, Indústria de utilidade pública e Construção) e dos Serviços (Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Transporte, armazenagem e correios; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e Outros serviços).

questionar e verificar se realmente as transformações e ganhos econômicos se refletiram em desenvolvimento no seu sentido mais amplo.

Com base no exposto, a próxima subseção procura apresentar como ocorreu a formação do estado de Mato Grosso do Sul, a partir da revisão bibliográfica dos acontecimentos históricos que levaram à ocupação e criação do estado em 1977. Na subseção seguinte serão apresentados dados socioeconômicos das 27 unidades da federação que, a partir de uma análise comparativa, tem o propósito de verificar se o processo de crescimento econômico verificado em Mato Grosso do Sul após 2010 refletiu na expansão do desenvolvimento (em seu sentido mais amplo) ou apenas de modernização e progresso de alguns setores, não refletidos na melhoria do bem estar e da qualidade de vida da população.

3.2 Formação do estado de Mato Grosso do Sul

A criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 11 de novembro de 1977, não foi acaso do destino. Pelo contrário, conforme Bittar (2017), forças políticas se articularam para a realização deste feito. Cabe o resgate histórico do processo de ocupação e formação da parte sul do estado de Mato Grosso (uno), que auxilia no entendimento do seu processo expansão.

De acordo com Missio e Rivas (2019), o processo de colonização - iniciado no período colonial - não tinha outra finalidade que a exploração das terras, principalmente pela exploração de metais preciosos determinada por Portugal, de modo que povoar o território não teria sido seu propósito. Durante o período colonial, a exploração do interior se deu apenas para a busca por metais preciosos e por mão de obra indígena para atender à demanda de trabalho escravo. Dessa forma, surgem “[...] as primeiras penetrações no território sul-mato-grossense pelos denominados bandeirantes da capitania de São Vicente” (Missio e Rivas, 2019, p. 607).

Somente a partir do século XVII que o território atualmente conhecido como Mato Grosso do Sul passou a integrar a América Portuguesa, visto que anteriormente fazia parte do domínio dos espanhóis. Entretanto, a presença dos bandeirantes tinha caráter “despovoador”, já que a penetração no território era para escravizar índios, aprisionando, dizimando e afugentando os povos originários ali estabelecidos (Missio e Rivas, 2019). Conforme Bianchini (1994), o território sul do Mato Grosso era habitado por inúmeras tribos indígenas, dentre os quais os Terena, os Kadiwéu, os Kaiowá e os Guarani. Foram escravizados em seus locais de origem ou retirados para as regiões litorâneas, onde o processo de colonização se dava de maneira mais efetiva. Por outro lado, ocorreu também a miscigenação entre o índio, o branco e o negro, este último vindo à época para trabalhar como escravo nas minas. Assim, “[...] pode-

se dizer, a exemplo da sociedade brasileira como um todo, que o povo mato-grossense traz na sua formação social o índio, o branco e o negro, cada qual desempenhando um papel, um tanto ou quanto diferenciado na escala social” (Bianchini, 1994, p. 56).

Com a descoberta de jazidas de ouro em Cuiabá por volta de 1718/1719, iniciou-se de fato a ocupação do território de Mato Grosso pelos luso-brasileiros, tornando Cuiabá como centro político decisório de Mato Grosso. Ao passo que, a parte sul de Mato Grosso atribuía-se apenas como “área de passagem” entre Cuiabá e São Paulo. Apenas a partir do início do século XIX, por volta de 1830, que teve início a ocupação do Sul do Mato Grosso por população não indígena (Missio e Rivas, 2019).

Com o esgotamento da produção aurífera em Cuiabá, esta passou a viver o isolamento até a chegada de um novo ciclo econômico que reintegrasse a economia cuiabana ao cenário nacional, desta vez com a borracha, a partir do final do século XIX. Entretanto, esse novo ciclo econômico também não foi capaz de integrar a região sul de Mato Grosso. Foi pela busca de pastagens que alguns vaqueiros iniciaram a ocupação da porção sul do estado. A introdução do gado nas terras do oeste data dos anos finais do século XVIII, tendo Minas Gerais como grande centro distribuidor (Bittar, 2009a).

A ocupação da região sul do Mato Grosso ocorreu a partir da migração de pessoas oriundas dos estados vizinhos, como das regiões mais povoadas de Minas Gerais e São Paulo, além do entorno de Cuiabá, para trabalhar com pecuária bovina (Missio e Rivas, 2019). De acordo com Bittar (2009a), além de mineiros e paulistas, a região começou a receber comitivas gaúchas a partir de 1840, tendo esses contribuído para a modernização da agricultura na região.

Após 1840 começaram a chegar também as comitivas gaúchas, que se fixaram na região de Ponta Porã, até então território de jurisdição incerta, mais paraguaio do que brasileiro. Essa corrente, ao contrário da mineira-paulista, não se fez acompanhada de rebanhos. Foi uma marcha exclusivamente humana, em busca de posses novas, já desbravadas e constituídas, com o gado em constante aumento. A expansão dos focos mineiros de pastoreio ocorreu em fins do século XVIII, intensificando-se na primeira metade do século XIX, enquanto que a entrada dos rio-grandenses do sul se avolumou a partir do início da era republicana (Bittar, 2009a, p. 48-49).

Entretanto, a região sul do Mato Grosso começou a ganhar importância nacional apenas após a Guerra do Paraguai⁷ (1864-1870). Foi “[...] depois do encerramento da guerra que o sul

⁷ A Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança (pois reunia Brasil, Argentina e Uruguai), ocorreu entre 1864 e 1870, e é considerado o conflito internacional de maior duração no continente americano. As motivações suscitaram debates historiográficos, que vão da reação brasileira às pretensões expansionistas do presidente paraguaio Francisco Solano López à intervenção britânica sobre Brasil e Argentina para suspender a ascensão da

de Mato Grosso sofreu mais intensamente a ocupação pelos criadores de gado, pois, até então, o território era quase inteiramente povoado pelos Terena, Kadiwéu e Kaiowá/Guarani” (Bittar, 2009a, p. 51). A pecuária bovina persistiu até o final do século XIX como principal atividade econômica, quando se iniciou a exploração da erva mate (Moreira, 2012).

Segundo Oliveira (2013a), com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), Thomaz Larangeira, participante da demarcação do limite entre Brasil e Paraguai fornecendo alimentos à comissão demarcadora, constatou grandes ervais nativos e o potencial econômico com sua exploração. Dessa forma, solicitou a licença para explorá-los, obtendo em 09/12/1882, por meio do Decreto n. 8.799 do Governo Imperial. Fundou, então, a Matte Larangeira. Com a exploração da erva mate, os povos indígenas ali presentes foram perdendo espaço, privados das atividades de coleta de alimentos, submetidos ao trabalho nos ervais. Com o monopólio da exploração e a utilização de mão de obra nativa da região e do Paraguai, a Matte Larangeira demonstrou desinteresse na ocupação da região por migrantes, como os oriundos do sul do país.

Em 1892 ocorreu a entrada da família Murtinho como acionista da empresa, família de políticos articulados com o governo central. Manoel José Murtinho foi primeiro presidente do estado de Mato Grosso, além de ter sido amigo e médico de Floriano Peixoto, presidente do Brasil no referido período. De acordo com Oliveira (2013a), o monopólio da Matte desagradava a população (indígenas, posseiros e produtores independentes) e alguns políticos da região, de modo que “[...] se não fosse a influência política dos acionistas, possivelmente a referida empresa não teria conseguido chegar onde chegou” (Oliveira, 2013a, p.16).

No sul do estado, particularmente, gozava de má reputação pelo fato de dificultar o seu povoamento. Em primeiro lugar, pelo fato de dispor do monopólio, em segundo, porque o governo, seu aliado, sempre aumentava o preço das terras devolutas na região dos ervais de forma a impedir a sua compra pelos interessados. Com isso, na prática, o governo estadual proibia o povoamento do extremo sul até 1915 (Bittar, 2009a, p. 64).

De acordo com Bittar (2009a), essa influência política resultou na obstrução do povoamento da região sul do Mato Grosso até as primeiras décadas do século XX. Para

suposta economia pujante do Paraguai. De acordo com Linhares (1990), “[...] parece mais apropriado pensar a Guerra do Paraguai como um conflito cujas motivações encontram-se, essencialmente, na própria dinâmica de constituição dos Estados nacionais platinos e na disputa, entre esses países, pelo predomínio político-econômico da região” (Linhares, 1990, p. 259). Como saldo da guerra, morreram cerca de 300 mil pessoas (entre civis e militares), em combate ou por doenças e epidemias. O Paraguai, derrotado, que chegou a reunir 80 mil homens no combate, perdeu cerca de 95% de sua população masculina. Além do massacre e devastação, a guerra resultou em uma economia arruinada, pagamento de indenizações e perda do território para Brasil e Argentina (Linhares, 1990).

Bianchini (1994), levando em conta “[...] a forma protecionista pelo Estado, à Companhia Matte Larangeira, sem sombras de dúvida, a grande recebedora de vastas concessões de arrendamentos de terras em detrimento da população local” (Bianchini, 1994, p. 134).

Portanto, entre o final do século XIX e início do século XX, as principais atividades econômicas na região sul do Mato Grosso foram a pecuária bovina e a extração de erva-mate. A primeira destinada a abastecer o mercado interno, fruto do modelo extensivo e com baixo nível técnico, enquanto que a segunda ocorreu da exploração de plantas nativas, produto de exportação que teve como principal destino o mercado argentino (Missio e Rivas, 2019).

Nessa mesma época, anos iniciais do século XX, outros fatos contribuíram para o processo de expansão econômica da região sul de Mato Grosso, possivelmente a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tenha sido a de maior impacto.

Segundo Bittar (2009a), a construção da ferrovia tinha como objetivo ligar São Paulo a Goiás e Mato Grosso por terra, alternativa ao transporte fluvial que era utilizado até então, via Rio Paraguai. Entretanto, a ferrovia não chegou à parte norte do estado, limitando-se apenas à região sul, o que contribuiu para o desenvolvimento dos municípios já existentes (Campo Grande, Aquidauana e Miranda), além de estimular o surgimento de novas cidades (como Três Lagoas). Segundo Missio e Rivas (2019), a ferrovia beneficiou principalmente Campo Grande, que se tornou posteriormente no maior centro comercial e econômico do estado de Mato Grosso.

Destaca-se que a construção da ferrovia iniciou-se em 1905 com o traçado Bauru-Cuiabá. Entretanto, dois anos depois, esse traçado foi alterado para Bauru-Corumbá. Uma das principais consequências dessa alteração foi o fato de Campo Grande tornar-se o principal polo comercial do estado de Mato Grosso. Mais do que isso, além de principal centro econômico do estado, Campo Grande passou a ser o centro político de SMT (Missio e Rivas, 2019, p.627).

Quando a ferrovia chegou em Campo Grande em 1914, o município não passava de uma pequena vila sertaneja com cerca de 1.800 habitantes. Nessa região do estado, onde o gado ainda era o protagonista da atividade econômica, as melhorias em comunicação e transporte resultantes da instalação da ferrovia permitiu o impulsionamento dos negócios do gado e das atividades a ele ligadas. Antes mesmo de 1920, Campo Grande atraiu dezenas de famílias, transformando-se em eixo da vida social, política e econômica do sul de Mato Grosso (Bittar, 2009a).

Em 1921, a instalação do Comando Militar em Campo Grande transformou a pequena cidade no coração da região sul em capital militar do estado. Sua localização geográfica, no centro parte sul do estado, equidistante das fronteiras com a Bolívia e com o Paraguai, além do acesso à ferrovia, permitiram condições logísticas indispensáveis no caso de operações armadas (Bittar, 2009a).

Além da ferrovia, a transferência do Comando Militar de Corumbá, em 1921, fez com que Campo Grande se tornasse, a partir de então, a capital militar do estado, o que lhe propiciou, inclusive, participar dos movimentos tenentistas. A sua posição geográfica e o fato de ser atravessada pela ferrovia favoreceram-na quando o ministro da Guerra Pandiá Calógeras, durante o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), decidiu que ela sediaría a 9ª Região Militar, o que contribuiria para firmar a sua supremacia em todo o sul do estado (Bittar, 2009a, p. 196-197).

Nos anos 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas em âmbito nacional e os planos de integração e ocupação do Centro-Oeste brasileiro, considerando a intenção de ocupar os “espaços vazios”, foram tomadas algumas medidas para frear o monopólio e enfraquecer a Matte Larangeira, como a taxação de erva mate para exportação e o fortalecimento por meio de incentivos aos produtores do Sul (Paraná e Santa Catarina). Entretanto essas ações se mostraram insuficientes, restando ao governo central a convocação para ocupação do oeste brasileiro, dando início à política de Marcha para o Oeste (Oliveira, 2013a).

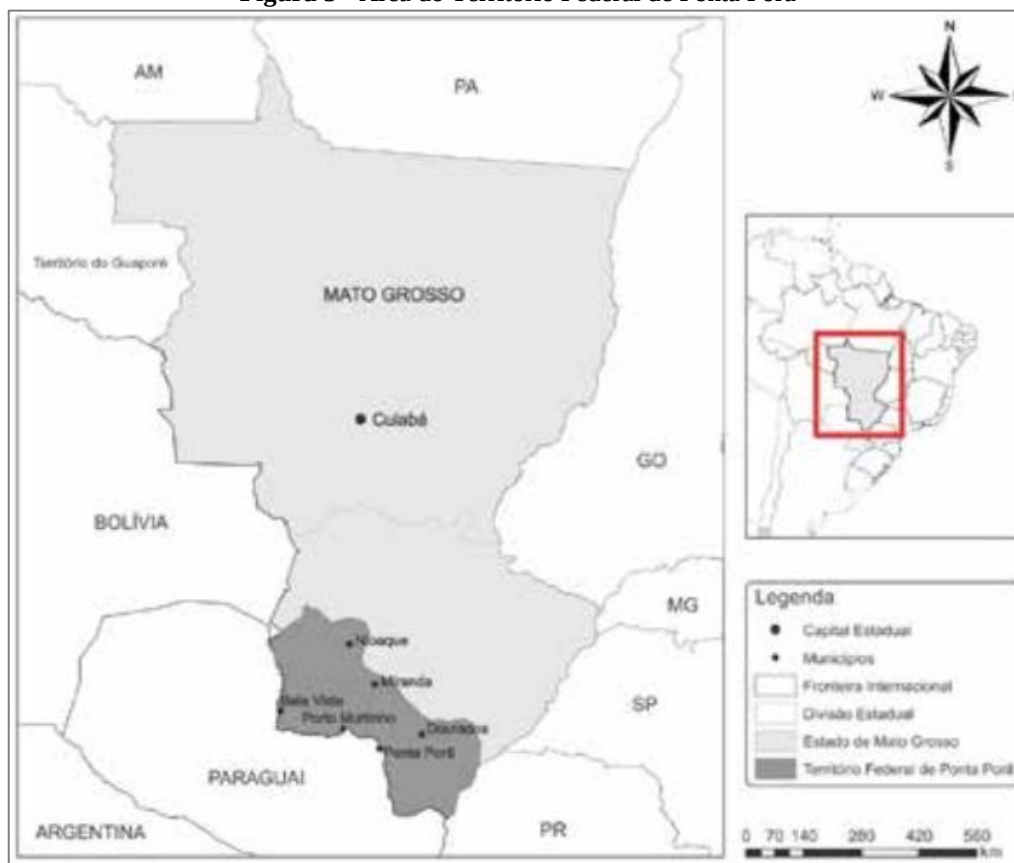
De certa forma, foi essa fusão entre o público e o privado que causou preocupação ao governo Vargas. No início de seu governo, na década de 1930, tomou algumas medidas no sentido de pôr limite à Matte. Entre elas, criou em 1931 o Conselho do Matte, taxou o quilo do produto da erva-mate para exportação, incentivou os produtores do Estado do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, essas medidas não foram suficientes para desestruturar a empresa, cuja permanência impossibilitava o parcelamento territorial, pois a liberação da área reservada para colonizar dependia do poder público que, por sua vez, se confundia com o poder privado. Diante disso, a desestruturação da referida Companhia foi sendo adiada até a nova reorganização do poder central no Estado Novo. A partir da oficialização da Marcha para Oeste, o sul de Mato Grosso, considerado desprotegido militarmente, tornou-se alvo a ser atingido, para nele implementar projetos que garantissem coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas (Oliveira, 2013a, p.17).

Em 1941, o governo central negou a autorização de renovação do contrato de arrendamento à Matte Larangeira, entretanto, a empresa resistiu usando de sua influência

política. Em 1942 o governo federal solicitou a liberação da área para a colonização e teve o pedido negado por parte do poder público estadual⁸ (Oliveira, 2013a).

Então, foi criado o Território Federal de Ponta Porã em 1943, através do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que abrangia as áreas dos municípios de Bela Vista, Dourados, Miranda, Porto Murtinho, Nioaque, parte de Corumbá e Ponta Porã, ficando neste último a capital. De acordo com Oliveira (2013a), a criação desta área como território independente dos poderes do governo estadual de Mato Grosso por um curto período, revela a intenção do Governo Federal no enfraquecimento da Matte Larangeira, já que a área delimitada para a criação do território coincide com a região onde se encontravam a maioria dos ervais (Figura 5).

Figura 5 - Área do Território Federal de Ponta Porã



Fonte: Oliveira, 2013a, p.21.

⁸ De acordo com Moreira (2012), o governo do estado de Mato Grosso não tinha interesse em perder a arrecadação de impostos provenientes da Matte Larangeira. A troca de favores entre o público e o privado perdurou do final do século XIX até a metade do século XX. Mas em 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas em âmbito nacional, chegou ao fim essa relação, ao considerar que a Matte Larangeira poderia atrapalhar os planos de ocupação do Centro-Oeste brasileiro.

Ainda como desdobramento da Marcha para o Oeste, foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), por meio do Decreto-Lei n. 5.941 de 28 de outubro de 1943, na região sul do estado de Mato Grosso, região do Território Federal de Ponta Porã. Nela foram distribuídos 8.800 lotes de terra de 30 hectares para famílias pobres, que demonstrassem identidade com o trabalho rural. Os lotes eram doados aos cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, considerados pobres e que se comprometessem a residir no local. Era dada preferência às famílias com maior número de filhos e os lotes não poderiam ser vendidos, alugados, hipotecados, alienados ou transferidos até que se obtivesse o título definitivo de posse (Oliveira, 2013a).

As ideias separatistas do estado de Mato Grosso entre a região norte (Cuiabá) e sul (Campo Grande) tiveram início ainda no fim do século XIX, entretanto, não prosperavam devido aos outros interesses que sobressaíam frente ao processo de separação territorial. Um movimento separatista só passou a existir a partir de 1932, com a criação da Liga Sul-mato-grossense, composta por jovens estudantes no Rio de Janeiro, filhos dos grandes proprietários de terras do sul do Mato Grosso. As ambições da Liga foram frustradas durante o governo Vargas e somente em 1959 surgiu, no município de Campo Grande, um grupo separatista com um manifesto chamado Movimento pró-divisão de Mato Grosso (Machado, 2020). Segundo Bittar (2017), havia em Campo Grande uma nova elite política, que passou a rivalizar com os políticos do norte, de Cuiabá, e que desde então, essa nova elite sonhava em ter Campo Grande como a capital do novo estado.

De fato, na década de 1940, segundo dados da época, a sua arrecadação tributária era superior à de Cuiabá, além de ser também a cidade mais populosa de Mato Grosso. A essa altura, Campo Grande já ocupava a posição de centro político e econômico do sul de Mato Grosso e o que se observa nos documentos e publicações de então é o orgulho da elite pecuarista, sempre manifestando a convicção no “progresso” e no “destino” da cidade que não era outro senão o de vir a se tornar capital. Por essa razão, a divisão do estado passou a contar com um ingrediente a mais: o antagonismo de Campo Grande e Cuiabá (Bittar, 2009a, p. 203-204).

De acordo com Bittar (2009a), os fatores determinantes para o nascimento das ideias divisionistas do sul foram: i) o distanciamento do sul em relação à Cuiabá (capital de Mato Grosso à época); ii) a falta de comunicação eficiente entre as duas regiões devido à distância; iii) o sentimento de não pertencimento, e; iv) o controle burocrático realizado pela região norte. Entretanto, talvez um dos principais fatores para a empreitada divisionista tenha sido a sede de poder almejada pelas elites agropecuárias da região sul. Mesmo com a superioridade econômica

e, por vezes, a representatividade política que a região sul do estado detinha perante os poderes Executivo e Legislativo fazia-se indispensável ter um território e uma máquina de governo que pudessem ser “chamados de seus”.

Podemos afirmar que o isolamento em que vivia uma região em relação à outra fez com que se formasse no sul uma classe economicamente poderosa que rivalizava com a do norte e que acabou sobrepujando as oligarquias tradicionais daquela região. Economicamente mais forte, vinha tentando, particularmente após 1930, despojar do aparelho de Estado os grupos que monopolizavam “o governo de Cuiabá”. O que passou a ocorrer foi uma inadequação entre a condição de superioridade econômica dessa classe situada geograficamente no sul e o fato de ela não dispor de um aparelho de Estado próprio, isto é, naquela região de Mato Grosso, pois mesmo quando os sulistas conquistaram maioria na Assembleia Legislativa e passaram a exercer mais vezes que os nortistas a chefia do Executivo, isto não lhes foi suficiente porque, na lógica do separatismo, os recursos financeiros do sul continuariam canalizados para Cuiabá. Não bastaria, portanto, que os grupos economicamente dominantes do sul chegassem a participar do governo “do norte”: para eles, teria que existir um governo no sul. Um governo que finalmente adequasse a condição de classe economicamente dominante desses grupos à de classe dirigente, já que eles tinham tudo, exceto a direção política do Estado, isto é, o aparelho de Estado, o conjunto de toda a administração *no* sul e *do* sul (Bittar, 2009a, p. 308-309).

Com o golpe de 1964 e a implantação do regime militar no Brasil, as chances de uma divisão do território nacional quase que se esgotaram, visto o perfil centralizador que tendem a ser os governos ditatoriais. Mas foi no governo de Ernesto Geisel que foi criado o estado de Mato Grosso do Sul, a partir da divisão do antigo estado de Mato Grosso. No governo Geisel foi gestado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e teve a intenção de mudar a configuração geográfica de algumas regiões do país. De uma política de cunho desenvolvimentista, a obsessão em ocupar áreas desintegradas forneceu respaldo para o início da demanda divisionista. Os estudos geopolíticos de Golbery do Couto e Silva, ministro Chefe da Casa Civil, foram decisivos para a tomada de decisão, sendo considerado o mentor intelectual da divisão (Bittar, 2017).

Além da geopolítica, a questão política, propriamente dita, foi preponderante para a tomada de decisão de Geisel. Segundo Bittar (2009a), havia a preocupação de Geisel com “os dias de amanhã” frente ao fortalecimento da luta pela redemocratização no Brasil na década de 1970. Assim, além de atender aos anseios da elite agrária do sul, a criação de um novo estado possibilitaria o incremento da base parlamentar do regime militar, considerando uma posterior “abertura controlada” para redemocratização.

E assim ocorreu a divisão do estado de Mato Grosso em 1977, um ato de cima para baixo, imposto pelo governo Geisel. Não houve consulta à Assembleia Legislativa, ao Governo Executivo Estadual ou ao povo mato-grossense, tanto do norte quanto do sul (Bittar, 2017). De acordo com Bittar (2009a), o processo passou tão distante do conhecimento popular que a “[...] maioria nem sequer soube do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional e da sua aprovação em setembro, só vindo a saber do ato consumado em outubro” (Bittar, 2009a, p. 316).

Após a divisão, Mato Grosso do Sul ficou com 55 municípios⁹, totalizando uma área de 350,5 mil km², o sétimo maior estado brasileiro. Composto por aproximadamente 1 milhão de habitantes em 1970, o estado recém criado era predominantemente rural, sendo 54,7% dos habitantes residentes na zona rural e 45,3% da zona urbana. A densidade demográfica na época era, portanto, de 2,85 habitantes por km². Na década de 1980 houve a inversão dessa estrutura, em que a população sul-mato-grossense passou pelo processo de urbanização acelerada, vindo a registrar 67% da população na zona urbana (919 mil) e 33% na zona rural (450 mil) (Bittar, 2009b).

Como herança da ocupação das terras durante o período de Mato Grosso (uno) e sem políticas efetivas de reforma agrária, a grande propriedade rural e a má distribuição de terras são características ainda presentes no atual Mato Grosso do Sul. Segundo Missio e Rivas (2019), foi o estabelecimento das atividades ligadas à criação de gado, entre o final do século XIX e início do século XX, como a exportação de couro, a produção de charque e exportação de gado em pé, que conduziram ao início da constituição dos grandes latifundiários da região sul de Mato Grosso. Para Bittar (2009b), a má distribuição de terras decorre da implantação da agricultura moderna voltada para atender à demanda externa, com concentrações fundiária e produtiva, em detrimento da produção de alimentos para atender à demanda interna.

De acordo com Bittar (2009b), em 1970, 63% dos estabelecimentos agropecuários detinham menos de 100 hectares e correspondiam a 2% da área total de terras, enquanto que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais totalizavam 12% do total de estabelecimentos e 84% do total da área.

Em 2017, segundo dados do Censo da Agropecuária de 2017, IBGE (2022), a situação não sofreu alterações significativas. Os estabelecimentos com até 100 hectares correspondiam a 69% do total de estabelecimentos e ocupavam 3% do total da área, enquanto que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais correspondiam a 10% dos estabelecimentos e

⁹ Segundo dados do Ipeadata, foram criados 24 municípios em Mato Grosso do Sul após 1977, conforme constam em levantamentos nos anos de 1985 (64 municípios), 1991 (72 municípios), 1995 (77 municípios), 2005 (78 municípios) e 2013 (79 municípios).

77% da área. Essa estrutura fundiária contrasta com os exemplos selecionados, como os estados do Paraná e São Paulo. No Paraná, por exemplo, 92% dos estabelecimentos tinham até 100 hectares e ocupavam 31% da área, enquanto que os estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais correspondia a apenas 1% e ocupava a área equivalente a 26% do total. Os dados estão alocados na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidades e áreas de estabelecimentos agropecuários de Mato Grosso do Sul, de Unidades da Federação selecionadas e do Brasil em 2017 - em %

Localidade	Até 100 hectares		Mais de 1.000 hectares	
	Quantidade	Área	Quantidade	Área
Mato Grosso do Sul	69%	3%	10%	77%
Mato Grosso	69%	5%	8%	80%
Goiás	74%	13%	3%	47%
Paraná	92%	31%	1%	26%
São Paulo	87%	20%	1%	45%
Brasil	91%	20%	1%	48%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Agropecuário 2017, IBGE (2022).

Do total de 30.549.179 de hectares de Mato Grosso do Sul, aproximadamente 12% foi destinado ao cultivo de lavouras em 2017, conforme Tabela 2. A maior área foi destinada às pastagens, equivalente a 18,4 milhões de hectares ou 60,4% da área total, com destaque às pastagens plantadas em boas condições, que representava 42,8% da área total.

Tabela 2 - Utilização das terras de Mato Grosso do Sul em 2017 - em hectares e %

Utilização	Área (hectares)	Percentual da área total
Lavouras - permanentes	36.968	0,1%
Lavouras - temporárias	3.591.388	11,8%
Lavouras - área para cultivo de flores	1.178	0,0%
Pastagens - naturais	4.913.017	16,1%
Pastagens - plantadas em boas condições	13.065.924	42,8%
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	460.894	1,5%
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	6.026.258	19,7%
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	314.418	1,0%
Matas ou florestas - florestas plantadas	1.005.275	3,3%
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	366.853	1,2%
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	767.006	2,5%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Agropecuário 2017, IBGE (2022).

Com o processo de industrialização pesada que passava o Brasil no II PND na década de 1970, Mato Grosso do Sul foi inserido ao mercado nacional como produtor de bens alimentícios necessários ao abastecimento das classes trabalhadoras urbanas emergentes (Missio e Rivas, 2019). De acordo com Bittar (2009b), a principal cultura produzida no estado em 1975 foi o arroz, que correspondia a mais da metade do volume global da produção dos nove principais gêneros cultivados (algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, soja e trigo). Já na década de 1980, em resposta aos interesses comerciais da época, houve mudança nas principais culturas produzidas, passando o protagonismo para a soja e para a cana-de-açúcar, que totalizavam 80% da produção dos nove principais gêneros cultivados.

Com um dos principais rebanhos bovinos do país, a pecuária sul-mato-grossense assistiu ao crescimento do seu rebanho a partir de moldes ultra extensivos, que mirava a ocupação de vastas áreas com pastagens naturais a fim de formar o gado com baixo investimento tecnológico (Bittar, 2009b). Já nas últimas décadas do século XX, a pecuária bovina avançou “[...] com base na formação de pastagens artificiais, no melhoramento genético do rebanho e na instalação de indústrias frigoríficas” (Bittar, 2009b, p. 33), principalmente com a boa adaptação do gado nelore brasileiro.

A indústria de Mato Grosso do Sul está alicerçada nas atividades relacionadas à agropecuária, com destaque para a agroindústria de produtos alimentícios. Conforme já citado, as indústrias de açúcar e álcool e os frigoríficos foram instalados nas décadas de 1980 e 1990. Bittar (2009b) resume bem a estrutura econômica sul-mato-grossense, que de certa forma, cumpre com sucesso sua “vocação” ao agronegócio, pois une a atividade primária aos avanços tecnológicos da área, preterindo a formação de indústrias de alta tecnologia e valor agregado:

[...] persiste uma concepção de estrutura agrária, mesmo que modernizada pelas relações capitalistas de produção, na medida em que o urbano ainda padece da ausência de setores econômicos vinculados a um processo de industrialização orgânico e, por conseguinte, esses novos protagonistas da sociedade sul-mato-grossense ainda não foram capazes de formular um projeto societário que incorpore a herança agrária – econômica e política – ao urbano-industrial nos marcos da revolução técnico-científica (Bittar, 2009b, p. 438).

Em resumo, a área do atual Mato Grosso do Sul passou de “área de passagem” no século XVIII a grande produtor e exportador de agropecuários no século XXI. A ocupação do território do sul do Mato Grosso ocorreu inicialmente para a criação de gado, mas somente com o incentivo governamental nos anos 1930, com a chamada “Marcha para Oeste”, houve maior

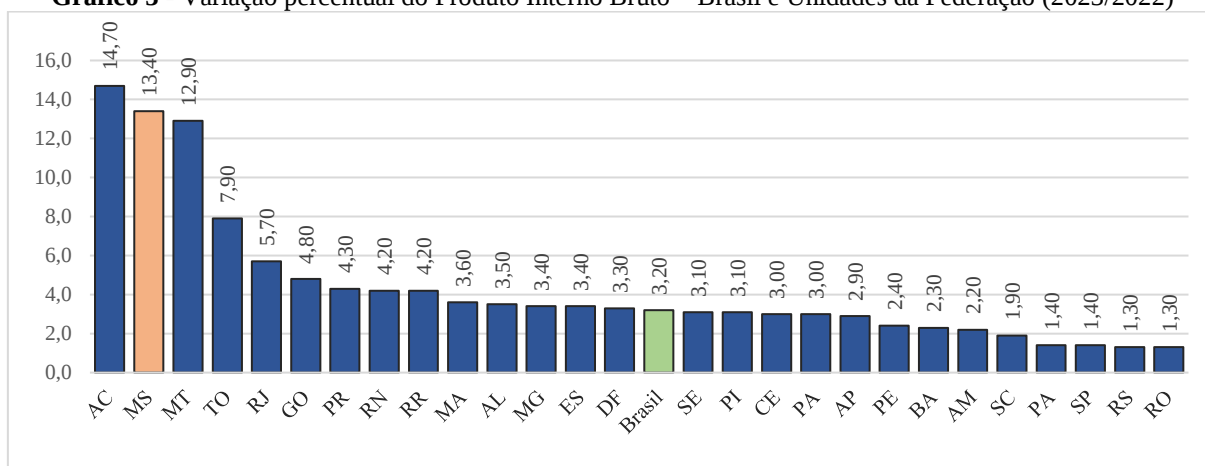
penetração no território a partir da doação de terras para famílias pobres para se estabelecerem no interior do país e garantir o povoamento das áreas “vazias”. No entanto, a concentração de terra nas mãos de poucas famílias ainda é uma marca registrada do território de Mato Grosso do Sul.

Atualmente o estado se destaca entre os maiores produtores e exportadores de soja, milho e carne, mantendo sua função original na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e de produtos com baixo valor agregado ao mercado externo. Mas, como se sabe, no capitalismo nada é estático. Se observou a instalação de novos capitais, em novas atividades industriais, que certamente buscam extrair as maiores taxas de lucro possíveis, tal como destacou Smith (1988) no processo de diferenciação. Com a grande expansão econômica de Mato Grosso do Sul registrada no período recente (após 2010), cabe analisar se esse progresso resultou em desenvolvimento (econômico e social) ou foi resultado apenas da modernização econômica aliada à conjuntura favorável à alguns setores da economia, assunto que será tratado na próxima subseção.

3.3 Desenvolvimento ou modernização?

Esta subseção tem como título o questionamento feito por Furtado (2002) para o caso brasileiro, conforme apresentado na seção 2 desta pesquisa. A questão se colocava sobre o estado da sociedade brasileira já no final do século XX, em que contrastava o elevado potencial de recursos com o baixo desenvolvimento alcançado. Essa questão foi colocada para apoiar a análise sobre o processo de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul na última década (após 2010), devido às elevadas taxas de crescimento econômico constatadas no período. Vejamos alguns dados sobre a dinâmica recente do crescimento.

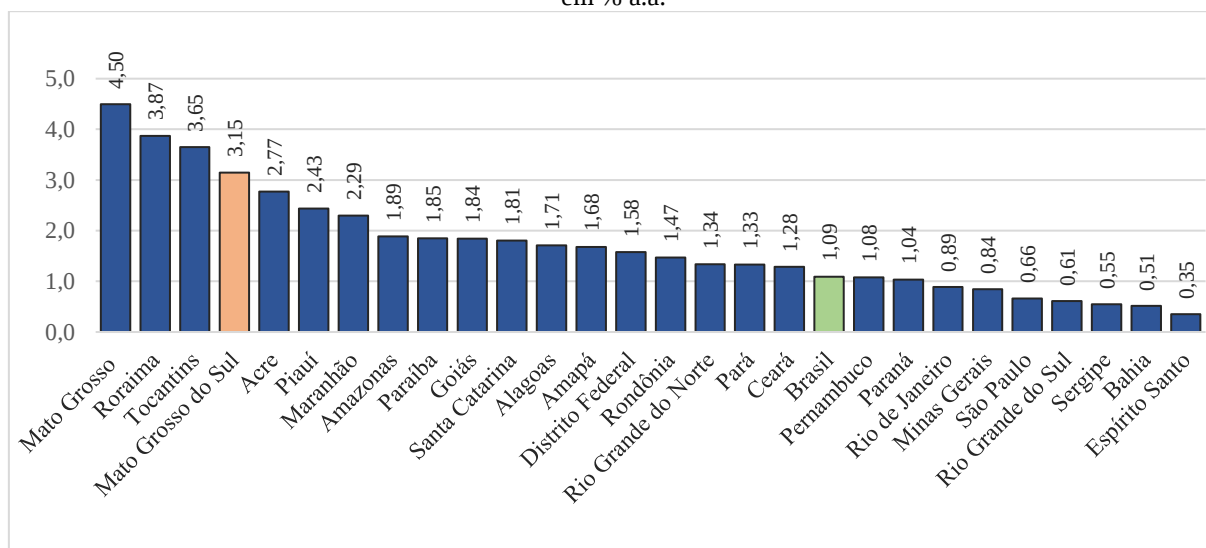
De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Semadesc (2025), a taxa de crescimento do PIB de Mato Grosso do Sul foi a segunda maior em 2023. O estado registrou variação de 13,4%, mais de quatro vezes acima da taxa de crescimento do PIB nacional, que foi de 3,2%, e ficou atrás apenas da taxa de crescimento registrada no Acre (14,7%), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Variação percentual do Produto Interno Bruto – Brasil e Unidades da Federação (2023/2022)

Fonte: Semadesc (2025).

Dados divulgados Sistema de Contas Regionais – 2023, IBGE (2025a), permitiram calcular a taxa média de crescimento da produção a partir de 2010. Os dados foram organizados em ordem decrescente no Gráfico 4. Constatou-se que a economia sul-mato-grossense apresentou forte dinâmica de crescimento no período 2010/2023, visto que ocupou a quarta colocação em matéria de crescimento econômico entre as 27 Unidades da Federação. A taxa de crescimento calculada para Mato Grosso do Sul foi de 3,15% a.a., atrás apenas das taxas de crescimento registradas nos estados de Mato Grosso (4,5% a.a.), Roraima (3,87% a.a.) e Tocantins (3,65% a.a.). Quando comparada à taxa de crescimento nacional, que cresceu à taxa média de 1,09% a.a., verificou-se que o PIB sul-mato-grossense cresceu à taxa três vezes superior que a constatada no PIB do país. Em nível de comparação, crescendo à mesma taxa de 3,15% a.a., o valor do PIB sul-mato-grossense dobraria em 23 anos, enquanto que para o PIB brasileiro dobrar crescendo à taxa média de 1,09% a.a. levaria 64 anos.

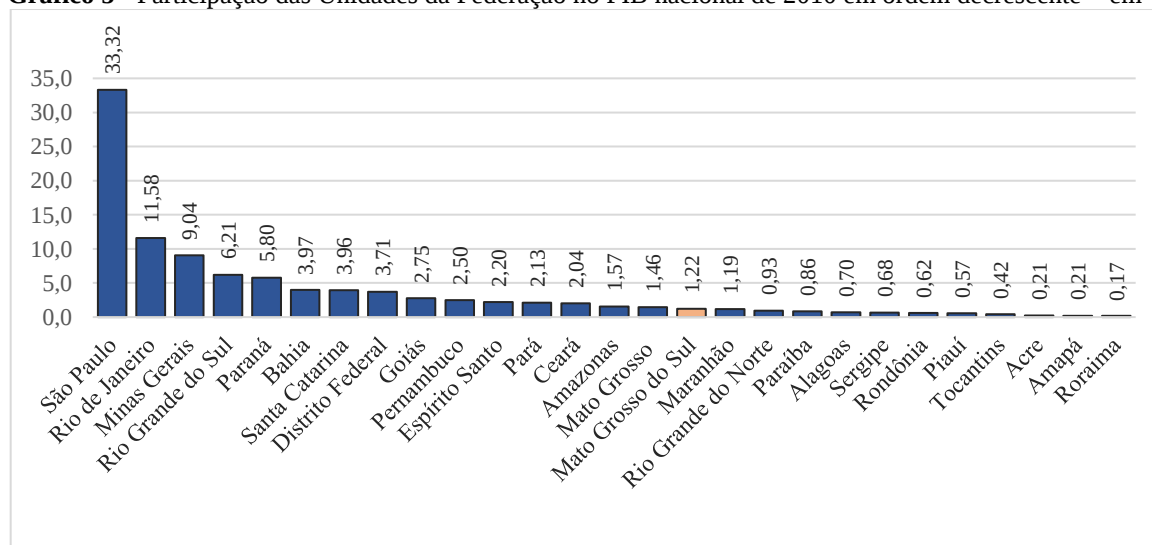
Gráfico 4 - Taxa média de crescimento anual do PIB das Unidades da Federação e Brasil entre 2010 e 2023 – em % a.a.



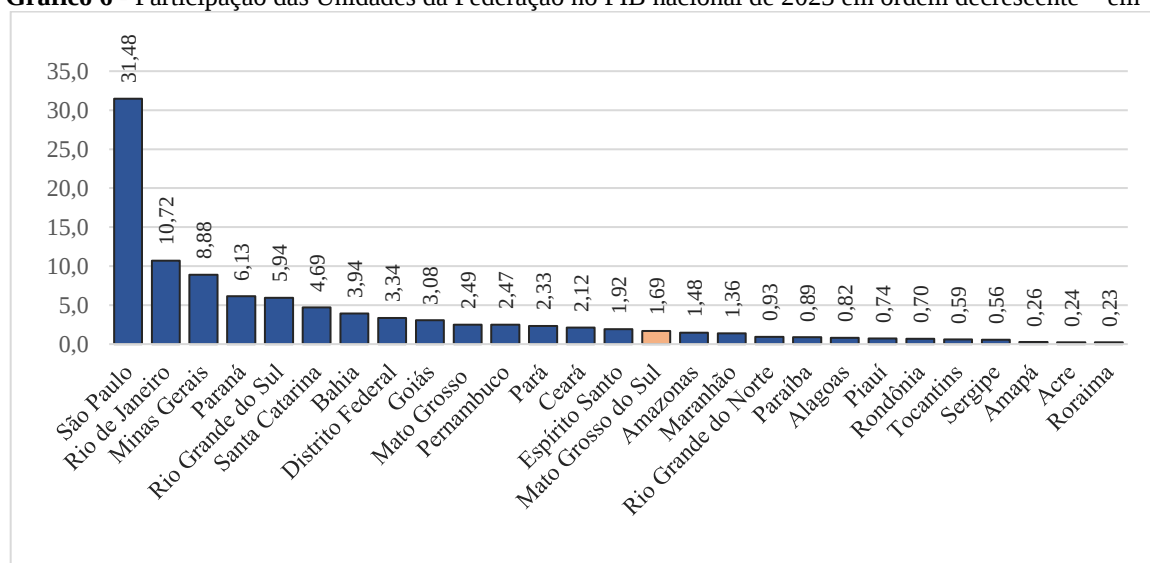
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais, IBGE (2025a).

O forte crescimento econômico da economia sul-mato-grossense refletiu no aumento da participação do PIB de Mato Grosso do Sul no PIB brasileiro. Os gráficos 5 e 6 apresentam as participações nos anos de 2010 e 2023. Em 2010, Mato Grosso do Sul participava com 1,22% do PIB nacional, enquanto que treze anos depois, em 2023, essa participação saltou para 1,69%, acréscimo de 0,47 p.p. no período. Esse aumento resultou no avanço de posição no *ranking* entre as demais Unidades da Federação, passando da 16ª para 15ª maior economia do país.

Gráfico 5 - Participação das Unidades da Federação no PIB nacional de 2010 em ordem decrescente – em %

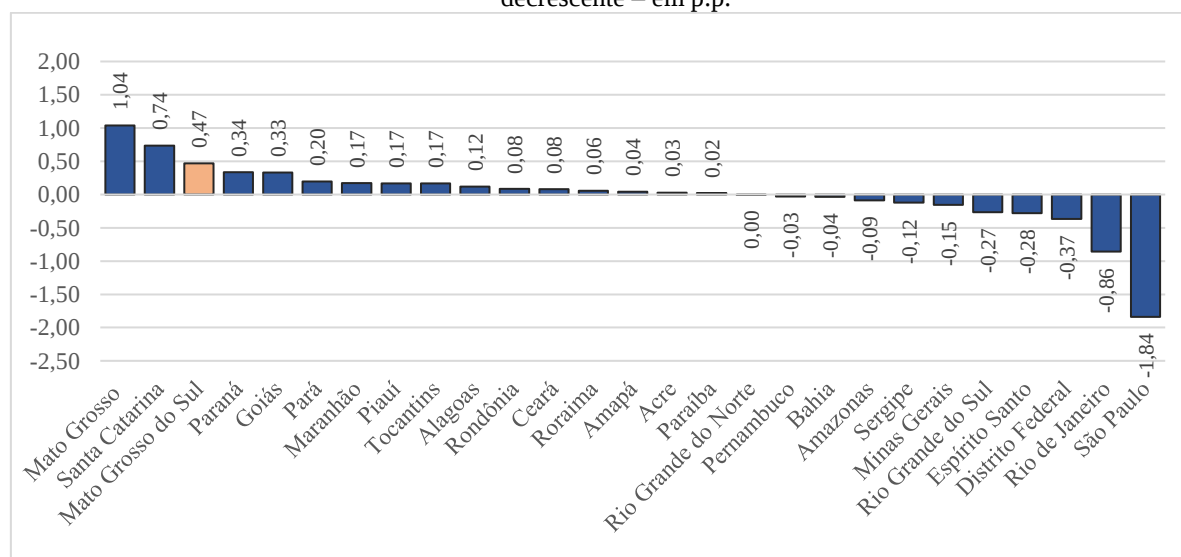


Fonte: Sistema de Contas Regionais, IBGE (2025a).

Gráfico 6 - Participação das Unidades da Federação no PIB nacional de 2023 em ordem decrescente – em %

Fonte: Sistema de Contas Regionais, IBGE (2025a).

Portanto, nesse período tivemos aumento nas participações de estados como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com economias relativamente pequenas, enquanto as maiores economias do país (com baixas taxas de crescimento médio no período 2010/2023) viram suas participações relativas na composição do PIB nacional se reduzirem, como nos casos de São Paulo (-1,84 p.p.) e Rio de Janeiro (-0,86 p.p.), vide Gráfico 7.

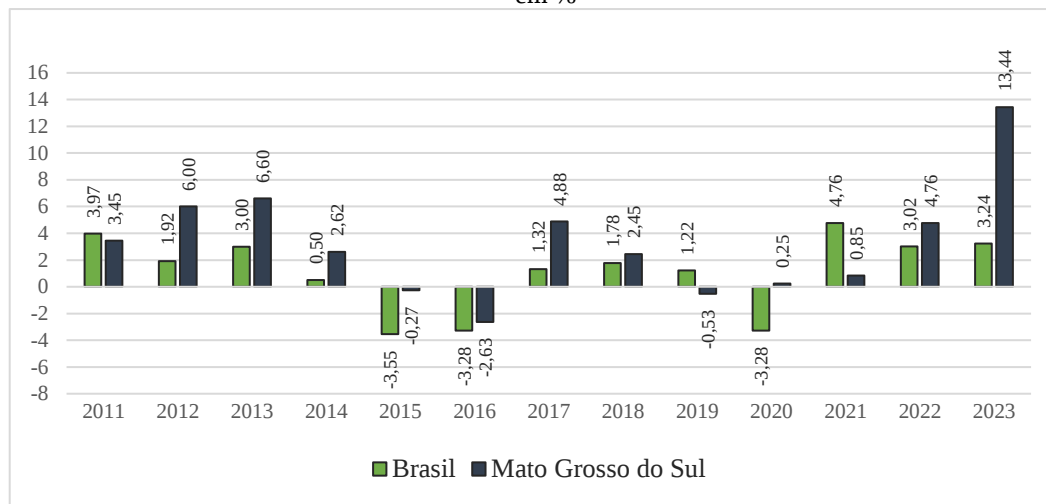
Gráfico 7 - Variações nas participações das Unidades da Federação no PIB nacional de 2023 em ordem decrescente – em p.p.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais, IBGE (2025a).

Ao observar as taxas de crescimento do PIB de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 (Gráfico 8), é possível verificar três períodos de crescimento e dois de crises. Nos anos entre

2011 a 2014 foram registradas taxas positivas de crescimento do PIB sul-mato-grossense, no qual Agropecuária, Indústrias e Serviços cresceram em todos os anos, com as exceções da Agropecuária em 2011 e da Indústria em 2014 (Semadesc, 2022).

Gráfico 8 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 – em %



Fonte: Semadesc (2025).

No biênio 2015/2016, a economia sul-mato-grossense seguiu a tendência de queda da economia brasileira, que embora tenha registrado um bom crescimento na Agropecuária (10,08%) no primeiro ano, as quedas na Indústria e nos Serviços foram significativas. Em 2016, a Indústria apresentou estabilidade, enquanto Agropecuária e Serviços registraram quedas. A recuperação ocorreu no biênio posterior, assim como no cenário nacional, marcado pelo expressivo crescimento da Agropecuária (+24,98%) em 2017, reflexo dos avanços nas culturas do milho e da soja (Semadesc, 2022).

Em 2019, a Agropecuária e a Indústria puxaram a produção para baixo. Na primeira, decorrentes da quebra da safra de soja naquele ano, da redução da produção florestal (silvicultura) e na criação de bovinos. Na Indústria, o impacto foi decorrente das quedas dos preços e volume de produção no setor de fabricação de celulose e queda nos preços do setor de fabricação de álcool e outros biocombustíveis. Em 2020, com crescimento do PIB de 0,25%, a Agricultura cresceu 14,56%, com destaque para a recuperação da safra de soja, além das atividades da pecuária relacionadas a aves e suínos. A Indústria apresentou estabilidade e os Serviços registraram queda de -3,64%, impactados pela conjuntura da pandemia de Covid-19 que restringiu a circulação de pessoas e, consequentemente, afetou principalmente as atividades de Alojamento e alimentação (-23,4%) e Serviços domésticos (-17,3%). Em 2021, enquanto a economia nacional cresceu 4,76%, a economia sul-mato-grossense avançou apenas 0,85%. A

Indústria apresentou ligeiro crescimento e os Serviços se recuperaram da queda do ano anterior com crescimento de 7,64%. A Agropecuária apresentou queda de -17,31%, resultante das quedas nas atividades da pecuária e produção florestal, além dos impactos das intempéries climáticas no outono e inverno daquele ano (Semadesc, 2022).

Em 2022, a economia de Mato Grosso do Sul cresceu 4,76%, superior ao crescimento nacional, em que a Agropecuária apresentou crescimento de 6,82% e o destaque na Indústria foi o crescimento mais acelerado da Construção. Nos Serviços, todas as atividades apresentaram crescimento, com exceção de Informação e comunicação que registraram queda de -26,2%.

No último ano do período, o crescimento registrado de 13,44% foi resultado dos avanços dos três grandes setores. A Agropecuária cresceu 12,6%, impulsionada pela safra recorde de grãos (soja), além dos avanços nas atividades relacionadas ao cultivo de algodão, cana-de-açúcar, criações de bovinos, suínos e aves e às atividades de silvicultura e pesca e aquicultura. Na Indústria, que registrou crescimento de 0,6%, na indústria de transformação se destacaram atividades relacionadas à alimentos e bebidas, celulose e papel e fabricação de álcool. Em Serviços, apenas atividades de informação e comunicação apresentaram retração.

Conforme o Quadro 1, desagregando a economia em 12 setores, foram calculados os índices do valor adicionado bruto (VAB) de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023. Considerando 2010 igual a 100, se constata como os setores se comportaram durante o período, como por exemplo, no crescimento contínuo a Agropecuária registrou até 2015, seguido por um período de altos e baixos até 2022 e, posteriormente, no crescimento significativo em 2023 (55,25%). Considerando todo o período, a Agropecuária cresceu à taxa média de 6,65% ao ano, a maior taxa média de crescimento entre todos os setores (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa média de crescimento das atividades econômicas em Mato Grosso do Sul - 2023/2010 (em % a.a.)

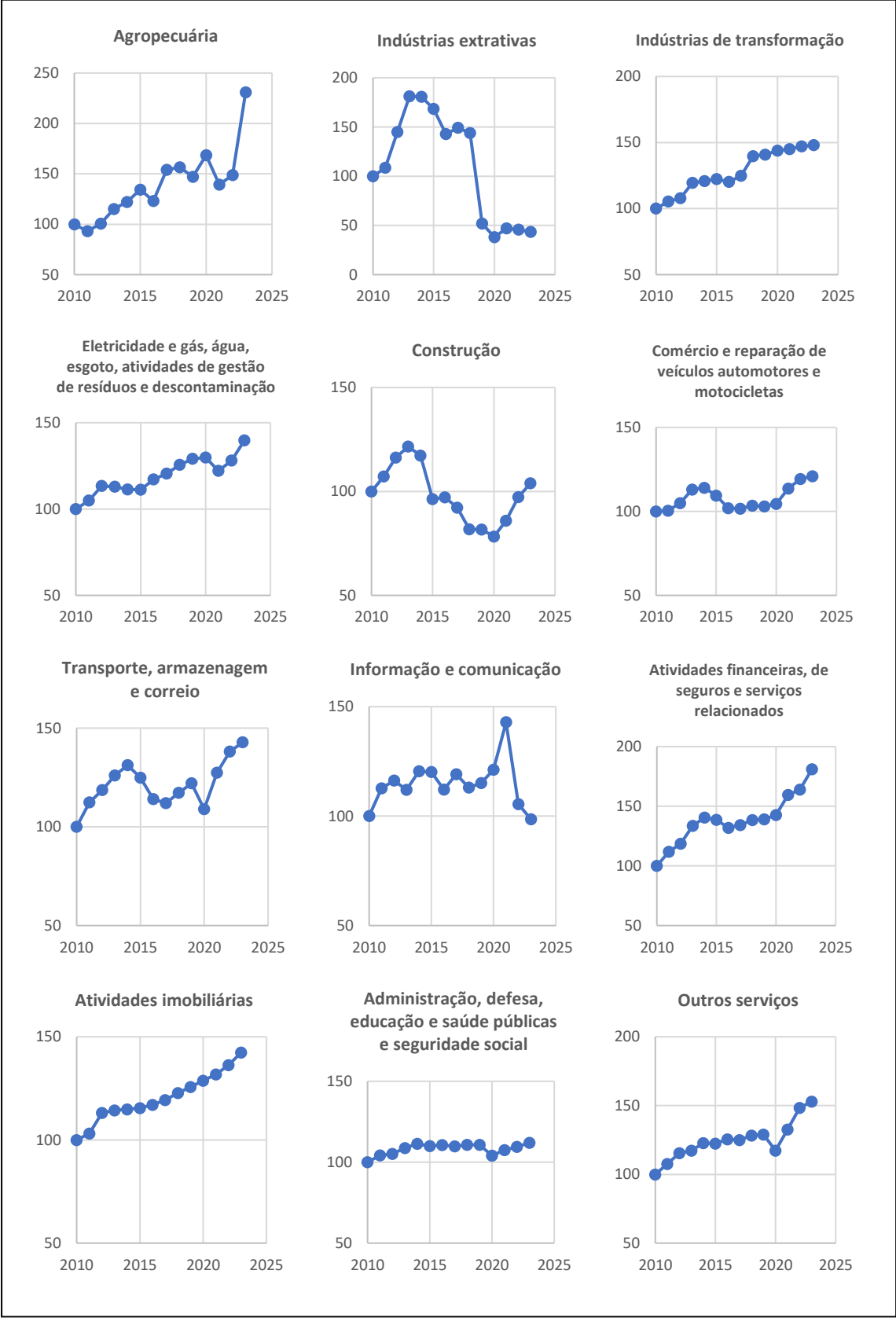
Atividade econômica	Taxa média de crescimento
Agropecuária	6,65
Indústrias extrativas	-6,20
Indústrias de transformação	3,06
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,61
Construção	0,30
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1,48
Transporte, armazenagem e correio	2,78
Informação e comunicação	-0,11
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,67
Atividades imobiliárias	2,76
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	0,88
Outros serviços	3,32

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais, IBGE (2025a).

Entre os quatro setores da Indústria, apenas dois apresentaram tendência de crescimento ao longo do período: Indústrias de transformação e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, que cresceram às taxas médias de 3,06% a.a. e 2,61% a.a., respectivamente. As Indústrias extrativas, embora tivessem apresentado tendência de alta até 2013/2014, apresentou queda em 2015 e mergulhou em uma grande contração em 2019 (-63,88%). De forma semelhante, a Construção iniciou o período com crescimento, entretanto, apresentou queda após 2014, recuperando-se apenas em 2021, de forma que a taxa média anual de crescimento ficou praticamente constante (0,3% a.a.).

Em Serviços, das sete atividades, apenas Informação e comunicação apresentaram taxa média negativa de crescimento (-0,11% a.a.). Os setores que mais cresceram após 2010 foram Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,67% a.a.), Outros serviços (3,32% a.a.), Transporte, armazenagem e correio (2,78% a.a.) e Atividades imobiliárias (2,76% a.a.). Já as atividades de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas apresentaram desaceleração a partir de 2015, apresentando recuperação apenas em 2021, de modo que a taxa média de crescimento foi de 1,48% a.a. no período. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social apresentaram tendência de estabilidade, com taxa média de crescimento em 0,88% ao ano.

Quadro 1 – Valor adicionado bruto (VAB) por atividade econômica de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 (2010=100)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2025a).

Portanto, foi constatado que a Agropecuária foi o setor que mais cresceu entre 2010 e 2023. Na sequência vieram Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, Outros serviços e Indústrias de transformação. Esse ritmo de crescimento alterou a estrutura de produção da economia sul-mato-grossense nesses últimos anos, Quadro 2. Em 2010, a Agropecuária representava 17,23% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, enquanto que a Indústria representava 22,61% e os Serviços completavam os 60,16% restantes. Após 13 anos, constatamos o crescimento da participação da Agropecuária no VAB total, com 25,92% (mais de $\frac{1}{4}$ do VAB era representado pela Agropecuária), variação de 8,69 p.p. no período. Em contrapartida, Indústria e Serviços perderam espaço no VAB total. A Indústria passou a representar 22,35% do VAB total (variação de -0,26 p.p.) e os Serviços registraram 51,73% de participação no VAB do estado em 2023 (variação de -8,43 p.p.).

Na participação da Indústria, as Indústrias de transformação ganharam espaço no VAB total, passando de 9,34% em 2010 para 14,77% em 2023, variação equivalente a 5,43 pontos percentuais. Consequentemente, as outras atividades perderam participação, com destaques para as maiores variações em Construção (-2,42 p.p.) e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (-2,67 p.p.).

Em Serviços, apenas Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados ganhou participação no VAB total (0,86 p.p.), mas ainda representa uma pequena porção do VAB do estado, com Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e Outros serviços respondendo por 37,5% do VAB total.

De acordo com Furtado (2024), o aumento da renda pode resultar de um dos seguintes processos: i) do desenvolvimento econômico, a partir da acumulação de capital e inserção de processos produtivos eficientes; ii) da exploração de recursos naturais não renováveis, e; iii) da especialização via realocação de recursos considerando um sistema de divisão internacional do trabalho. Assim, a modernização resultaria no aumento da renda e na adoção de novos padrões de consumo frutos dos processos listados nos processos ii ou iii, ou seja, sem desenvolvimento econômico (Furtado, 2024).

Quadro 2 - Valor Adicionado Bruto dos setores econômicos em Mato Grosso do Sul - 2010 e 2023 (em valores correntes e em percentual)

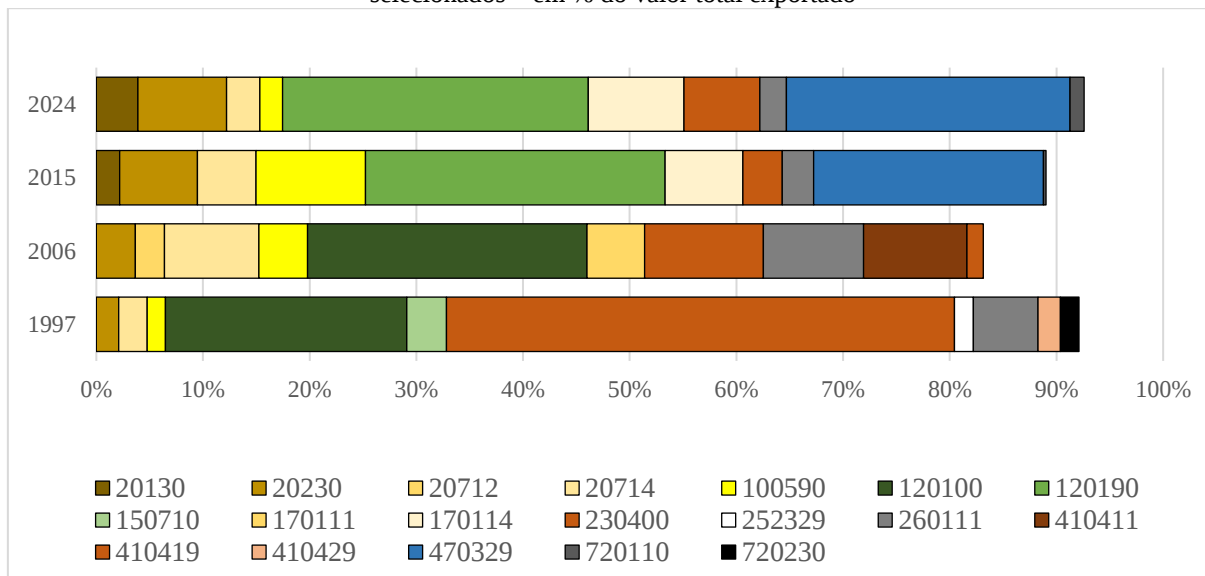
Atividade econômica	2010		2023	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Agropecuária	7.151,6	17,23	41.831,6	25,92
Indústria	9.380,8	22,61	36.058,9	22,35
Indústrias extrativas	420,0	1,01	670,8	0,42
Indústrias de transformação	3.876,9	9,34	23.833,4	14,77
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2.556,2	6,16	5.625,7	3,49
Construção	2.527,7	6,09	5.929,1	3,67
Serviços	24.963,6	60,16	83.478,7	51,73
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5.535,9	13,34	16.911,4	10,48
Transporte, armazenagem e correio	1.229,7	2,96	3.275,0	2,03
Informação e comunicação	665,2	1,60	1.735,9	1,08
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.149,9	2,77	5.851,1	3,63
Atividades imobiliárias	3.421,5	8,25	12.183,5	7,55
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	8.186,3	19,73	26.829,2	16,63
Outros serviços	4.775,1	11,51	16.692,6	10,34
Total	41.496,0	100,00	161.369,2	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do Sistema de Contas Regionais (IBGE, 2025a).

Ao se observar os dados do Quadro 2, o caso sul-mato-grossense se aproxima da situação de especialização via realocação de recursos, entretanto, inseridos numa especialização produtiva de bens primários, respeitando a imposição externa na divisão internacional do trabalho. Além da produção agropecuária, cabe destacar a participação das Indústria de transformação na dinâmica da economia do estado, já que representavam no último período aproximadamente 15% do VAB total.

Os dados das exportações evidenciam qual o papel incumbido ao estado de Mato Grosso do Sul para desempenhar no cenário mundial. Desde 1997, início da série histórica disponível na plataforma do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), os dez principais produtos exportados totalizaram 92% do valor total das exportações, com tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (SH6 230400) e soja, mesmo triturada (SH6 120100), como os principais produtos, com 47,6% e 22,6%, respectivamente, conforme (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Dez principais produtos (subposição SH6) exportados por Mato Grosso do Sul em anos selecionados – em % do valor total exportado



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Comex Stat (2025).

Em 2006, os dez principais produtos exportados somaram 83% do valor total exportado, sendo a soja, mesmo triturada (SH6 120100), com a maior participação (26,2%), seguido de tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (SH6 230400), com 11,1%. Entre os demais produtos estavam carnes, milho, açúcar, produtos de couro e peles curtidos e minérios. Em 2010, a soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (SH6 120190) passou a ser o principal produto exportado, com 28,1% do valor total exportado no estado. Naquele ano os produtos das indústrias da celulose (pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – SH6 470329) já representavam 21,6% do valor total exportado, sendo o segundo produto mais relevante da pauta exportadora.

Em 2024, 92,6% das exportações compreendiam apenas dez produtos, permanecendo a soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (SH6 120190) como principal produto exportado, com 28,6% das exportações. Com 26,6% das exportações, pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (SH6 470329) foi o segundo produto mais exportado naquele ano. Juntos, os dois principais produtos somaram 55% do total exportado. Entre os oito principais produtos exportados estavam carnes de bovino (SH6 20130 e SH6 20230), milho (SH6 100590) e outros açúcares de cana (SH6 170114). Se constata, portanto, a tendência do setor produtivo sul-mato-grossense numa especialização produtiva em setores de baixa e média complexidade produtiva, relacionada aos produtos da agricultura, indústrias extrativas e agroindústrias.

Um dos problemas desse tipo de especialização está relacionado aos baixos efeitos de encadeamentos para frente e para trás nas cadeias produtivas de outros subsetores e dentro do próprio subsetor, ou seja, o baixo impacto que a produção de um setor produz na demanda por bens de outros setores da economia, como é o caso da agricultura (Gala, 2017). No caso das indústrias, considerando as mais importantes em 2024, conforme produção exportada, o estado possuía sua estrutura industrial basicamente composta por agroindústrias: as indústrias de processamento de carnes e de soja, as usinas de produção de açúcar e as indústrias de papel (celulose). Como afirmou Gala (2017), não basta apenas a utilização de mecanização e divisão do trabalho para que a atividade se torne complexa. Ela precisa criar os elos entre os outros setores econômicos, coisa que o agronegócio (agroindústrias), que compreende as indústrias de processamento das *commodities*, realiza parcialmente.

Dados do mercado de trabalho de 2024 (Quadro 3) comprovam que o maior volume de empregos no mercado de trabalho formal nas Indústrias de transformação estava em atividades de produção para o mercado exterior, sendo Fabricação de produtos alimentícios (59.122 vínculos), Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (12.339 vínculos) e Fabricação de celulose, papel e produtos de papel (6.598 vínculos) as mais relevantes, totalizando juntas 67,6% dos empregos formais das Indústrias de transformação de Mato Grosso do Sul.

De acordo Carvalho e Gala (2020), setores menos complexos tendem a criar empregos de menor qualidade, com remunerações mais baixas. Os empregos para alta qualificação em Mato Grosso do Sul (tais como fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos ou fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos) são poucos pois também são escassas as empresas que necessitam desses profissionais. Essa estrutura concentra altas remunerações em poucas pessoas, enquanto a maioria se mantém com o salário de subsistência, haja vista o elevado exército de reserva disposto a trabalhar.

O Brasil é um país “muito desigual pois tem um sistema produtivo ruim, com baixa complexidade e pouca sofisticação. Faltam oportunidades, faltam bons empregos e faltam bons salários: não temos nem empresas nem produtos para gerar essas oportunidades” (Carvalho e Gala, 2020, p. 160). Dessa forma, assim como no caso brasileiro, temos no Mato Grosso do Sul uma estrutura produtiva baseada em bens de baixa complexidade, o que torna a vida aquele que precisa vender sua mão de obra para sobreviver um pouco mais difícil.

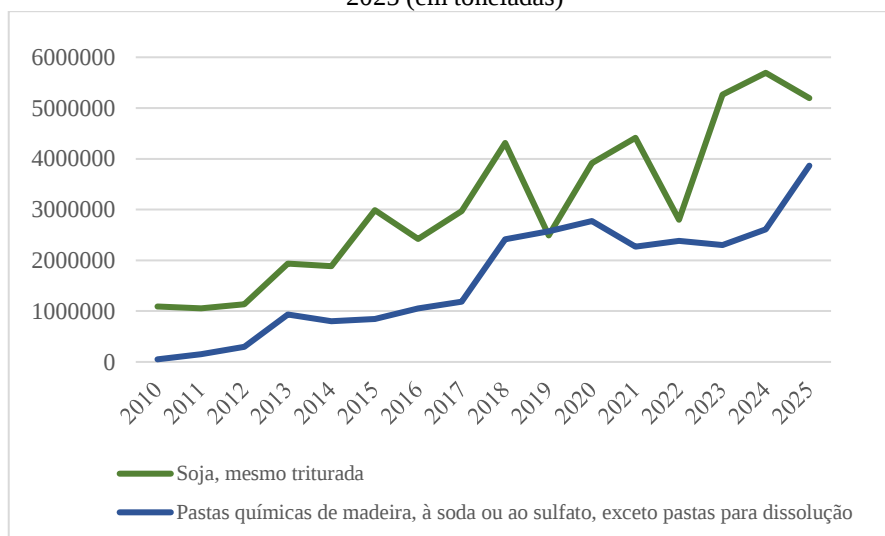
Quadro 3 - Quantidade de vínculos das divisões CNAE das Indústrias de transformação em Mato Grosso do Sul - 2024

Divisão	Nome da Divisão	Quantidade de vínculos	Participação percentual
10	Fabricação de produtos alimentícios	59.122	51,2%
11	Fabricação de bebidas	1.450	1,3%
12	Fabricação de produtos do fumo	25	0,0%
13	Fabricação de produtos têxteis	2.111	1,8%
14	Confeção de artigos do vestuário e acessórios	3.144	2,7%
15	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3.439	3,0%
16	Fabricação de produtos de madeira	1.392	1,2%
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	6.598	5,7%
18	Impressão e reprodução de gravações	915	0,8%
19	Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	12.339	10,7%
20	Fabricação de produtos químicos	1.226	1,1%
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	77	0,1%
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2.705	2,3%
23	Fabricação de produtos de minerais não metálicos	3.556	3,1%
24	Metalurgia	1.776	1,5%
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	4.760	4,1%
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	45	0,0%
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.664	1,4%
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	989	0,9%
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	499	0,4%
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	40	0,0%
31	Fabricação de móveis	1.354	1,2%
32	Fabricação de produtos diversos	2.145	1,9%
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	4.041	3,5%
Total das Indústrias de transformação		115.412	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2024).

Fica evidenciado a “vocação”: estrutura produtiva voltada para o mercado exterior, como produtor primário exportador com base na grande propriedade rural e exportador de produtos das agroindústrias de carnes, de açúcar e de celulose. Ribeiro (2015) acertou ao afirmar que o Brasil passou séculos gastando nossa gente para adoçar a boca do estrangeiro. De forma semelhante, Mato Grosso do Sul permaneceu com a mesma prática, mas desta vez para abastecer o mercado externo com soja e celulose, principalmente o mercado chinês. Em 2025, o mercado chinês representou 45% do valor total exportado por Mato Grosso do Sul. O Gráfico 10 apresenta como o volume exportado de soja e celulose evoluíram nos últimos 15 anos, quando a soja passou de 1,1 milhão de toneladas em 2010 para 5,2 milhões de toneladas em 2025 e pasta químicas de madeira passou de 50 mil toneladas em 2010 para 3,8 milhões de toneladas em 2025, os dois principais produtos demandados por seu principal parceiro comercial.

Gráfico 10 - Exportações de soja e de pastas químicas de madeira de Mato Grosso do Sul para a China - 2010 a 2025 (em toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Comex Stat (2025).

Com a crise de 2008, a China respondeu com política expansionista, o que ocasionou a elevação dos preços das *commodities*. A partir de então a indústria brasileira sucumbiu à competição internacional, devido aos aumentos dos custos de produção e à apreciação da taxa de câmbio. Ficou mais barato importar produtos industrializados do exterior e exportar nossas *commodities*, resultando em desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora após 2010 (Carvalho e Gala, 2020).

Chang (2004) destacou que países hoje desenvolvidos utilizaram do expediente que atualmente não recomendam aos países ditos em desenvolvimento. O título de seu livro é sugestivo (*Chutando a escada*) e denota a estratégia que aqueles que avançaram em termos econômicos e tecnológicos seguiram após o final do século XIX e início do século XX, preservando e reforçando a atuação dos países na divisão internacional do trabalho. Países como EUA, Japão, Alemanha e França investiram pesadamente em avanço tecnológico e produção de bens complexos, além da utilização de políticas econômicas e comerciais para proteção de suas empresas e seus mercados.

Mas, compreendendo que o processo de desenvolvimento necessita da soberania produtiva e tecnológica, por que nos sujeitamos e aprofundamos nessa estrutura produtiva de baixa complexidade?

Para Ribeiro (2015), a explicação na perpetuação dessa estrutura está calcada nos interesses econômicos das nossas elites. “Não há como negar que a culpa do atraso nos cabe é a nós, os ricos, os brancos, os educados, que impusemos, desde sempre, ao Brasil, a hegemonia de uma elite retrógrada, que só atua em seu próprio benefício” (Ribeiro, 2015, p. 46). Em

resumo, as elites brasileiras não querem que isso se altere pois são elas as principais beneficiadas desse tipo de desenvolvimento econômico. Desenvolvimento voltado para atender o mercado internacional, que nos viabilizou no plano econômico, é o mesmo que nos prende ao atraso, gerando lucros e riquezas para poucos e pobreza para quase todos.

Seu objetivo expresso é preservar o latifúndio improdutivo e aprofundar a dependência externa para manter uma elite rural esfomeadora e enriquecer um empresariado urbano servil a interesses alheios. Todos eles estão contentes com o Brasil tal qual é. Se não anularmos seu poderio, eles farão do Brasil do futuro o país que corresponda aos interesses dos países que nos exploram (Ribeiro, 2015, p. 218).

No Mato Grosso do Sul observa-se essa mesma condição. Nessa sociedade cuja grande propriedade rural é mais do que uma condição para a viabilidade do negócio, pois também confere poderes político e econômico, o objetivo de auferir os maiores ganhos possíveis fortalece nossa estrutura econômica existente e direciona as escolhas políticas para o beneficiamento de uma pequena classe primário exportadora como, por exemplo, na construção de infraestrutura voltada ao escoamento dessa produção. A indústria de transformação existente também não rivaliza com o setor primário exportador, ao contrário, se mantêm unidas. As plantas existentes reforçam a condição estrutural pois dela se alimentam. Não há contradição entre elas, já que se observa uma simbiose e organicidade, uma vez que nesta “[...] o ‘moderno’ cresce e se alimenta do ‘atrasado’” (Oliveira, 2013b, p. 32).

A grande propriedade rural, equipada com grandes e modernas máquinas e beneficiada com o acesso facilitado ao crédito que sua própria condição proporciona, está voltada para produção de poucas culturas cujo destino é o mercado internacional. Já as pequenas propriedades rurais (45% das propriedades rurais possuíam até 20 hectares em 2017)¹⁰, geralmente da agricultura familiar, produzem para subsistência e abastecimento dos municípios. São pequenos produtores que muitas vezes carecem de apoio técnico, de crédito e de maquinário para a produção, mas que auxiliam na oferta de alimentos das populações urbanas, tradicionalmente em feiras ou em bancas improvisadas nas ruas das cidades.

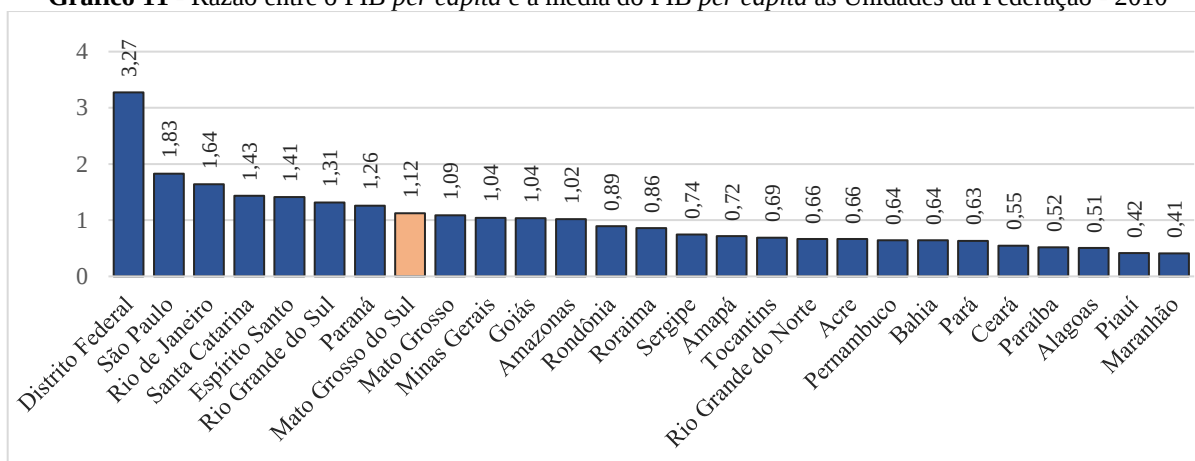
Nas indústrias de transformação, observa-se o avanço de grandes plantas e a modificação do território antes dominado por vastos pastos para a criação bovina. Nas indústrias relacionadas à produção pecuária, vimos frigoríficos para abate e processamento de carne e laticínios para processamento e beneficiamento de leite e derivados. Além dessas,

¹⁰ IBGE, 2017.

usinas para produção de açúcar e álcool a partir da cana-de-açúcar e, mais recentemente, as grandes indústrias de papel e celulose que têm alterado substancialmente a estrutura produtiva de algumas regiões, tanto com a movimentação da indústria da construção civil e do comércio em sua fase inicial quanto com o estabelecimento posterior da silvicultura e da indústria de transformação na oferta de empregos e na participação do PIB.

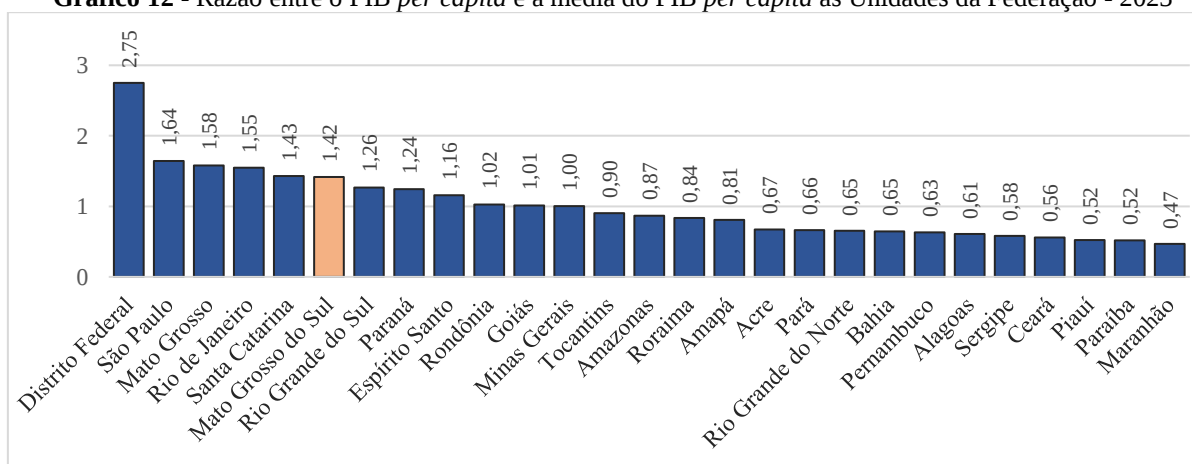
Constatado o avanço do PIB *per capita* de Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2023 (Gráficos 11 e 12), que no primeiro período era 12% superior à média do PIB *per capita* das Unidades da Federação, sendo o 8º maior no país, saltando para o 6º maior valor em 2023, com valor 42% acima da média do PIB *per capita* das Unidades da Federação, o progresso econômico foi acompanhado da manutenção de sua condição primário exportadora, mas agora com a inclusão de um setor industrial (indústria de transformação) focado na agroindústria, que mantém sua estrutura econômica voltada à produção de produtos de média e baixa complexidades.

Gráfico 11 - Razão entre o PIB *per capita* e a média do PIB *per capita* as Unidades da Federação - 2010



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PIB dos Municípios (IBGE, 2025b).

Gráfico 12 - Razão entre o PIB *per capita* e a média do PIB *per capita* as Unidades da Federação - 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PIB dos Municípios (IBGE, 2025b).

A economia sul-mato-grossense se modernizou no período após 2010, com especialização nos setores que o mercado internacional condicionou. Cabe examinar se os avanços econômicos frutos desse processo de modernização, apresentados pelo forte crescimento do PIB e PIB *per capita* e da manutenção de sua estrutura primário exportadora e bens da agroindústria, refletiram na melhoria das condições de vida da população como um todo, assunto que será apresentado na próxima subseção a partir da análise comparativa de indicadores socioeconômicos no tempo e no espaço.

3.3.1 Para além do PIB

Quando o objetivo é a melhoria do bem estar da população, nem sempre o aumento do investimento ou o crescimento do PIB são as melhores alternativas para atingi-lo. Foi o que demonstrou Furtado (2024), quando argumentou que o investimento é o aumento da capacidade produtiva através de determinado custo social, o que não está relacionado diretamente ao aumento do bem estar social. Se, por exemplo, o aumento do bem estar social estiver condicionado à melhoria da dieta infantil, o objetivo passa ser alcançado mais rapidamente por políticas de redução de consumo supérfluo de uma minoria abastada do que pelo aumento dos investimentos.

Nesta subseção, foi utilizada a análise comparativa de um conjunto de indicadores que buscam captar se no período pós 2010 houve avanços ou retrocessos nas variáveis socioeconômicas, condições que afetam diretamente na qualidade de vida da população. O método comparativo pode servir para comparações de “grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quando entre sociedade de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” (Marconi e Lakatos, p. 107, 2003). É utilizado tanto em estudos de largo alcance como em questões mais pontuais, assim como pode ser empregado em análises qualitativas e quantitativas (Marconi e Lakatos, 2003). Para tanto, foram elegidas as seguintes dimensões do desenvolvimento: i) econômica; ii) saúde; iii) educação; iv) ambiental; v) violência; e vi) social.

Na dimensão econômica foram selecionadas as variáveis remuneração média, informalidade, desemprego e nível de instrução da mão de obra. Para medi-las, foram utilizados os seguintes indicadores, respectivamente: i) rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês); ii) proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais; iii) taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, e; iv) pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com

nível superior. Todas as variáveis foram fornecidas pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE e correspondem aos períodos de 2012 e 2023.

Na dimensão saúde, as variáveis e os respectivos indicadores foram: i) mortalidade infantil (taxa de mortalidade até cinco anos de idade); ii) acesso a médicos (médicos por 10 mil habitantes), e; iii) quantidade de leitos (número de leitos para internação por 10 mil habitantes). Os dados são do Ipeadata e os períodos analisados foram de 2010/2022 (variável i) e 2010/2024 (variáveis ii e iii). Nesse sentido, procurou-se captar o nível de qualidade e a disponibilidade de atendimento da saúde nos estados brasileiros.

Na dimensão educação, as variáveis foram taxa de analfabetismo e população com ensino superior. Os indicadores selecionados foram: i) taxa de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais, e; ii) percentual da população com 25 anos ou mais com ensino superior completo. As variáveis foram obtidas do Ipeadata e compreenderam os anos de 2010 e 2022, na primeira, e 2016 e 2024, na segunda.

Na dimensão ambiental, foram selecionadas as emissões líquidas de gases do efeito estufa e o percentual de pessoas cujo lixo domiciliar não é coletado. As emissões de gases do efeito estufa correspondem às emissões líquidas (resultado das emissões brutas descontadas as remoções de carbono por florestas secundárias e áreas protegidas) emitidos pelos setores da Agropecuária, de Energia, da Mudança de uso da terra e florestas, de Processos industriais e de Resíduos, fornecidos pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG, 2026), para os anos de 2010 e 2024. Já o indicador que retrata o destino inadequado do lixo domiciliar apresenta o percentual de pessoas em que o lixo domiciliar não é coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza, ou seja, foi queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro ou teve outro destino, fato que indica a necessidade de melhorias na gestão dos resíduos.

Na dimensão violência, foram utilizados a taxa de óbitos por armas de fogo (por 100 mil habitantes) e a taxa de homicídios (por 100 mil habitantes), indicadores do Atlas da Violência – Ipea e do Ipeadata, respectivamente. Na primeira, os dados são dos anos de 2010 e 2022 e, na segunda, de 2010 e 2023. Em regiões com altos índices de violência, a liberdade da população fica comprometida, o que resulta em um ambiente de maior incerteza, que pode impactar na concretização de investimentos produtivos e de progresso econômico, além de tendência negativa sobre o desenvolvimento social.

Quadro 4 - Dimensões, indicadores e fontes das variáveis que serão comparadas

Dimensão	Variável	Indicador	Fonte	Período inicial	Período final
Econômico	Remuneração média	1 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2012	2023
	Informalidade	2 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais (em %)	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2012	2023
	Desemprego	3 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (em %)	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2012	2023
	Nível de instrução da mão de obra	4 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com nível superior	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2012	2023
Saúde	Mortalidade infantil	5 - Taxa de mortalidade até cinco anos de idade - Óbitos por mil	Ipeadata	2010	2022
	Acesso a médicos	6 - Médicos por 10.000 habitantes	Ipeadata	2010	2024
	Quantidade de leitos	7 - Número de leitos para internação por 10.000 habitantes	Ipeadata	2010	2024
Educação	Taxa de analfabetismo	8 - Taxa de analfabetismo - pessoas com 15 anos ou mais (em %)	Ipeadata	2010	2022
	População com ensino superior	9 - Pessoas com o ensino superior completo (em %)	Ipeadata	2016	2024
Ambiental	Emissões de gases do efeito estufa	10 - Emissões líquidas de CO ₂ e (t) GWP-AR5	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa - SEEG	2010	2024
	Destino inadequado do lixo domiciliar	11 – Percentual de pessoas cujo lixo domiciliar não é coletado	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2016	2024
Violência	Taxa de Óbitos por Armas de Fogo	12 - Taxa de Óbitos por Armas de Fogo (por 100 mil habitantes)	Atlas da Violência - Ipea	2010	2022
	Taxa de homicídios	13 - Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)	Ipeadata	2010	2023
Social	Pobreza	14 – Taxa de pobreza nacional	Ipeadata	2012	2024
		15 - Índice de Gini	Ipeadata	2012	2024
	Desigualdade	16 - Razão entre os rendimentos médios (10/40)	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2012	2023
		17 - Proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (%)	IBGE - Síntese de Indicadores Sociais	2012	2023
	Saneamento básico	18 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (óbitos por 100 mil habitantes)	IBGE - Sidra	2010	2022

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Por fim, na dimensão social foram analisados os indicadores de pobreza, desigualdade e saneamento básico. Como primeiro, foi utilizada a taxa de pobreza nacional, que corresponde à proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional, sendo 5,50 dólares por dia, convertidos pela PPC 2011 (R\$1,66/US\$) e US\$ 6,85 convertidos pela PPC 2017 (R\$2,32/US\$) em 2023. Para demonstrar os níveis de desigualdade em Mato Grosso do Sul e nas demais UFs, foi utilizado o índice de Gini (quanto mais próximo de 1, mais desigual) do Ipeadata e a razão entre os rendimentos médios (10/40) da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, que apresenta a proporção entre o rendimento médio dos 10% mais ricos com o rendimento médio dos 40% mais pobres. Para a variável saneamento básico foram utilizados os indicadores: i) proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, e; ii) taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene, disponibilizada no Sidra (IBGE, 2025d).

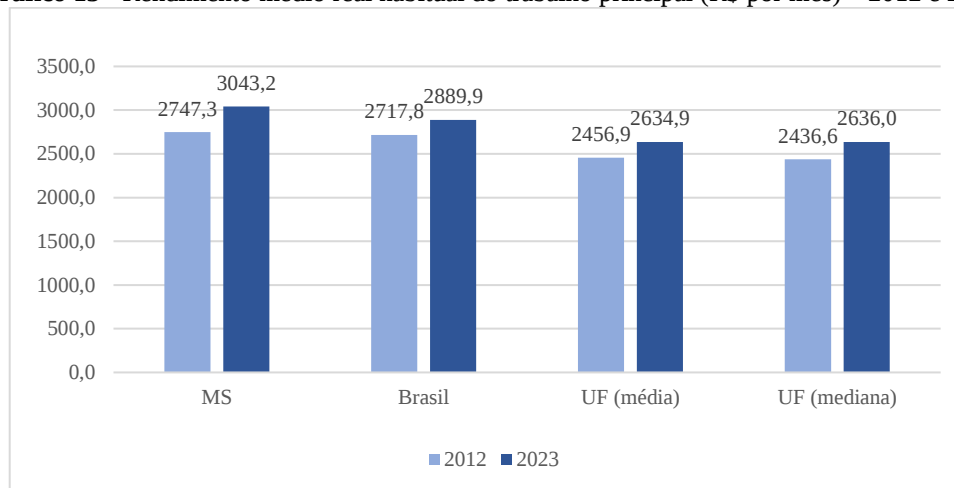
Como método de análise, os dados do estado de Mato Grosso do Sul foram comparados ao valor registrado no âmbito nacional e aos parâmetros do conjunto das Unidades da Federação. Para estes, foram utilizadas medidas de posição, sendo escolhidas a média¹¹ e a mediana. Conforme Hoffmann (2015), a média e a mediana, assim como outras medidas de tendência central, são medidas de tendência de um conjunto de dados que mostram o valor em torno do qual se agrupam. Elas possibilitam, então, caracterizar de maneira concisa um conjunto de dados. A média ou média aritmética equivale ao resultado da divisão da somatória dos dados divididos pelo número de observações. Já, a mediana reporta o valor em que metade das observações estará abaixo e metade estará acima. Os valores também foram organizados em ordem decrescente, gerando os *rankings* das Unidades da Federação, possibilitando a verificação da atual situação da variável em questão frente ao conjunto dos estados brasileiros e ao longo do tempo.

Com relação ao primeiro indicador, o rendimento médio real de R\$ 2.747,30 em 2012 colocava Mato Grosso do Sul acima dos valores registrados a nível nacional, da média das Unidades da Federação e da mediana das Unidades da Federação (Gráfico 13). Em 2023 o valor do rendimento médio real subiu para R\$ 3.043,20, variação de 10,8%, acima das variações registradas nos rendimentos médio das Unidades da Federação (7,2%) e do Brasil (6,3%). Além de se manter acima dos valores comparados, Mato Grosso do Sul melhorou uma posição no

¹¹ É preciso ter em mente a observação de Furtado (2024) quanto à utilização de estatísticas, como a média, para retratar algum fenômeno social: “As estatísticas de mortalidade infantil e expectativa de vida podem ou não traduzir o fenômeno, pois, sendo médias nacionais e sociais, anulam os sofrimentos de uns com os privilégios de outros” (Furtado, 2024, p. 130).

ranking entre os valores das 27 Unidades da Federação, passando do 9º maior valor em 2010 para o 8º maior valor em 2023.

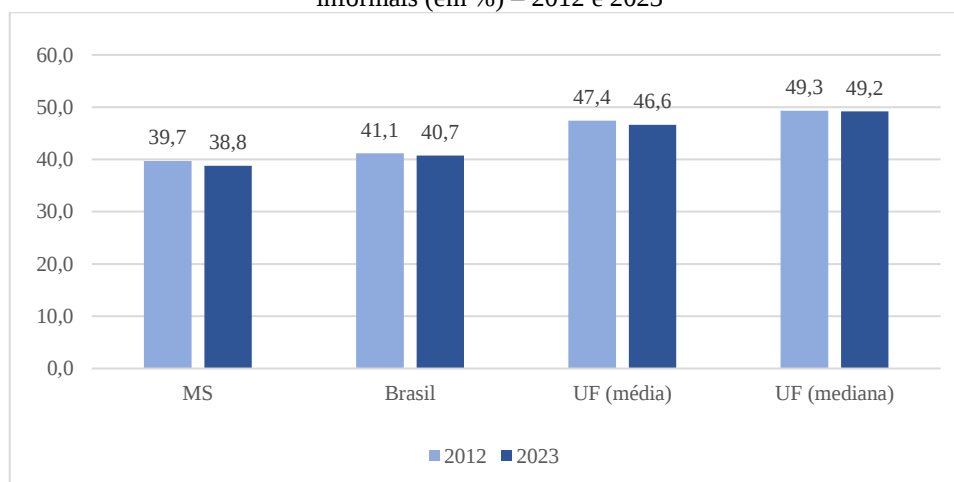
Gráfico 13 - Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$ por mês) – 2012 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

A informalidade no mercado de trabalho, representada pela proporção de pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais passou de 39,7% em 2012 para 38,8% em 2023, queda de 0,9 p.p. e variação de -2,3% (Gráfico 14). Os dados do estado se mantiveram abaixo dos valores em comparação (UF e Brasil), entretanto, a posição relativa no *ranking* das Unidades da Federação subiu da 21ª maior taxa de informalidade para a 19ª.

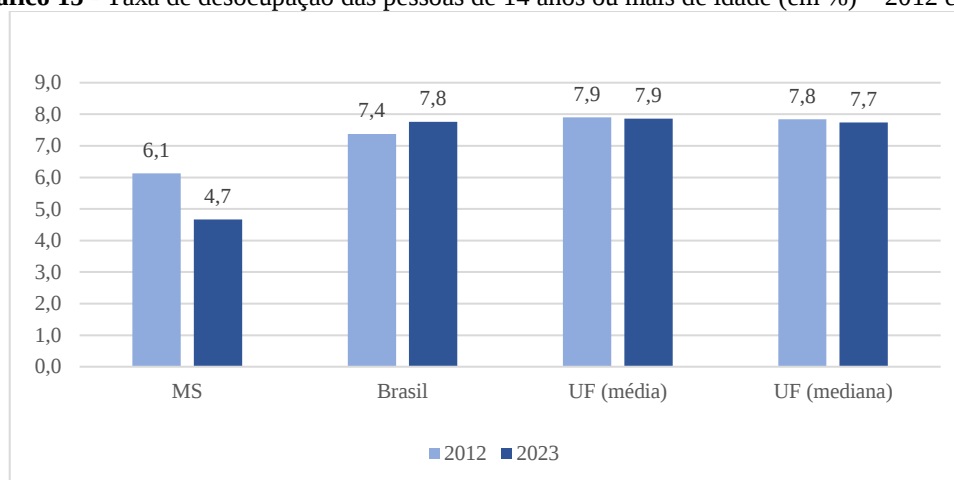
Gráfico 14 - Proporção de pessoas de 14 ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos informais (em %) – 2012 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

Já, a taxa de desemprego, medida pela taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, refletiu o bom momento econômico pelo qual passou Mato Grosso do Sul. A taxa de desocupação em 2010 era de 6,1% (20^a maior do país) e passou para 4,7% em 2023 (24^a maior do país), ou seja, o estado, que já possuía umas das menores taxas de desemprego entre as Unidades da Federação, conseguiu melhorar sua posição, com uma taxa cerca de 3 p.p. abaixo da taxa de desocupação nacional e da taxa média das Unidades da Federação (Gráfico 15).

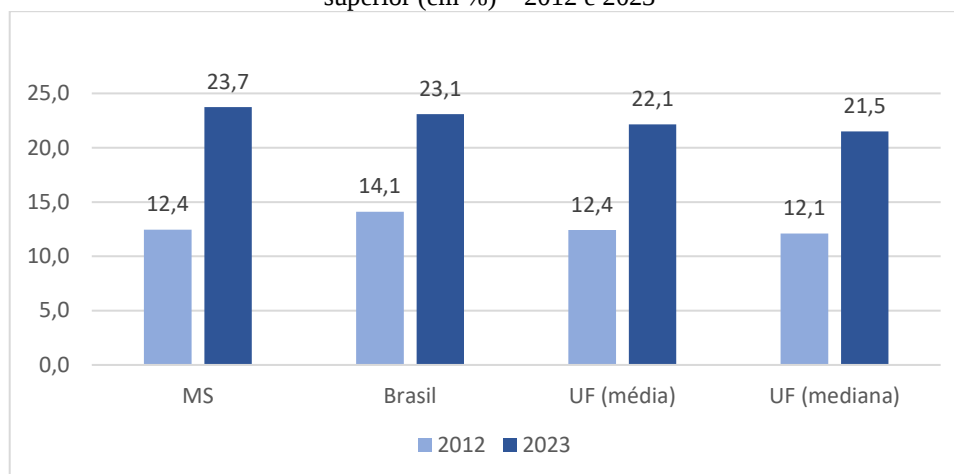
Gráfico 15 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade (em %) – 2012 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

Fechando os indicadores da dimensão econômica, a participação das pessoas ocupadas e com nível superior quase dobrou no período de 11 anos. Conforme o Gráfico 16, o percentual que era de 12,4% em 2012 passou para 23,7% em 2023. O indicador demonstra que no primeiro ano, o cenário era de uma população ocupada menos qualificada formalmente, tanto quando comparada em nível nacional quanto com relação à média dos estados. No último ano, o cenário foi alterado, embora todos tenham apresentado melhores taxas, Mato Grosso do Sul saltou da 12^a melhor taxa de participação para a 7^a mais alta taxa de participação.

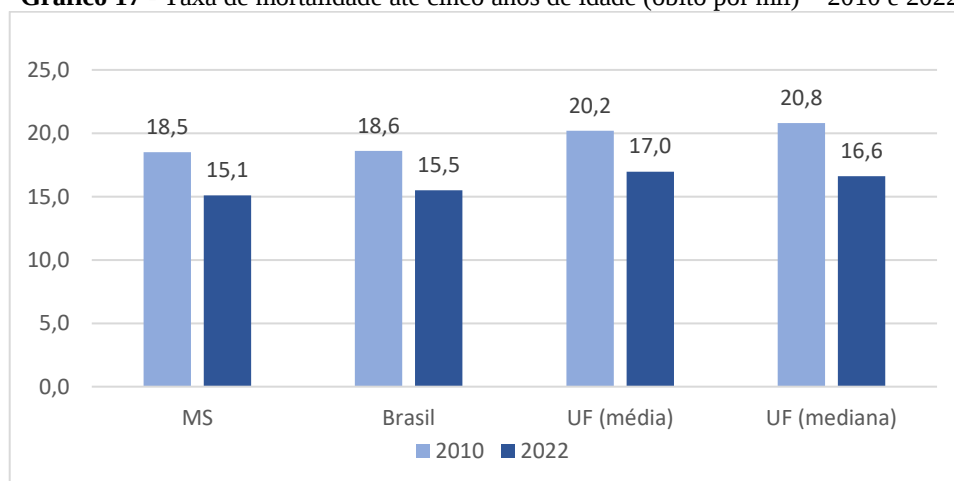
Gráfico 16 - Participação de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com nível superior (em %) – 2012 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

Na dimensão saúde, a taxa de mortalidade até cinco anos de idade caiu de 18,5 óbito por mil nascidos vivos para 15,1 óbitos por mil nascidos vivos (Gráfico 17). Embora o indicador tenha apresentado evolução no período, a taxa de Mato Grosso do Sul acompanhou a taxa de mortalidade brasileira, já que ficou ligeiramente abaixo desta (15,5 óbitos por mil nascidos vivos). Diante desses dados, constatou-se que Mato Grosso do Sul sempre esteve com o indicador abaixo da média das Unidades da Federação, visto as altas taxas de mortalidade de outros estados brasileiros como, por exemplo, Roraima (25,1 óbitos por mil nascidos vivos) e Amapá (23,5 óbitos por nascidos vivos). Entretanto, sua posição entre as 27 Unidades da Federação avançou apenas uma casa no período (19^a em 2010 para a 18^a em 2022).

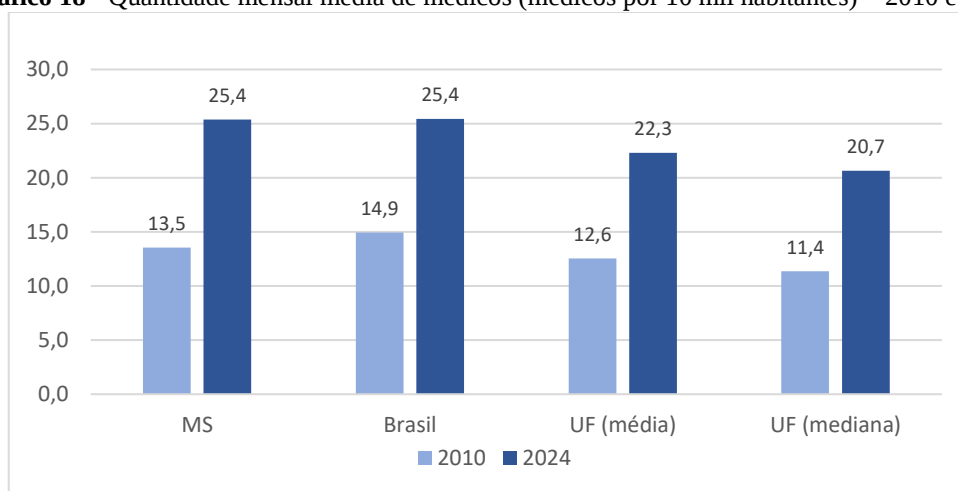
Gráfico 17 - Taxa de mortalidade até cinco anos de idade (óbito por mil) – 2010 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

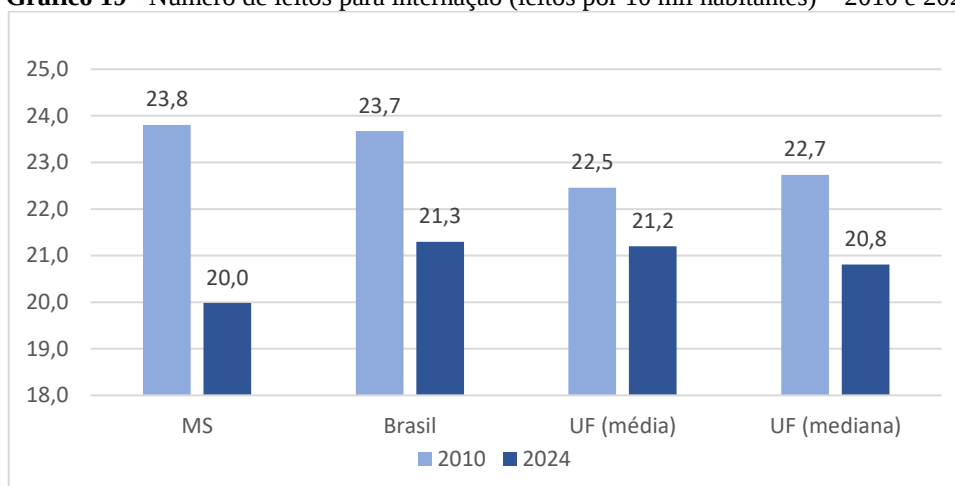
O acesso a médicos apresentou significativo avanço, quase dobrando no período. Em 2010 eram 13,5 médicos para cada 10 mil habitantes, número que saltou para 25,4 médicos a cada 10 mil habitantes em 2024 (Gráfico 18). A evolução no indicador do estado seguiu os avanços nas taxas em nível nacional e com relação à média das Unidades da Federação. Em 2024, Mato Grosso do Sul igualou à taxa nacional, permanecendo com a 9ª melhor taxa de acesso a médicos do país.

Gráfico 18 - Quantidade mensal média de médicos (médicos por 10 mil habitantes) – 2010 e 2024



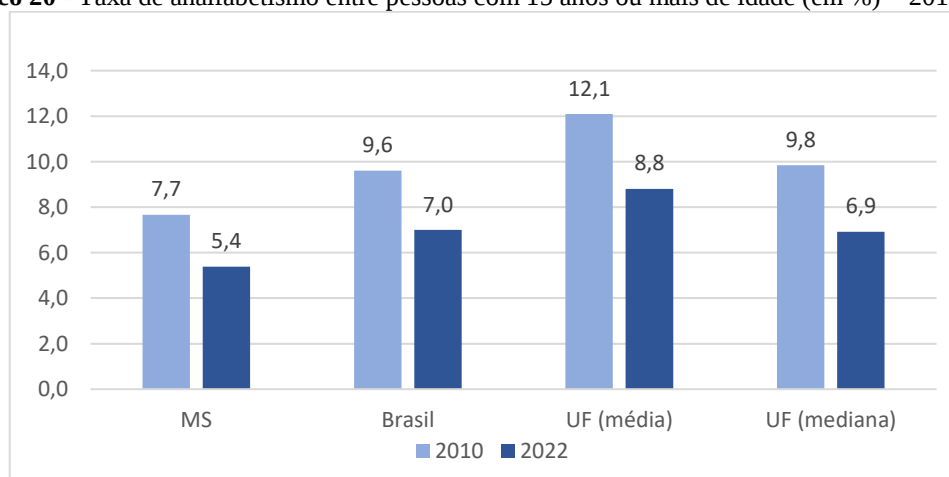
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

Na direção inversa ao aumento da quantidade de médicos, a quantidade de leitos para internação apresentou redução de aproximadamente 16% no período. Em 2010 eram 23,8 leitos para internação a cada 10 mil habitantes, número que caiu para 20 leitos por 10 mil habitantes em 2024 (Gráfico 19). A redução no estado seguiu a tendência nacional, entretanto, com variação mais acentuada, já que a queda de leitos na esfera nacional foi de 10%. Essa grande variação na quantidade de leitos fez Mato Grosso do Sul cair da 10ª posição entre as Unidades da Federação para a 20ª colocação.

Gráfico 19 - Número de leitos para internação (leitos por 10 mil habitantes) – 2010 e 2024

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

Nas duas variáveis da dimensão educação, Mato Grosso do Sul apresentou melhores taxas com o decorrer do tempo. A taxa de analfabetismo, que corresponde à proporção de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um bilhete simples, passou de 7,7% em 2010 para 5,4% em 2022, queda de aproximadamente 30% no período (Gráfico 20). A taxa de analfabetismo no estado se manteve abaixo tanto da taxa nacional (7%) quanto da média das Unidades da Federação (8,8%). Embora tenha apresentado evolução, a posição do estado no *ranking* se manteve inalterado no final do período, com a 20ª taxa de analfabetismo entre as Unidades da Federação.

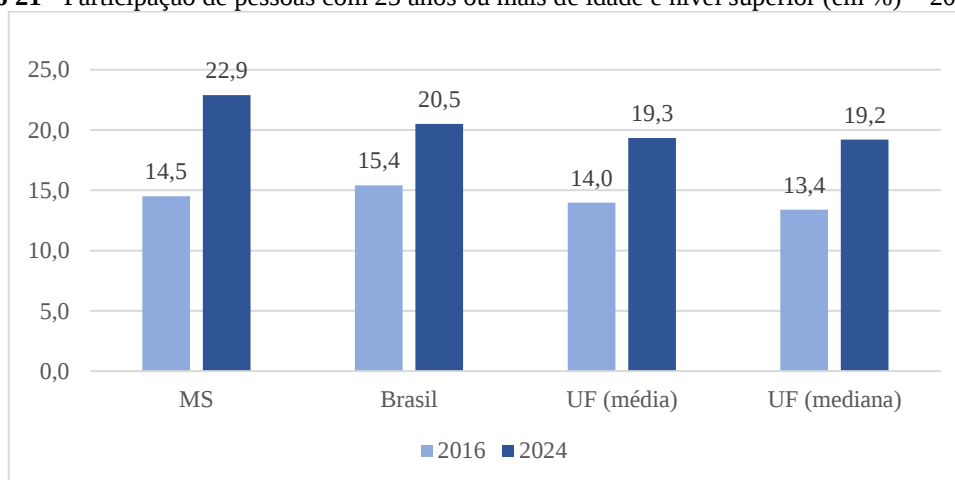
Gráfico 20 - Taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade (em %) – 2010 e 2022

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

Políticas públicas de incentivo ao acesso a cursos de nível superior, como a concessão de crédito a juros subsidiados, além da atuação das universidades públicas quanto à oferta de ensino gratuito, permitiram a democratização das vagas no ensino superior. Em 2016, apenas

14,5% das pessoas com 25 anos ou mais de idade possuíam ensino superior em Mato Grosso do Sul, taxa que saltou para 22,9% em 2024 (Gráfico 21). A taxa do estado foi superior à taxa nacional (20,5%) e à taxa média das Unidades da Federação (19,3%). Tal evolução permitiu saltar da 12ª melhor taxa para a 4ª mais alta entre as Unidades da Federação.

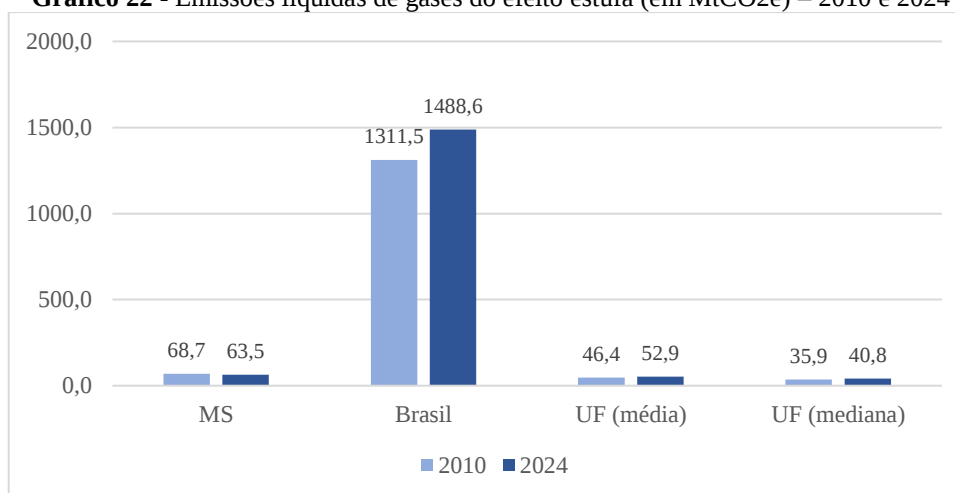
Gráfico 21 - Participação de pessoas com 25 anos ou mais de idade e nível superior (em %) – 2016 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

Como primeiro indicador da dimensão ambiental, as emissões líquidas de gases de efeito estufa, que consideram as emissões brutas descontadas as remoções de carbono por florestas secundárias e áreas protegidas, caíram de 68,7 MtCO₂e em 2010 para 63,5 MtCO₂e em 2024, redução de -7,6% no período (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Emissões líquidas de gases do efeito estufa (em MtCO₂e) – 2010 e 2024

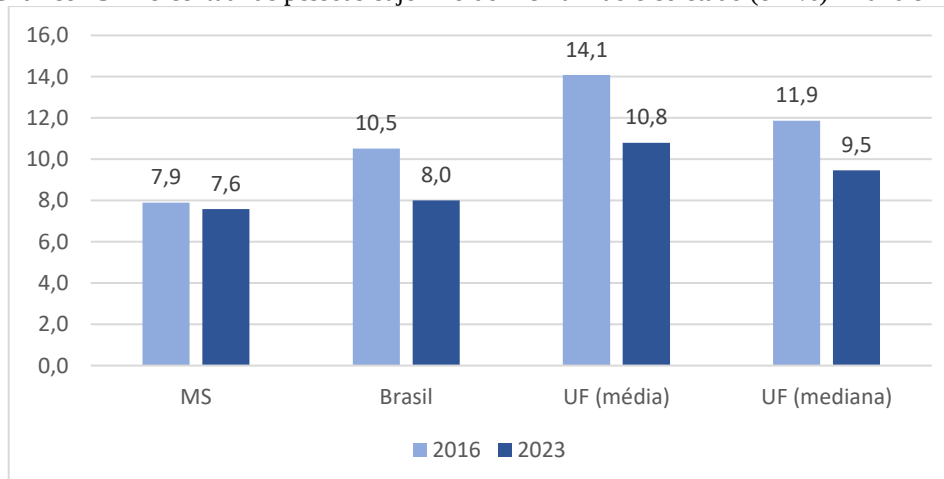


Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do SEEG (2026).

No mesmo período as emissões líquidas no Brasil saltaram de 1.311,5 MtCO₂e para 1.488,6 MtCO₂e, variação de 13,5%. Embora no estado de Mato Grosso do Sul tenha se observado a queda nas emissões líquidas, os volumes nos dois períodos permaneceram acima das médias e medianas registradas nas Unidades da Federação. Dessa forma, no *ranking* das Unidades da Federação conforme emissões líquidas de gases de efeito estufa, Mato Grosso do Sul passou de 9º maior emissor líquido em 2010 para o 10º maior emissor líquido, portanto, ainda se manteve no grupo dos 50% maiores emissores líquidos.

Já, o segundo indicador retrata o destino do lixo domiciliar que não foi coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza. Nessa variável, o estado de Mato Grosso do Sul apresentou redução de 7,9% em 2016 para 7,6% em 2023, conforme Gráfico 23. Em comparação com os dados do Brasil e das Unidades da Federação, observou-se o melhor cenário em Mato Grosso do Sul, abaixo 0,4 p.p. do percentual registrado no país e 3,2 p.p. abaixo da média das Unidades da Federação em 2023. Embora tenha ocorrido a queda de 0,3 p.p. entre 2016 e 2023, Mato Grosso do Sul registrou piora no *ranking* das Unidades da Federação, que passou da 20ª para 16ª colocação quanto ao percentual de lixo domiciliar destinado inadequadamente.

Gráfico 23 - Percentual de pessoas cujo lixo domiciliar não é coletado (em %) - 2016 e 2024

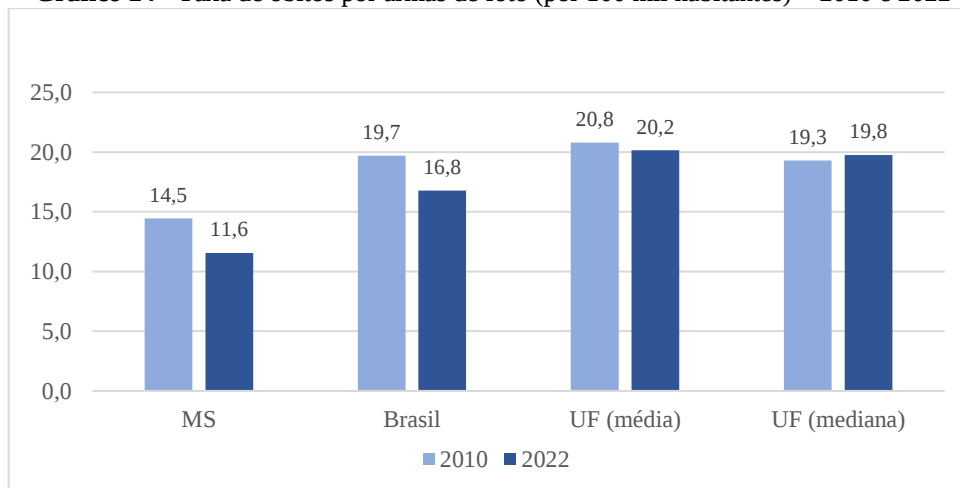


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

Na dimensão que trata dos indicadores de violência, a primeira variável apresenta a taxa de óbitos por armas de fogo. A taxa em Mato Grosso do Sul passou de 14,5 óbitos por armas de fogo por 100 mil/hab. em 2010 para 11,6 óbitos por armas de fogo por 100 mil/ hab. em 2022, queda de 20% no período (Gráfico 24). A queda da taxa resultou na melhoria da posição do estado no *ranking*, que passou da 18ª para a 23ª maior taxa de óbitos por armas de fogo, uma

das menores do país, visto que a taxa média das Unidades da Federação ficou em 20,2 óbitos por armas de fogo em 2022.

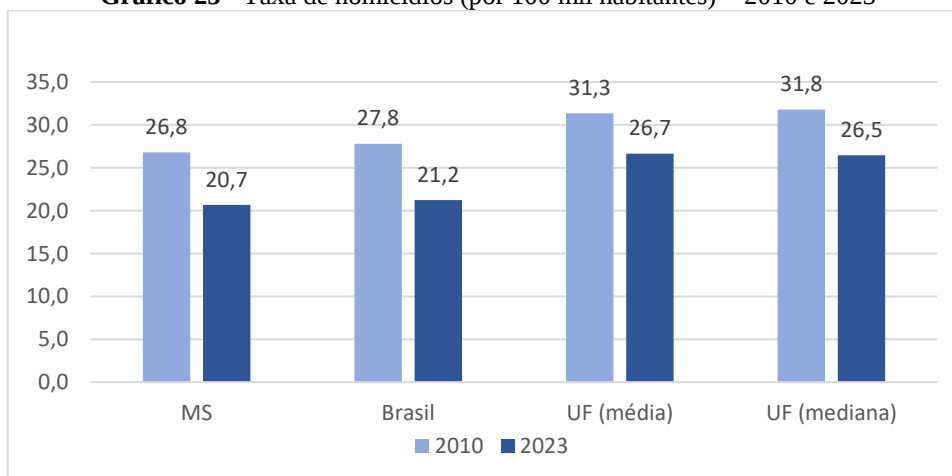
Gráfico 24 - Taxa de óbitos por armas de fogo (por 100 mil habitantes) – 2010 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

A taxa de homicídios não se apresentou tão descolada da taxa em nível nacional, embora tenha registrado quedas entre 2010 e 2023. No primeiro, a taxa de homicídios foi de 26,8 a cada 100 mil habitantes, com redução de 23% em 2023, passando para 20,7 óbitos por causa externa ou não-natural a cada 100 mil habitantes (Gráfico 25). Esses números colocaram Mato Grosso do Sul entre as menores taxas de homicídio do país, da 18ª maior em 2010 para a 21ª em 2023, embora muito próxima da taxa de homicídios registrada no país (21,2 óbitos por 100 mil habitantes).

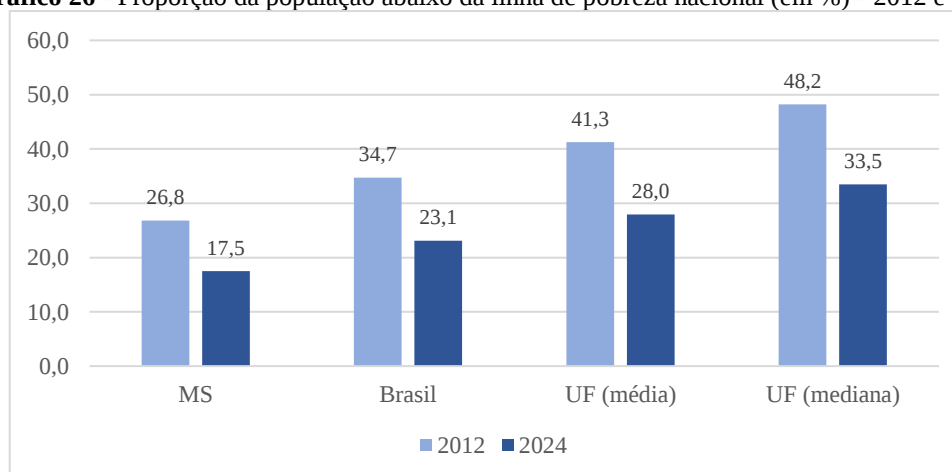
Gráfico 25 - Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) – 2010 e 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

Na dimensão social, o primeiro dos quatro indicadores consiste na taxa de pobreza nacional. Embora tenha ocorrido variações nos valores durante o período 2012 a 2024 (US\$5,50 em 2012 para US\$ 6,85 em 2024 e PPC2011 no primeiro e PPC2017 no segundo), foram verificadas quedas nas proporções de população abaixo da linha de pobreza em todas as observações (MS, Brasil, UF média e UF mediana), conforme Gráfico 26. Enquanto que a taxa em Mato Grosso do Sul foi de 26,8% em 2012, a taxa nacional foi de 34,7% e a média das Unidades da Federação ficou em 41,3% e a mediana em 48,2%. Em 2024, a taxa em Mato Grosso do Sul ficou em 17,5%, contra 23,1% em nível nacional, 28,0% na média das Unidades da Federação e 33,5% na mediana. Com os percentuais apresentados, o estado passou da 20ª maior taxa de pobreza para a 19ª, ou seja, embora tenha piorado sua situação no *ranking* entre as Unidades da Federação, possuía uma das dez menores taxas de pobreza nacional.

Gráfico 26 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional (em %) - 2012 e 2024



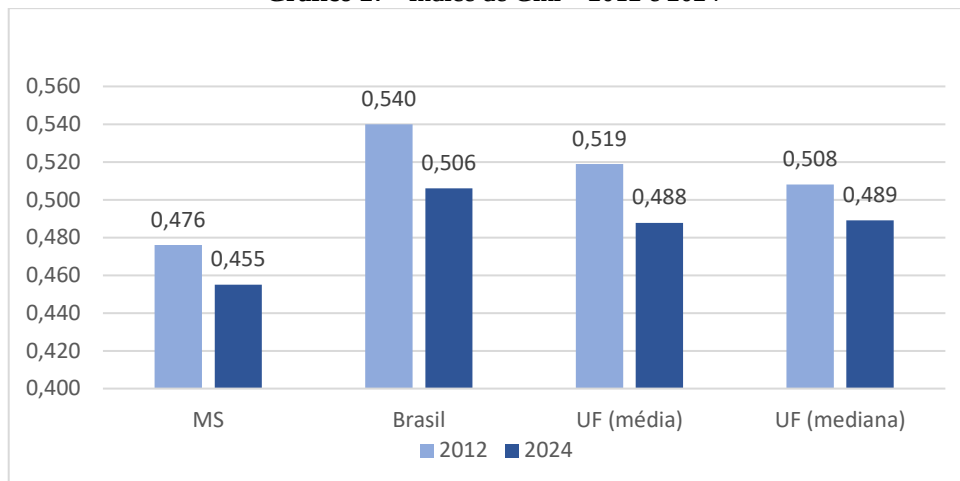
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

O índice de Gini, segundo o qual, mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar *per capita*. O índice igual a zero indica ausência de desigualdade na distribuição da renda, enquanto que o índice igual à unidade indica concentração máxima. Ou seja, índices de Gini mais próximos de zero apontam sociedades mais igualitárias enquanto que índices mais próximos de 1 indicam sociedades mais desiguais.

Com índice de Gini igual a 0,476 em 2012, Mato Grosso do Sul era um dos três estados menos desiguais do Brasil (Gráfico 27). Naquele ano, o índice em nível nacional ficou em 0,54 e a média das Unidades da Federação foi de 0,519. Em 2024, o índice para Mato Grosso do Sul recuou para 0,455, indicando uma melhoria na distribuição dos rendimentos, permanecendo abaixo dos índices do Brasil e da média das Unidades da Federação. Entretanto, sua posição no *ranking* do índice de Gini das Unidades da Federação passou de 25ª para 23ª, ou seja, embora

tenha registrado recuo nas desigualdades, outros estados apresentaram avanços mais significativos do que Mato Grosso do Sul.

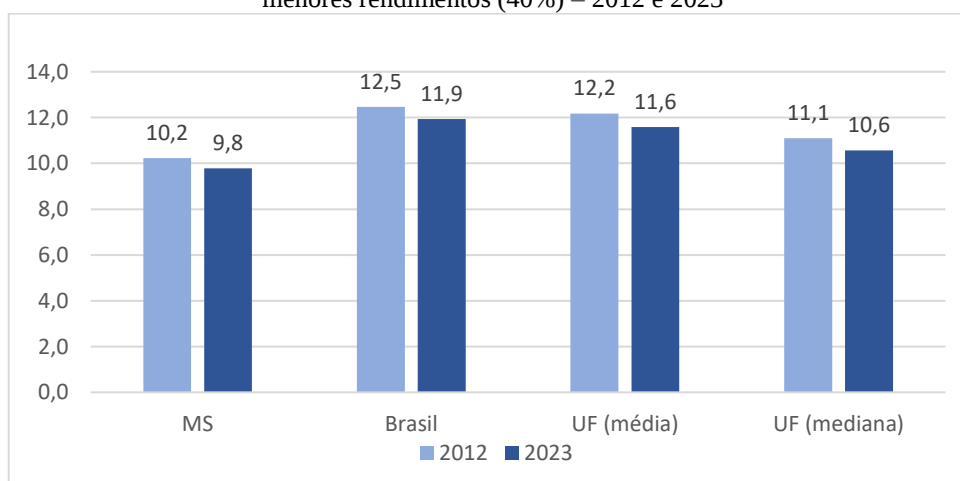
Gráfico 27 - Índice de Gini – 2012 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Ipeadata (2025).

A razão 10/40 apresenta a relação entre os rendimentos médios da população ocupada com os maiores rendimentos (10%) e os rendimentos médios da parcela da população com os menores rendimentos médios (40%). O resultado obtido indica que quanto maior o valor da razão, maior será a desigualdade de rendimentos entre a pequena parcela com os maiores rendimentos e a massa de trabalhadores com os menores rendimentos.

Gráfico 28 - Razão entre os rendimentos médios da população ocupada com os maiores rendimentos (10%) e os menores rendimentos (40%) – 2012 e 2023

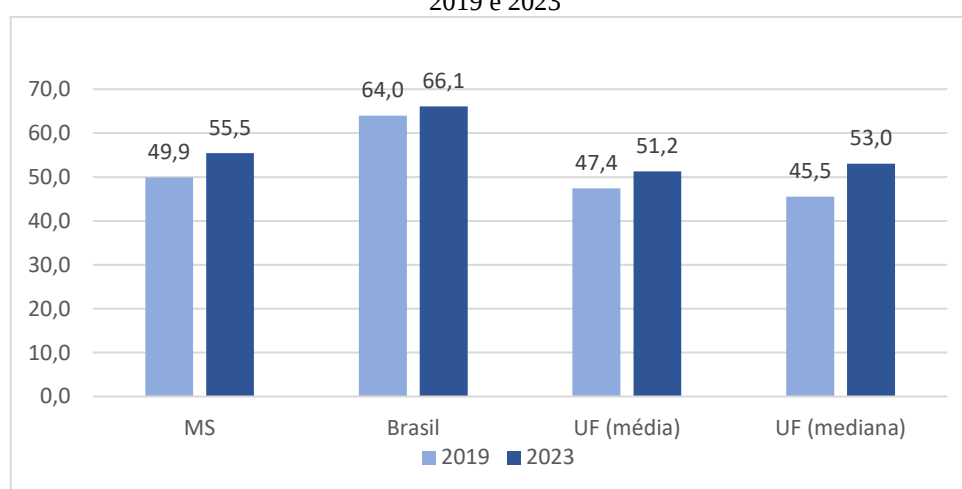


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

Os números indicaram menores índices de desigualdade de rendimentos em Mato Grosso do Sul nos dois períodos analisados, tanto em relação ao índice no âmbito nacional

quanto à média das Unidades da Federação (Gráfico 28). Em 2012, os 10% da população ocupada com os maiores rendimentos médios ganhavam 10,2 vezes mais do que o rendimento médio dos 40% da população ocupada com os menores salários médios. Em 2023, a razão 10/40 caiu para 9,8, variação que ainda manteve a desigualdade de rendimentos médios por volta de 10 vezes. Apesar da pequena redução na razão 10/40, Mato Grosso do Sul piorou sua posição no *ranking* das Unidades da Federação, passando da 20ª maior taxa em 2012 para a 18ª maior taxa em 2023.

Gráfico 29 - Proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico (em %) – 2019 e 2023



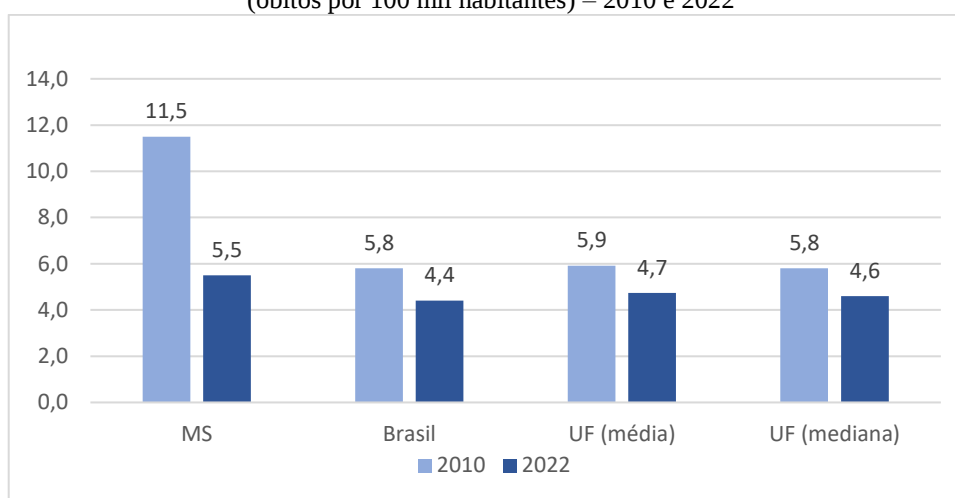
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE (2023).

Analisando a proporção de pessoas com acesso simultâneo aos três serviços de saneamento básico, sendo eles o abastecimento de água por rede geral, a coleta de lixo e o esgotamento por rede coletora, Mato Grosso do Sul registrou taxas abaixo das taxas registradas na esfera nacional nos dois períodos (2019 e 2023). Enquanto 49,9% da população do estado era atendido pelos três serviços de saneamento básico simultaneamente em 2019, no Brasil, o índice era de 64% (Gráfico 29). Em 2023, o indicador foi elevado para 55,5% em Mato Grosso do Sul, entretanto, ainda abaixo dos 66,1% em nível nacional. Em comparação com a taxa média das Unidades da Federação, Mato Grosso do Sul registrou taxas superiores, o que possibilitou saltar da 12ª melhor taxa de atendimento em 2019 para a 11ª melhor taxa em 2023.

A falta de infraestrutura impacta diretamente nas condições de habitabilidade da população, o que também pode ser relacionado às mortes causadas pela falta de água potável e segura para o consumo, falta de saneamento básico e condições de higiene adequadas para manutenção da vida saudável. A taxa de mortalidade relacionada a esses aspectos era de 11,5 óbitos por 100 mil habitantes em 2010, taxa muito superior à constatada na esfera nacional (5,8

óbitos por 100 mil habitantes) e para a taxa média das Unidades da Federação (5,9 óbitos por 100 mil habitantes), conforme Gráfico 30. Essa condição colocava Mato Grosso do Sul com a pior taxa de mortalidade decorrente desses fatores entre as 27 Unidades da Federação em 2010. Em 2022, a taxa foi reduzida para 5,5 óbitos por 100 mil habitantes, ainda acima da taxa em nível nacional e da taxa média das Unidades da Federação. Por outro lado, Mato Grosso do Sul melhorou sua posição relativa no *ranking* com as demais Unidades Federativas, passando para a 9ª maior taxa em 2022, entretanto, ainda entre as maiores do país.

Gráfico 30 - Taxa de mortalidade atribuída a fontes de água inseguras, saneamento inseguro e falta de higiene (óbitos por 100 mil habitantes) – 2010 e 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE (2025d).

De modo geral, os indicadores da dimensão econômica apresentaram boa evolução no intervalo analisado, com crescimento da remuneração média, baixas taxas de desemprego, queda da informalidade e crescimento do nível de instrução da mão de obra. Com relação às variáveis relacionadas à área da saúde, positivamente destaca-se a queda da taxa de mortalidade infantil e o aumento da oferta de acesso médico. Já, a variação na quantidade de leitos disponíveis por 10 mil habitantes tornou Mato Grosso do Sul um dos últimos do *ranking* nesse critério. Nas variáveis da dimensão educação houve avanços tanto na queda da taxa de analfabetismo quanto na qualificação da população.

Na dimensão ambiental, ficou demonstrado a melhoria nos indicadores apresentados, emissões líquidas de gases do efeito estufa e destino inadequado do lixo domiciliar, embora o primeiro ainda tenha apresentado percentuais acima da média e mediana das Unidades da Federação, ficando entre os principais emissores do país.

Nas questões sobre violência, Mato Grosso do Sul apresentou bons indicadores, com evolução e se mantendo entre as mais baixas taxas do país. Nos indicadores que trataram sobre

a desigualdade, destaca-se que embora tenha registrado melhoria nas taxas no período (índice de Gini e razão 10/40), outros estados apresentaram evoluções mais significativas, piorando as colocações no *ranking*. Por fim, dois indicadores que tratam da infraestrutura retratam que apesar dos avanços, Mato Grosso do Sul ainda tem muito espaço para melhoria das condições de saneamento básico para a população.

Conclui-se, portanto, que houve avanços na maior parte dos indicadores analisados (econômica, saúde, educação e violência). Por outro lado, merecem destaques os indicadores da dimensão social que trataram desigualdade e infraestrutura. O primeiro pela redução mais lenta quando comparada às outras Unidades da Federação e Brasil e o segundo pela fragilidade no acesso à infraestrutura de saneamento básico ainda insuficiente para uma parcela significativa da população sul-mato-grossense. O Quadro 5 apresenta a variação percentual dos indicadores avaliados.

Quadro 5 - Variações percentuais dos indicadores de Mato Grosso do Sul e do Brasil e variações nos *rankings* dos indicadores

Dimensão	Variável	Indicador	Variação percentual (MS)	Variação percentual (Brasil)	Variação no <i>ranking</i> entre as Unidades da Federação	Posição no <i>ranking</i> das Unidades da Federação no último período
Econômico	Remuneração média	1	10,8%	6,3%	↑ +1	8
	Informalidade	2	-2,3%	-1,0%	↓ -2	19
	Desemprego	3	-23,8%	5,1%	↑ +4	24
	Nível de instrução da mão de obra	4	90,7%	63,8%	↑ +5	7
Saúde	Mortalidade infantil	5	-18,4%	-16,7%	↑ +1	18
	Acesso a médicos	6	87,4%	70,2%	0	9
	Quantidade de leitos	7	-16,1%	-10,0%	↓ -10	20
Educação	Taxa de analfabetismo	8	-29,7%	-27,2	0	21
	População com ensino superior	9	57,9%	33,1%	↑ +8	4
Ambiental	Emissões de gases do efeito estufa	10	-7,6%	13,5%	↑ +1	10
	Destino inadequado do lixo domiciliar	11	-3,9%	-23,9%	↓ -4	16
Violência	Taxa de Óbitos por Armas de Fogo	12	-20,1%	-14,8%	↑ +5	23
	Taxa de homicídios	13	-22,8%	-23,7%	↑ +3	21
Social	Pobreza	14	-34,7%	-33,4%	↓ -1	19
	Desigualdade	15	-4,4%	-6,3%	↓ -2	23
		16	-4,4%	-4,2%	↓ -2	18
		17	11,2%	3,2%	↑ +1	11
	Saneamento básico	18	-52,2%	-24,1%	↑ +8	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

4 MATO GROSSO DO SUL E O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

Esta seção tem como objetivo analisar as diferenciações no nível de desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, a partir de uma tipologia que os classifica em quatro grupos: fortemente dinâmicos, dinâmicos, intermediários e periféricos. Tal classificação busca evidenciar as distintas formas de inserção desses municípios na dinâmica econômica estadual, considerando suas estruturas produtivas, capacidades de geração de emprego e níveis de desenvolvimento socioeconômico.

A partir dos valores obtidos pelo indicador IDGM foi possível identificar os diferentes perfis socioeconômicos, mas também sua representação espacial no território. Dessa forma, a análise contribui para a compreensão do desenvolvimento geográfico desigual no estado, ao evidenciar a coexistência de áreas mais dinâmicas e regiões marcadas por limitações estruturais.

4.1 Apontamentos iniciais

A expansão econômica registrada no Mato Grosso do Sul no período pós 2010, apresentada na seção anterior, foi acompanhada pela evolução da maioria dos indicadores socioeconômicos analisados, comparados às médias e medianas das Unidades da Federação e aos valores para o Brasil. Desse modo, passa-se agora para análise na escala local. Para atender este objetivo, as seguintes questões serão apresentadas: será que todos os municípios que compõem o estado de Mato Grosso do Sul se beneficiaram igualmente do processo de crescimento econômico e melhoraram significativamente os seus indicadores? Ou será que os maiores avanços foram concentrados em poucos municípios que melhor atenderam as necessidades do capital e atraíram investimentos, enquanto outros municípios permaneceram em condições precárias, estagnados ou verificaram pequenas melhorias?

Algumas análises foram realizadas para os municípios de Mato Grosso do Sul até a primeira década de 2010. Constantino et al. (2016) analisaram as expansões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e PIB *per capita* dos municípios de Mato Grosso do Sul entre 2000 e 2010. Segundo os autores, a utilização do IDH remete à necessidade de aferir o avanço da população não apenas na dimensão econômica, mas também nas características sociais, culturais e políticas. Os autores constataram avanços nos indicadores dos municípios do estado, com IDH acima da média do IDH dos municípios brasileiros, inclusive sem a presença de municípios do estado com nível de desenvolvimento considerado “muito baixo”. Concluíram

que no período analisado houve uma convergência entre os IDH e PIB *per capita* dos municípios, ou seja, houve uma redução na distância entre esses indicadores dos municípios, com os maiores avanços nos municípios menos desenvolvidos, que mostra, segundo os autores, que “Mato Grosso do Sul avançou na qualidade de vida de sua população” (Constantino et al, 2016, p. 245).

Lima et al (2016) analisaram o crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul a partir de estimativas quantitativas de dados como PIB e PIB *per capita*. Segundo os autores, a partir da década de 1980 a economia sul-mato-grossense avançou na agropecuária de produção mais intensiva, com aumento de produtividade, com expansão de outras atividades como o turismo ecológico e as produções de celulose e de cana-de-açúcar e álcool. Os autores utilizam os indicadores “nível de crescimento econômico” (INC) e “ritmo de crescimento econômico” (ICR), que basicamente são calculados a partir dos PIB *per capita* da região em questão e da média estadual em diferentes períodos. A utilização do PIB *per capita* foi justificada por considerar que quanto maior o seu valor, maior seria a capacidade produtiva e acumulação de capital. Os resultados encontrados sugeriram que as regiões mais populosas e mais dinâmicas estagnaram no período 2000 a 2010, enquanto que as regiões mais periféricas avançaram no processo de desenvolvimento, estimulando a convergência no crescimento econômico regional.

Renzi et al (2021), a partir de uma abordagem teórica que mescla a teoria da causação circular cumulativa de Myrdal (na qual as condições sociais e econômicas de um país subdesenvolvido explicam seus baixos níveis de desenvolvimento, dificultando a saída dessas condições) e a teoria do desenvolvimento endógeno (em que fatores de produção como capital humano, capital social e P&D são responsáveis por explicar parte das condições de determinada região), utilizaram o Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal para avaliar a evolução no nível de desenvolvimento dos municípios sul-mato-grossenses no período 2005-2016. A metodologia consistiu em classificar os municípios conforme itens (Emprego e Renda, Saúde e Educação) contemplados acima da média em comparação. Os resultados sugeriram que os municípios apresentaram evolução no nível de desenvolvimento nesse período, como peso principalmente na dimensão Educação e Saúde, com os municípios da região Centro-Leste com as melhores categorias do desenvolvimento, enquanto que a região Oeste-Sul apresentou os piores níveis e encontra dificuldades para superar os níveis de pobreza.

Os trabalhos apresentados indicaram avanços nos indicadores que medem os níveis de desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso do Sul, sinalizando uma convergência ou redução das desigualdades entre as suas regiões. Entretanto, geralmente a variável utilizada

como parâmetro para medir o desenvolvimento tem sido o PIB *per capita*, que nada mais é do que um valor médio da produção da localidade com relação à quantidade de pessoas residentes.

Ainda sobre o PIB *per capita*, o que se observou a partir de 2010 foi a expansão da quantidade de municípios sul-mato-grossenses entre os maiores valores de PIB *per capita* do país. Esse dado é apresentado na Tabela 4, em que compara as quantidades de municípios entre os 100, os 200 e 500 maiores PIB *per capita* do país nos anos de 2010 e 2023. Constatou-se que em 2010 havia apenas um municípios sul-mato-grossenses entre os 100 maiores PIB *per capita* do país, número que saltou para 4 em 2023, o que representava 5,1% do total de municípios do estado. Entre os 200 maiores PIB *per capita* do Brasil, eram 3 municípios sul-mato-grossenses em 2010, passando a 12 municípios em 2023, ou seja, em 13 anos quadruplicou a quantidade de municípios do estado na ponta da tabela desse indicador. Por fim, em 2010 eram 12 municípios entre os 500 maiores PIB *per capita* do país, número que saltou para 31 em 2023, ou seja, aproximadamente 40% dos 79 municípios do estado estavam entre os 10% mais “ricos” do país, em termos de PIB *per capita*.

Tabela 4 - Quantidade de municípios sul-mato-grossenses conforme posição no *ranking* do PIB *per capita* nacional em 2010 e 2023

Posição no <i>ranking</i>	2010		2023	
	Quantidade	Em % ao total de municípios do estado	Quantidade	Em % ao total de municípios do estado
Entre os 100 maiores	1	1,3%	4	5,1%
Entre os 200 maiores	3	3,8%	12	15,2%
Entre os 500 maiores	12	15,4%	31	39,2%

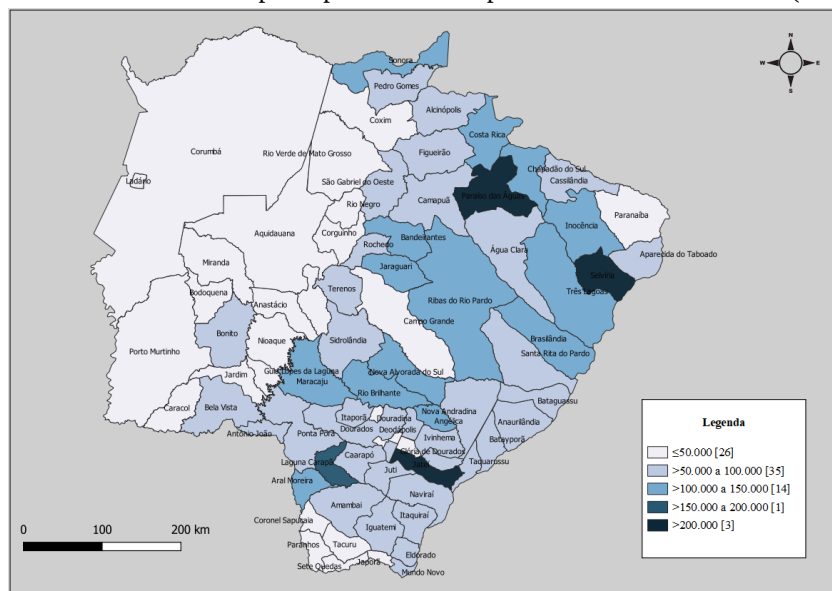
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Seguindo a lógica de uma relação direta entre o nível do PIB *per capita* e nível de desenvolvimento, os municípios com elevados PIB *per capita* seriam aqueles que apresentariam os mais altos níveis de renda, riqueza e bem-estar social. Os municípios destacados (azul escuro) na Figura 6 seriam, portanto, classificados como desenvolvidos, já que estão entre os mais elevados PIB *per capita* do país. Seria razoável a classificação por esta ótica?

Conforme foi pontuado ao longo deste trabalho, o desenvolvimento é um fenômeno complexo e requer mais do que apenas um ponto de análise, de forma que um único olhar não é capaz de visualizar um conceito interdisciplinar como um todo. Embora esteja altamente relacionada, a renda *per capita* pode não refletir fielmente o desenvolvimento local, pois a sua expansão pode estar atrelada a uma conjuntura econômica pontual ou a uma situação de elevada

concentração de renda, por exemplo. Considerando a concentração fundiária, uma elevação na produção agrícola poderia aumentar o PIB *per capita* do município, entretanto, o fato poderia não refletir necessariamente no aumento da renda e na melhoria das condições de vida da população como um todo.

Figura 6 - Produto Interno Bruto per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul (em R\$) - 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Sob a ótica do desenvolvimento geográfico desigual, a produção de desigualdades não seria um fenômeno exótico ao processo de acumulação capitalista, ao contrário, é inerente a ele. A geração de desigualdades regionais reflete as oportunidades que o capital tem de modificar o espaço para extrair o maior lucro possível dele. Dessa forma, é possível que se tenha regiões desenvolvidas e regiões estagnadas, embora nunca estáticas. A convergência dos níveis de desenvolvimento, conforme os estudos apontados anteriormente, possivelmente tenham refletido a escolha de um indicador frágil para representar esse processo.

Furtado (2024) destacou que alcançar o desenvolvimento e os padrões de consumo das sociedades ditas desenvolvidas se constituiria em mito, já que não seria possível que todos os povos pobres atinssem os mesmos níveis de consumo e produção dos países ricos sem degradar o meio ambiente e colocar a própria existência humana em colapso. Em outras palavras, o desenvolvimento de todas as áreas torna-se um mito devido a impossibilidade de recursos e oportunidades para todos, de modo que algumas regiões serão beneficiadas e outras serão marginalizadas. Partindo-se da ideia de que o capital produtivo é escasso e que suas escolhas de imobilização são realizadas considerando as alternativas de rentabilidade, ou seja, os investimentos são realizados onde as taxas de lucros esperadas são maiores.

Novamente, estaria o nível de renda totalmente atrelado ao grau de desenvolvimento? Quem ganhou e quem perdeu nesse processo? A abordagem de Costa (2013) para identificar os municípios periféricos permitiu, a partir do modelo que associa questões geográficas, econômicas e sociais e, após pequenas adequações, mapear os municípios sul-mato-grossenses entre aqueles em processo de desenvolvimento (dinâmicos) e os marginalizados (periféricos). A seguir, são apresentados os resultados alcançados e os principais apontamentos do processo de desenvolvimento recente de Mato Grosso do Sul na escala local.

4.2 Metodologia e base de dados

Considerando a indisponibilidade de dados das mesmas fontes para outras localidades que não fossem municípios paranaense, conforme trabalho de Costa (2013), foi preciso substituir e adequar alguns indicadores às fontes de dados nacionais, o que possibilita a mensuração para todos os municípios brasileiros. Assim, o modelo compreende um indicador resultante da média aritmética dos pontos registrados em cada variável, após o enquadramento do valor em sua faixa correspondente.

Conforme Mariano (2019), um índice composto é um tipo de indicador que agrega em um único valor dados de várias dimensões. O IDH, apresentado na Seção 2, é um exemplo de índice composto que agrega dados das dimensões saúde, educação e trabalho. A adaptação proposta para este trabalho teve como objetivo mapear os municípios em processo de desenvolvimento (dinâmicos) e os marginalizados (periféricos), resultantes do processo de produção do espaço no estado de Mato Grosso do Sul. A expressão matemática utilizada, que será chamada de Indicador de Desenvolvimento Geográfico Municipal (IDGM)¹², pode ser expressa com os seguintes termos:

¹² O modelo se baseou numa adaptação do indicador utilizado na tese de doutorado de Costa (2013). Embora as adaptações refletiram em pequenas adequações na base de dados, o processo total de escolha do indicador foi mais complexo, já que passou desde a tentativa de utilização de novas variáveis até a simulação com diferentes estruturas. Entre as tentativas, cabe ressaltar as simulações com as variáveis Índice de Progresso Social Brasil (IPS Brasil), Índice Firjan Gestão Fiscal (IFGF) e variáveis de desigualdade (razão 10% mais ricos/40% mais pobres, por exemplo). Já na questão da estrutura do indicador, vale destacar que a principal ideia era estruturar um novo indicador que compreendesse variáveis de produção econômica, crescimento populacional e influência das cidades, pobreza e desigualdade e questão socioambiental e gestão. O indicador inicial corresponderia à média resultante da soma das médias das pontuações dos dados escolhidos para as variáveis. Por exemplo, a produção econômica foi simulada com o PIB *per capita* e taxa de crescimento do PIB; pobreza e desigualdade foram utilizadas o percentual de pobres e a razão 10% mais ricos / 40% mais pobres; socioambiental e gestão foram utilizados o IPS e o IFGF. Além disso, simulações com média geométrica ao invés da média aritmética também foram realizadas. Os resultados encontrados em vários testes mostraram-se, aos olhos do pesquisador e da experiência, distorcidos dos fatos do mundo real. Por vezes, os resultados superestimavam as pontuações de alguns municípios, colocando-os em posições de destaque, incompatíveis com sua situação no mundo real. Em outras, a grande quantidade de municípios com baixas pontuações formavam uma imensa área de municípios periféricos. Optou-se, portanto, pela utilização da estrutura do indicador original de Costa (2013), pois as simulações, mesmo

$$IDGM = \frac{(IC + RE + IFDM + TP + CG)}{5}$$

Sendo assim, IC corresponde ao índice de influência das cidades, RE corresponde à relevância econômica, IFDM é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, TP é a taxa de pobreza e CG é a taxa de crescimento geométrico da população. Para o índice de influência das cidades (IC), foram utilizados os dados da publicação Regiões de influência das cidades - Regic (2020), do IBGE. A publicação tem como objetivo apresentar as hierarquias e os vínculos entre as cidades, assim como delimitar suas áreas de influências que correspondem ao alcance de comando e atratividade dos municípios hierarquicamente superiores aos subordinados (IBGE, 2018). Para a relevância econômica (RE) foi utilizada a participação percentual do PIB municipal na composição do PIB estadual. Assim, quanto maior a fatia do PIB do município, maior será sua relevância e influência econômica no estado. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) se assemelha ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, entretanto, o IFDM está estruturado em três eixos: emprego e renda, saúde e educação. As fontes de dados utilizadas para o cálculo do IFDM são exclusivamente oficiais, com periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. A taxa de pobreza utilizada foi disponibilizada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Considerando que não houve publicação da taxa para períodos mais recentes com abrangência municipal, foi utilizada a taxa de pobreza de 2010, de modo que se leva em conta que esta variável não tenha sofrido oscilações significativas na última década. Por fim, a taxa de crescimento geométrico populacional (CG), disponibilizada pelo Censo Demográfico – IBGE (2025c), levou em consideração a variação da população residente nos municípios entre 2010 e 2022.

Os pesos podem ser escolhidos de maneira normativa ou positiva, já que se trata de uma média com cinco variáveis. Na forma positiva utiliza-se formas matemáticas para encontrar a ponderação adequada. Na forma normativa se utiliza de formas externas para a determinação, como a indicação de especialistas (Mariano, 2019). Portanto, para a definição dos pesos desta pesquisa foi utilizada a forma normativa, ou seja, o estabelecimento de pesos idênticos à todas as variáveis, da mesma forma realizada por Costa (2013).

Considerando que algumas das variáveis estavam em termos relativos e outras em termos absolutos, se fez necessário estabelecer uma padronização para que se pudesse somar

com as adaptações de variáveis, se mostraram mais equilibradas e próximas às condições reais dos municípios, além de que, o indicador já trazia o quadro de pontuações e os pesos das variáveis, ratificados e aprovados em banca de tese de doutorado.

os valores de variáveis tão distintas. Foi utilizado a régua de pontuações listadas no Quadro 6, em que o valor máximo (10) representa a melhor condição para a variável em questão e a menor pontuação (0) reflete justamente o seu oposto.

Quadro 6 - Variáveis utilizadas na identificação de municípios periféricos

Variável	Nome	Fonte	Legenda	Pontuação
IC	Influência das cidades	IBGE	Metrópole	10
			Capital Regional A	8
			Capital Regional B	7
			Capital Regional C	6
			Centro sub-regional A	5
			Centro sub-regional B	4
			Centro de zona A	3
			Centro de zona B	2
			Centro local	0
RE	Relevância econômica	IBGE	Maior que 20%	10
			Entre 10% e 20%	8
			Entre 5% e 10%	6
			Entre 2% e 5%	4
			Entre 1% e 2%	2
			Entre 0 e 1%	0
IFDM	Índice Firjan de Desempenho Municipal	Firjan	Alto (0,8 a 1,0)	10
			Moderado (0,6 a 0,8)	6
			Baixo (0,4 a 0,6)	3
			Crítico (< 0,4)	0
TP	Taxa de pobreza	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e IPEA	≤ 9,99	10
			10,00 a 19,99	8
			20,00 a 29,99	6
			30,00 a 39,99	4
			40,00 a 49,99	2
			≥ 50,00	0
CG	Crescimento geométrico da população	IBGE	≥ 3%	10
			2% a 3%	8
			1% a 2%	6
			0,5% a 1%	4
			0,01% a 0,5%	2
			≤ 0%	0

Fonte: Costa (2013). Com adaptações.

Os resultados calculados para cada município resultaram em valores entre 0 e 10, conforme Quadro 7. Os municípios com índice igual ou acima de 7,5 foram classificados como fortemente dinâmicos. Os municípios com valores menores que 7,5 mas superiores ou iguais a 5 foram considerados dinâmicos. Já, os municípios com valores menores que 5 e superiores ou iguais a 2,5 foram classificados como intermediários. Por fim, os municípios com valores abaixo de 2,5 foram considerados periféricos. As classificações seguiram intervalos exatamente

iguais (2,5 entre faixas) ao permitir a segmentação equilibrada da escala de 0 a 10 (4 grupos com 25% cada de intervalo de pontuação), relativamente simples, garantindo comparabilidade entre as classes.

Quadro 7 - Pontuações para as classificações dos municípios

Classificação	Resultado do índice
Fortemente dinâmicos	$\text{índice} \geq 7,5$
Dinâmicos	$5 \leq \text{índice} < 7,5$
Intermediários	$2,5 \leq \text{índice} < 5$
Periféricos	$\text{índice} < 2,5$

Fonte: Costa, 2013, p. 114.

4.3 Resultados e discussões

Dessa maneira, constata-se que, a partir do método utilizado e das fontes empregadas, apenas a capital Campo Grande foi classificada como fortemente dinâmica (1,3%), conforme Tabela 5. Os classificados como dinâmicos somaram 12 municípios (15,2%), sendo Dourados, Três Lagoas, Chapadão do Sul, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste, Costa Rica, Ponta Porã, Bataguassu, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul e Nova Andradina. A maior proporção ficou entre os municípios classificados como intermediários, com 55 municípios (69,6%). Por fim, outros 11 municípios foram classificados como periféricos (13,9%), dentre os quais estavam Nioaque, Laguna Carapã, Pedro Gomes, Rio Negro, Sete Quedas, Coronel Sapucaia, Miranda, Porto Murtinho, Tacuru, Japorã e Paranhos.

Tabela 5 - Distribuição da quantidade de municípios de Mato Grosso do Sul conforme classificação de desenvolvimento

Classificação	Quantidade de municípios	Participação %
Fortemente dinâmico	1	1,3%
Dinâmico	12	15,2%
Intermediário	55	69,6%
Periférico	11	13,9%
Total	79	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A Figura 7 apresenta o Índice de Desenvolvimento Geográfico Municipal - IDGM dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul. Por conseguinte, nota-se uma vasta área de municípios intermediários, com apenas um município fortemente dinâmico no centro do estado. A maioria dos municípios dinâmicos estavam localizados ao sul da capital, com a presença de alguns na

região leste. Já os municípios periféricos concentraram-se no extremo sul do estado, embora também tenha sido constatado na região oeste do território.

A seguir, serão apresentados alguns dados dos municípios após as classificações em seus respectivos grupos. Os dados escolhidos para caracterização dos grupos foram: i) localização geográfica; ii) tamanho da população; iii) PIB *per capita*; iv) composição do Valor Adicionado Bruto (VAB); v) especialização produtiva calculadas através do quociente locacional¹³ (QL); vi) quantidade de grandes estabelecimentos por setor econômico; vii) saldo de empregos acumulado entre 2020 e 2024, e; viii) desigualdade nos rendimentos. Pretende-se levantar as principais características geográficas e econômicas de cada um desses grupos, identificando, se possível, a existência de perfis dos municípios mais dinâmicos e dos periféricos conforme os dados listados acima

4.3.1 Fortemente dinâmico

Conforme pontuado por Costa (2013), os municípios fortemente dinâmicos geralmente são fortes centros industriais, comerciais e de prestação de serviços. Exercem forte influência sobre os demais municípios do estado, apresentam grande relevância econômica na composição do PIB estadual, crescimento populacional significativo, baixos índices de pobreza e elevado índice de desenvolvimento humano. Como é destino de muitos investimentos, geram muitos empregos, fator significativo para atração populacional. Possuem boa infraestrutura para circulação de mercadorias e de pessoas e apresentam o setor de comunicação e informação bem estruturado e desenvolvido, com cobertura de internet de alta velocidade, emissoras de televisão, de rádio e jornais, aeroportos e universidades públicas e privadas.

Os municípios fortemente dinâmicos, em virtude de possuírem uma complexa rede de prestação de serviços (públicos e privados) e comércios, atraem população que se deslocam diariamente de outros municípios (mobilidade pendular) para a realização de compras, atendimento médico e hospitalar, realização de curso superior, lazer e recreação, entre outros. Também atraem população de outros municípios de Mato Grosso do Sul, bem como de outros estados da Federação, em busca de oportunidades de empregos com melhor remuneração.

¹³ Quociente Locacional (QL) é um indicador de especialização territorial que permite uma “visualização dos ramos de atividades mais especializados e que concentram uma variável de análise específica, como emprego ou valor da produção” (Lima, 2022, p. 58). O indicador pode ser calculado por $QL_{ji} = (V_j \div V_i) \div (T_j \div T_i)$, em que: V_j é a variável de análise no ramo de atividade produtiva j no território i ; V_i corresponde à variável de análise total do ramo de atividade produtiva j no espaço de referência. Valores maiores ou iguais a 1 indicam localização significativa e adensada da atividade econômica, ou seja, a atividade na região ou município é relativamente mais importante do que para o espaço de referência. Nesta pesquisa foram utilizados os dados do emprego formal (dados da Rais), município como território e estado como espaço de referência.

Campo Grande foi o único município de Mato Grosso do Sul classificado como fortemente dinâmico. A capital é o centro político e econômico do estado. Com aproximadamente 900 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, concentra 1/3 da população estadual. Localizado na Região Geográfica Imediata que leva o seu nome, Campo Grande foi classificada como uma das 97 capitais regionais, de acordo com o mapeamento das Regiões de influência das cidades 2018 (Regic, 2020). As capitais regionais são “centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (Regic, 2020, p. 11). A capital sul-mato-grossense foi classificada como capital regional A, que compreende as cidades com contingente populacional (próximo entre si) entre 800 mil e 1,4 milhão de habitantes em 2018 e se relacionam diretamente com metrôpoles (15 principais centros urbanos cuja todas as cidades do país recebem influência direta).

Por ser a capital do estado, concentra as sedes dos Poderes Legislativo e Executivo estaduais, bem como toda a máquina administrativa, que abrange o conjunto de secretarias de Estado e órgão vinculados. Além das instituições estaduais, órgãos federais também concentram suas sedes regionais ou superintendências na capital, como a Receita Federal, a Justiça Federal, a Polícia Federal, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Ministério Público Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social, entre outros. Também estão presentes os Conselhos profissionais regionais, como o Conselho Regional de Economia - Corecon, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e o Conselho Regional de Medicina – CRM. Além das instituições públicas, as grandes instituições privadas também estabeleceram sedes regionais na capital, como as grandes instituições bancárias do país (Itaú, Bradesco, Santander, Sicoob e Sicredi), empresas multinacionais (como a Coca-Cola) e as empresas de fornecimento de água (Sanesul) e de energia (Energisa).

É o centro urbano onde há maior oferta de serviços e, conseqüentemente, estabelece relações com vários municípios do estado (Figura 8). Como principal centro comercial e de prestação de serviços, é o local onde as pessoas de outros municípios se deslocam para atender suas necessidades, como para compra de bens de consumo duráveis e não duráveis, para procura de serviços de educação, para tratamento especializado de saúde, para atendimento em serviços públicos, para entretenimento e cultura, para turismo gastronômico, para serviços aeroportuários e rodoviários, entre outros.

A partir de dados do mercado de trabalho formal de 2024, o quociente locacional calculado indicou especialização forte em Serviços industriais de utilidade pública (QL=1,71), Construção Civil (QL=1,26), Comércio (QL=1,04), Serviços (QL=1,38) e Administração Pública (QL=1,12), conforme Tabela 6. Dessa forma, os dados da composição do VAB e do indicador de especialização produtiva confirmam a relevância do município como polo estadual de oferta do setor de serviços.

Tabela 6 - Quociente Locacional de Campo Grande conforme IBGE Setor - 2024

Setor Econômico	QL
Extrativa mineral	0,06
Indústria de transformação	0,50
Serviços industriais de utilidade pública	1,71
Construção Civil	1,26
Comércio	1,04
Serviços	1,38
Administração Pública	1,12
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	0,15

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2024).

Considerando as maiores empresas do estado em 2021, Campo Grande concentrava 56 estabelecimentos com pelo menos 500 empregados, equivalente a 35% do total de estabelecimentos com 500 vínculos ou mais (Tabela 7). Eram 28 estabelecimentos entre 500 e 999 vínculos, sendo 22 no setor de Serviços (35,5% do total de estabelecimentos deste porte no estado). Na Indústria eram apenas 4 estabelecimentos e na Construção Civil foram contabilizados 2 estabelecimentos. Já entre os estabelecimentos com 1.000 vínculos ou mais, a capital somou 41,8% do total de estabelecimentos deste porte, com 28 empresas, sendo 24 no setor de Serviços (57,1% do total de empresas deste porte no estado). Na Indústria foram identificadas 3 empresas e uma na Construção Civil.

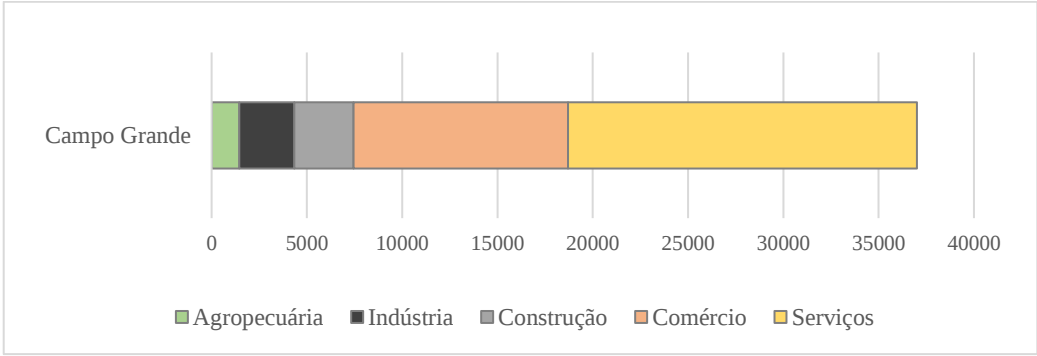
Tabela 7 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico do município fortemente dinâmico de Mato Grosso do Sul - 2021

Setor econômico (IBGE Gr Setor)	Estabelecimentos de 500 a 999 vínculos		Estabelecimentos de 1.000 vínculos ou mais	
	Quantidade	Participação percentual com relação à quantidade em MS	Quantidade	Participação percentual com relação à quantidade em MS
Indústria	4	14,3%	3	15,0%
Construção Civil	2	100,0%	1	100,0%
Comércio	0	-	0	-
Serviços	22	35,5%	24	57,1%
Agropecuária	0	0,0%	0	0,0%
Total	28	30,1%	28	41,8%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2021).

Levando em conta o saldo de empregos formais (contratações menos demissões), Campo Grande gerou cerca de 37 mil empregos novos entre 2020 e 2024, cerca de 28% de todas as vagas novas geradas no estado, sendo aproximadamente 18,3 mil empregos no setor de Serviços, 11,2 mil no Comércio, 3,1 na Construção Civil, 2,8 na Indústria e 1,4 na Agropecuária (Gráfico 32).

Gráfico 32 - Saldo de empregos formais em Campo Grande por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados de Caged (2025).

Por fim, a Tabela 8 apresenta a proporção de pessoas ocupadas que recebiam salário de até 2 salários mínimos (A), acima de 5 salários mínimos (B) e a razão entre as duas proporções (A/B). De acordo com os dados, Campo Grande possuía uma distribuição de renda menos desigual do que a constatada no estado. No município, 59,88% receberam até 2 salários mínimos e 11,14% receberam mais de 5 salários mínimos. A razão entre as proporções de pessoas que receberam até 2 salários mínimos e as que receberam acima de 5 salários mínimos foi de 5,38. Ou seja, para cada 100 pessoas com os salários mais elevados havia 538 que recebiam até 2 salários mínimos. No estado essa relação foi superior (8,27), o que denota que

no estado havia uma proporção maior de pessoas recebendo baixos salários e uma proporção menor com altas remunerações.

Tabela 8 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM de Campo Grande - 2022

Localidade	Até 2 salários mínimos (em %)	Acima de 5 salários mínimos (em %)	Razão até 2 SM /acima de 5 SM
Mato Grosso do Sul	64,21	7,76	8,27
Campo Grande	59,88	11,14	5,38

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

4.3.2 Dinâmicos

São denominados de dinâmicos, os municípios que exercem influência regional e atuam como centros industriais, comerciais e de serviços, entretanto, menos complexos do que os municípios fortemente dinâmicos. Sendo assim, esses municípios possuem alta e média relevância na participação no PIB estadual e podem estar integrados na economia nacional, embora em menor escala. São municípios que recebem investimentos e, por conta disso, ainda geram um volume relativamente alto de empregos. Apresentam boa qualidade de vida para a população devido a infraestrutura disponível tornando-se uma área de atração populacional (Costa, 2013).

Tabela 9 - Quantidade de municípios dinâmicos por Região Geográfica Imediata (RGI)

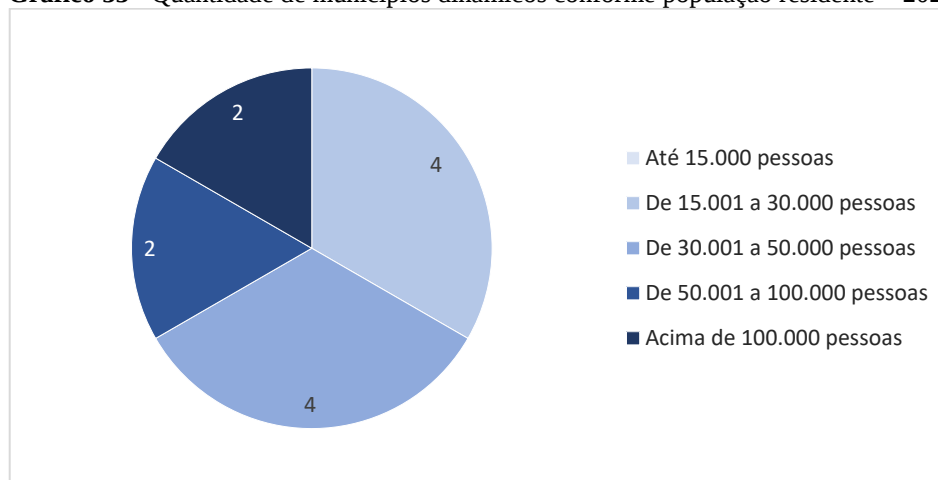
Região Geográfica Imediata	Quantidade	Participação percentual
Amambai	0	0%
Aquidauana - Anastácio	0	0%
Campo Grande	2	17%
Corumbá	0	0%
Coxim	1	8%
Dourados	3	25%
Jardim	0	0%
Naviraí - Mundo Novo	1	8%
Nova Andradina	1	8%
Paranaíba - Chapadão do Sul - Cassilândia	1	8%
Ponta Porã	1	8%
Três Lagoas	2	17%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Dos doze municípios classificados como dinâmicos, três eram da RGI de Dourados, dois eram da RGI de Campo Grande, outros dois da RGI de Três Lagoas e as RGI de Coxim, Naviraí-Mundo Novo, Nova Andradina, Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia e Ponta Porã apresentaram um município dinâmico (Tabela 9). As RGI que não apresentaram municípios dinâmicos foram Amambai, Aquidauana-Anastácio, Corumbá e Jardim.

Dos municípios dinâmicos de Mato Grosso do Sul, dois possuíam população acima de 100 mil habitantes (Dourados e Três Lagoas), dois com populações entre 50 mil e 100 mil (Ponta Porã e Naviraí), quatro registraram populações entre 30 mil e 50 mil (Nova Andradina, Maracaju, Rio Brillhante e Chapadão do Sul) e quatro com até 30 mil habitantes (São Gabriel do Oeste, Costa Rica, Bataguassu e Nova Alvorada do Sul), conforme Gráfico 33. Nota-se que metade dos municípios do grupo também são os polos das Região Geográfica Imediata (RGI). Por serem os maiores municípios de suas regiões, viabilizam a concentração de serviços que os pequenos municípios não conseguem ofertar, estes que acabam recorrendo aos polos regionais para as demandas de média complexidade.

Gráfico 33 - Quantidade de municípios dinâmicos conforme população residente – 2022

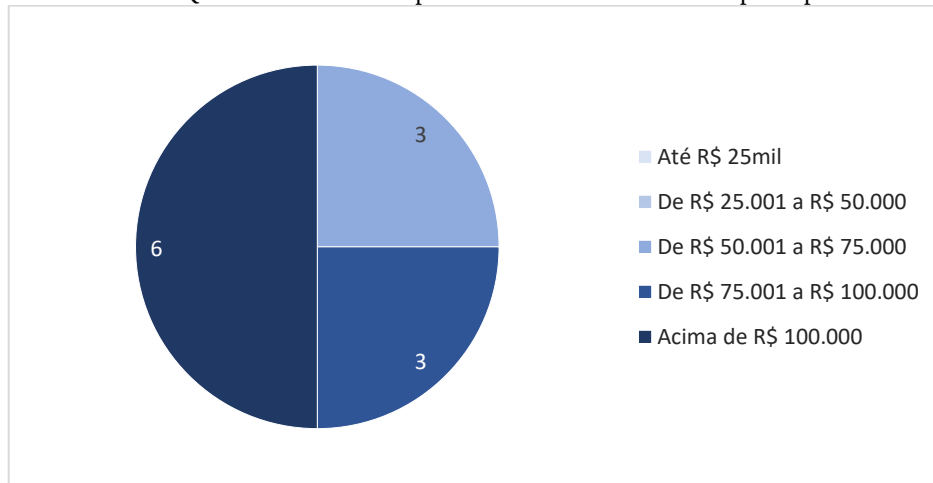


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

Considerando o PIB *per capita* estadual de R\$ 66.884,75 em 2023, 50% dos municípios dinâmicos estavam entre os mais ricos do estado, com PIB *per capita* acima de R\$ 100 mil: Maracaju (R\$ 131,4 mil), Costa Rica (R\$ 128,3 mil), Nova Alvorada do Sul (R\$ 118,8 mil), Três Lagoas (R\$ 111,7 mil), Chapadão do Sul (R\$ 107,4 mil) e Rio Brillhante (R\$ 102,0 mil). No segundo estrato, com PIB *per capita* entre R\$ 75 mil e R\$ 100 mil, estavam São Gabriel do Oeste (R\$ 97,5 mil), Dourados (R\$ 83,2 mil) e Bataguassu (R\$ 80,0 mil). No último grupo, com PIB *per capita* entre R\$ 50 mil e R\$ 75 mil, Nova Andradina (R\$ 73,5 mil), Naviraí (R\$ 72,7 mil) e Ponta Porã (R\$ 66,0 mil). Constata-se, portanto, que os municípios dinâmicos têm

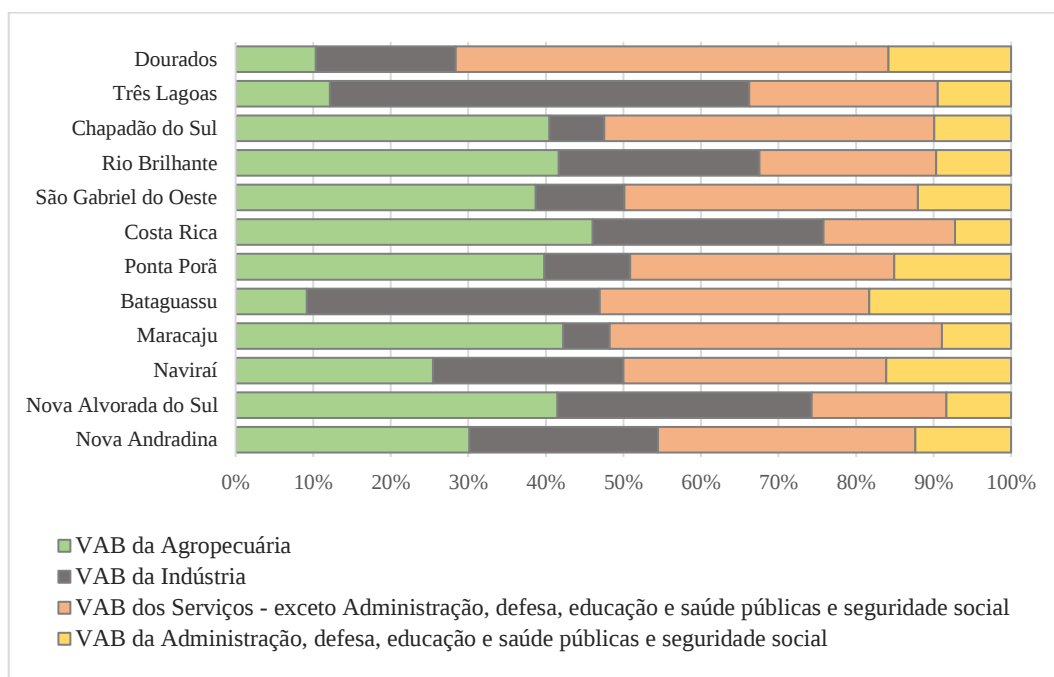
em comum o alto nível de PIB *per capita*, todos acima do PIB *per capita* estadual de 2023, com a exceção de Ponta Porã, o que denota a elevada produtividade econômica (Gráfico 34).

Gráfico 34 - Quantidade de municípios dinâmicos conforme PIB per capita - 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Esses municípios apresentaram um setor industrial relativamente relevante, quando comparado à composição média do VAB dos municípios sul-mato-grossenses (média de 14,6% na participação do VAB total), conforme Gráfico 35, organizado conforme ordem decrescente na classificação do IDGM. Municípios como Três Lagoas (54%), Bataguassu (38%), Nova Alvorada do Sul (33%), Costa Rica (30%) apresentaram participação da Indústria pelo menos igual ao dobro da média dos municípios do estado. Os municípios de Rio Brillhante (26%), Naviraí (25%) e Nova Andradina (24%) possuíam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do VAB total na Indústria.

Gráfico 35 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto dos municípios dinâmicos de MS em 2021 – em %

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Considerando a média da participação da Agropecuária no VAB dos municípios do estado (40,3%), sete dos doze municípios registraram aproximadamente o valor médio de participação da Agropecuária. Já os demais municípios registraram participações iguais ou abaixo de 30%, como Dourados (10%), Três Lagoas (12%), Bataguassu (9%), Naviraí (25%) e Nova Andradina (30%).

Em Serviços, os municípios dinâmicos apresentaram participação média igual à média dos municípios do estado em 2023, que foi de 45,1% do VAB total. Vale destacar que na composição do VAB de Serviços foram somadas as participações dos Serviços e da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Nos municípios dinâmicos houve predominância das participações de Serviços sobre as participações de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Em outras palavras, nos municípios dinâmicos se constituíram setores de comércio e serviços relativamente fortes, que conseguem atender suas próprias demandas e as necessidades dos municípios circunvizinhos.

Tabela 10 - Quociente Locacional dos municípios dinâmicos de MS conforme IBGE Setor - 2024

Município	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
Dourados	0,06	1,20	0,64	0,97	1,20	1,26	0,63	0,27
Três Lagoas	0,53	1,46	1,12	1,42	0,92	1,10	0,64	0,67
Chapadão do Sul	0,18	0,25	0,31	0,45	1,43	0,80	0,76	2,46
Rio Brilhante	0,00	2,43	0,08	0,80	0,84	0,46	0,58	1,89
São Gabriel do Oeste	0,03	2,25	0,70	0,42	0,97	0,68	0,51	1,40
Costa Rica	0,43	1,40	0,41	0,78	1,21	0,54	0,83	1,92
Ponta Porã	0,25	0,50	0,35	0,83	1,46	0,87	1,33	0,93
Bataguassu	0,05	3,05	0,07	0,54	0,79	0,49	0,68	0,99
Maracaju	0,00	0,73	0,09	0,69	1,24	0,82	0,81	2,02
Naviraí	1,10	1,58	0,29	0,78	1,28	0,67	0,97	0,94
Nova Alvorada do Sul	0,03	2,45	0,06	0,19	0,79	0,43	0,96	1,65
Nova Andradina	0,01	2,00	0,44	0,72	1,14	0,76	0,75	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2024).

O quociente locacional reforça o que foi identificado anteriormente na composição do VAB na maioria dos municípios dinâmicos: localização significativa em atividades de Indústria de transformação, de Comércio e de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Por exemplo, a Indústria de transformação se mostrou muito relevante na estrutura produtiva dos municípios de Bataguassu (QL=3,05), Nova Alvorada do Sul (QL=2,45), Rio Brilhante (2,43), São Gabriel do Oeste (QL=2,25), Nova Andradina (QL=2,00), Naviraí (QL=1,58), Três Lagoas (QL=1,46), Costa Rica (QL=1,40) e Dourados (QL=1,20), conforme Tabela 10.

O setor de Serviços apresentou localização significativa apenas em Dourados (QL=1,26) e em Três Lagoas (QL=1,10) e no Comércio foi significativo em sete dos 12 municípios. As atividades de Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca se mostraram relevantes para metade dos municípios dinâmicos (Chapadão do Sul, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste, Costa Rica, Maracaju e Nova Alvorada do Sul).

Com relação à presença de grandes estabelecimentos nos municípios dinâmicos, eram 46 estabelecimentos no total em 2021, sendo 18 estabelecimentos de 500 a 999 vínculos e 28 estabelecimentos com 1.000 vínculos ou mais, representando respectivamente, 19,4% e 41,8% do total no estado. O que se pode destacar no caso dos municípios dinâmicos é a presença de pelo menos um grande estabelecimento em cada município e a grande participação de estabelecimentos com 1.000 vínculos ou mais do setor industrial. Eram 14 estabelecimentos da Indústria, o que representava 70% do total de estabelecimentos deste porte no estado. Entre as

atividades desses estabelecimentos estavam a fabricação de produtos alimentícios (7 estabelecimentos), fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (4 estabelecimentos), fabricação de celulose, papel e produtos de papel (2 estabelecimentos) e fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (1 estabelecimento).

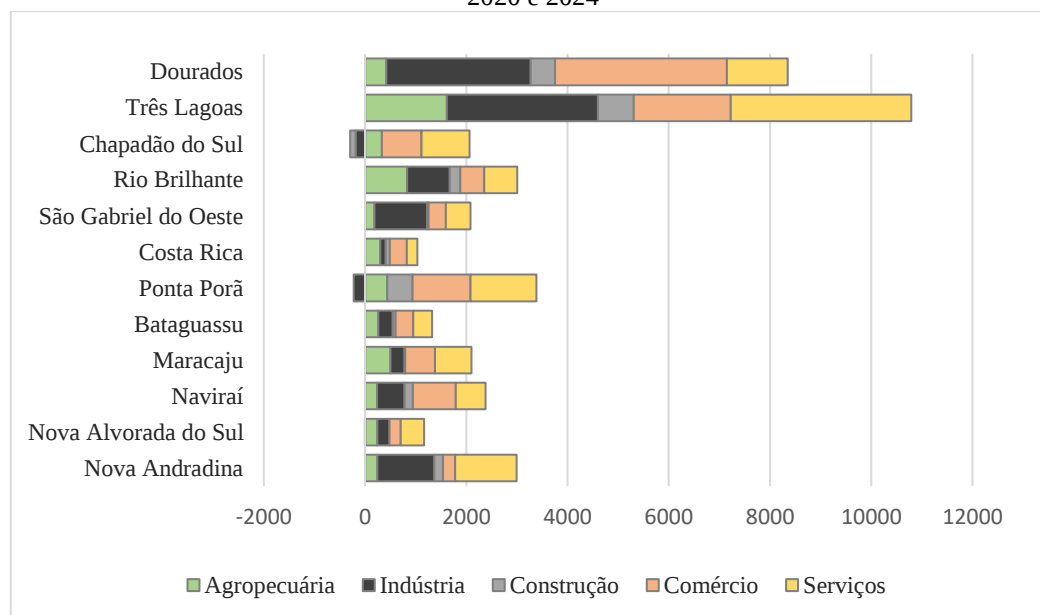
Tabela 11 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico dos municípios dinâmicos de Mato Grosso do Sul - 2021

Setor econômico (IBGE Gr Setor)	Estabelecimentos de 500 a 999 vínculos		Estabelecimentos de 1.000 vínculos ou mais	
	<i>Quantidade</i>	<i>Participação percentual com relação à quantidade em MS</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Participação percentual com relação à quantidade em MS</i>
Indústria	8	28,6%	14	70,0%
Construção Civil	0	0,0%	0	0,0%
Comércio	0	-	0	-
Serviços	9	14,5%	12	28,6%
Agropecuária	1	100,0%	2	50,0%
Total	18	19,4%	28	41,8%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2021).

Já os dados do mercado de trabalho formal mostraram que nos cinco anos da série histórica (2020 a 2024), o maior saldo de empregos gerado em municípios dinâmicos foi registrado em Três Lagoas (10,8 mil), seguido por Dourados (8,3 mil), conforme Gráfico 36. Os demais municípios registraram em média saldo de 2 mil empregos. Os setores que registraram os maiores saldos em ordem decrescente foram Serviços (11,7 mil), Comércio (10,6 mil), Indústria (9,9 mil), Agropecuária (5,6 mil) e Construção (2,3 mil). A criação de empregos se torna fator relevante na atração de população para os municípios dinâmicos, pois as pessoas migram para onde vislumbram melhores condições de vida, já que um dos determinantes para a sobrevivência no mundo capitalista daqueles que não detêm o capital é a venda de sua força de trabalho.

Gráfico 36 - Saldo de empregos formais nos municípios dinâmicos por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados de Caged (2025).

Embora tenham apresentado elevados PIBs *per capita*, o indicador de desigualdade nos rendimentos evidencia que em alguns municípios a proporção de pessoas que receberam os menores rendimentos comparados às quantidades de pessoas que receberam os maiores rendimentos foi superior ao valor a nível de estado (8,27), conforme Tabela 12. Municípios como Nova Alvorada do Sul (19,23) e Bataguassu (17,32) registraram proporções superiores ao dobro do valor estadual, ou seja, nesses municípios muitas pessoas receberam baixas remunerações e pouquíssimas pessoas receberam bons salários.

Ainda que tenham apresentado municípios com alta desigualdade de rendimentos, alguns municípios registraram razões abaixo do nível estadual, como Chapadão do Sul (5,40), Dourados (6,19) e São Gabriel do Oeste (6,46). Esses também foram os municípios que apresentaram as menores proporções de pessoas com rendimentos até 2 salários mínimos, o que sugere que nesses municípios os níveis de pobreza são menores. De modo geral, nos municípios dinâmicos havia uma proporção média menor de pessoas que recebiam até 2 salários mínimos, entretanto, quando analisado com a proporção de pessoas que receberam acima de 5 salários mínimos, apenas três dos doze municípios apresentaram valores melhores que os apurados para o estado.

Tabela 12 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM dos municípios dinâmicos - 2022

Localidade	Até 2 salários mínimos (em %)	Acima de 5 salários mínimos (em %)	Razão até 2 SM /acima de 5 SM
Mato Grosso do Sul	64,21	7,76	8,27
Bataguassu	70,68	4,08	17,32
Chapadão do Sul	52,60	9,74	5,40
Costa Rica	62,48	5,87	10,64
Dourados	59,39	9,60	6,19
Maracaju	60,00	7,23	8,30
Naviraí	65,57	7,33	8,95
Nova Alvorada do Sul	66,55	3,46	19,23
Nova Andradina	62,97	6,67	9,44
Ponta Porã	65,63	6,90	9,51
Rio Brilhante	66,84	5,97	11,20
São Gabriel do Oeste	56,06	8,68	6,46
Três Lagoas	60,03	7,15	8,40

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

Complementando a qualificação após a exposição de todos os dados, os municípios dinâmicos de Mato Grosso do Sul apresentaram as maiores concentrações populacionais e elevados níveis de PIB *per capita*. Possuíam estruturas econômicas relativamente equilibradas, com a Agropecuária forte e os setores da Indústria e de Serviços relevantes. A maioria deles apresentou especialização produtiva na Indústria de transformação, no Comércio e na Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. A presença de estruturas produtivas mais diversificadas, associada à concentração de grandes estabelecimentos, reforça seu papel como polos de atração populacional e de dinamização econômica no território estadual. Embora desponham como os municípios mais ricos e desenvolvidos, a maioria dos municípios dinâmicos ainda apresentaram índices de desigualdade de rendimentos superiores quando comparados à taxa a nível estadual.

4.3.3 Intermediários

Municípios intermediários são os que apresentam média ou baixa dinamicidade, sendo centros locais ou zonas com influência local ou regional. Os setores de serviços e comércio conseguem atender apenas as necessidades básicas da população. Nessa categoria ainda existem municípios que apresentam capacidade de atração populacional, pois alguns possuem significativo potencial de crescimento e desenvolvimento econômico (Costa, 2013).

Foram 55 municípios classificados como intermediários, com a maior parte (33%) das Regiões Geográficas Imediatas (RGI) de Campo Grande e de Dourados, com nove municípios

cada. Outras regiões também apresentaram quantidades elevadas, como a RGI de Nova Andradina (6 municípios), RGI de Coxim (5 municípios), RGI de Jardim (5 municípios) e de Paranaíba – Chapadão do Sul – Cassilândia (5 municípios), conforme Tabela 13. Somando essas proporções, foram encontrados 70% dos municípios intermediários em 6 Regiões Geográficas Imediatas.

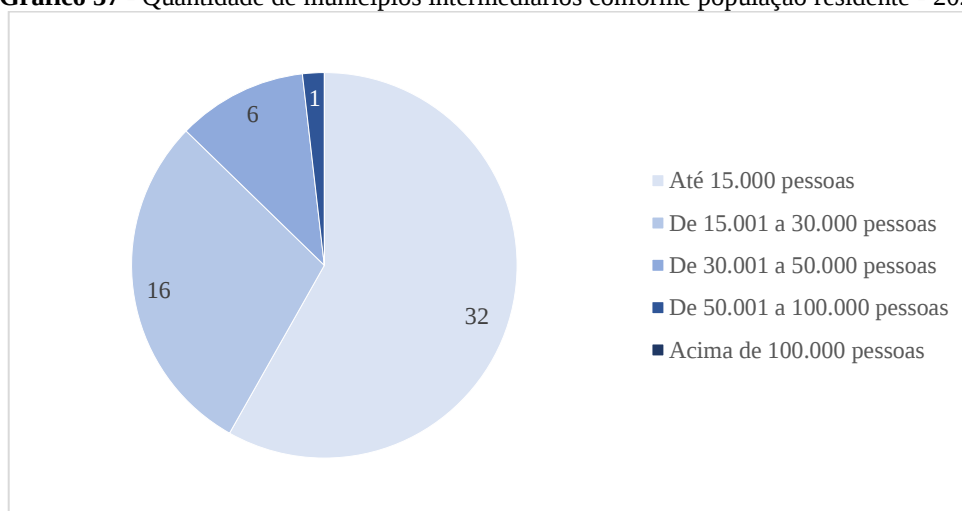
Quando analisados pelas quantidades de municípios das próprias Regiões Geográficas Imediatas, constatou-se que grande parte dos municípios das RGI eram intermediários, como por exemplo, os dois únicos municípios da RGI de Corumbá. Outras regiões que apresentaram elevadas proporções de municípios intermediários foram Nova Andradina (86%), Paranaíba – Chapadão do Sul – Cassilândia (83%), Aquidauana – Anastácio (75%), Coxim (71%), Jardim (71%). As demais RGI apresentaram pelo menos 2/3 de municípios intermediários, com exceção da RGI de Amambai, na qual apenas 20% foram classificados neste grupo.

Tabela 13 - Quantidade de municípios intermediários por Região Geográfica Imediata

Região Geográfica Imediata	Quantidade	Participação percentual
Amambai	1	2%
Aquidauana - Anastácio	3	5%
Campo Grande	9	16%
Corumbá	2	4%
Coxim	5	9%
Dourados	9	16%
Jardim	5	9%
Naviraí - Mundo Novo	4	7%
Nova Andradina	6	11%
Paranaíba - Chapadão do Sul - Cassilândia	5	9%
Ponta Porã	2	4%
Três Lagoas	4	7%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

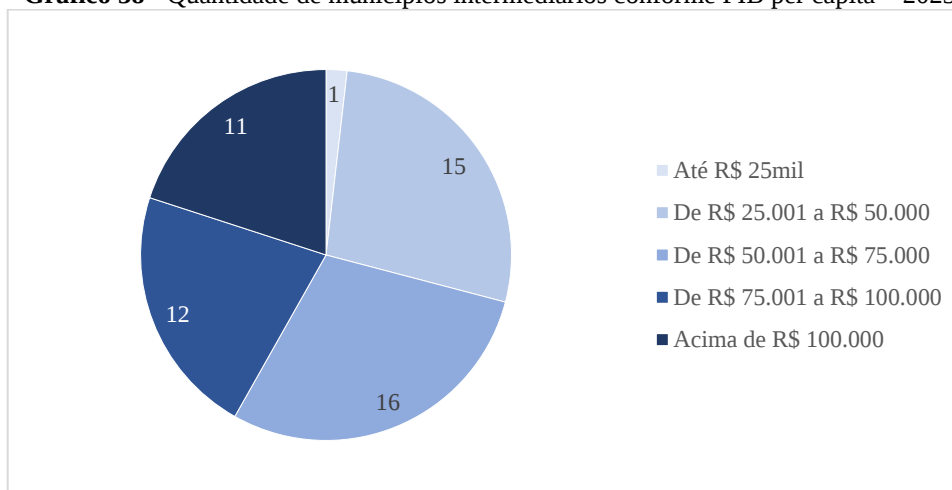
Em sua maioria, os municípios intermediários eram formados por pequenas populações, de até 15 mil pessoas (58%), conforme Gráfico 37. Na faixa seguinte, com populações entre 15 mil e 30 mil pessoas, foram contabilizados 16 municípios, equivalentes a 29%. Dessa forma, 87% dos municípios intermediários possuíam até 30 mil habitantes. Apenas seis municípios possuíam entre 30 mil e 50 mil pessoas e apenas o município de Corumbá possuía acima de 50 mil habitantes (96 mil habitantes).

Gráfico 37 - Quantidade de municípios intermediários conforme população residente - 2022

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

Em termos de PIB *per capita*, 20% dos municípios intermediários registraram valores acima de R\$ 100 mil (Gráfico 38). Foram os casos de Selvíria (R\$ 330,5 mil), Paraíso das Águas (R\$ 252,2 mil), Jateí (R\$ 203,6 mil), Ribas do Rio Pardo (R\$ 144,9 mil), Bandeirantes (R\$ 126,1 mil), Aral Moreira (R\$ 125,5 mil), Angélica (R\$ 115,9 mil), Inocência (R\$ 112,6 mil), Sonora (R\$ 102,6 mil), Jaraguari (R\$ 100,5 mil) e Brasilândia (R\$ 100,1 mil). No estrato anterior, com PIB *per capita* entre R\$ 75 mil e R\$ 100 mil, havia 12 municípios (22% dos municípios intermediários): Novo Horizonte do Sul (R\$ 95,5 mil), Água Clara (R\$ 92,3 mil), Antônio João (R\$ 91,6 mil), Santa Rita do Pardo (R\$ 91,5 mil), Sidrolândia (R\$ 87,1 mil), Alcinópolis (R\$ 84,7 mil), Caarapó (R\$ 83,4 mil), Anaurilândia (R\$ 81,5 mil), Itaquiraí (R\$ 79,6 mil), Aparecida do Taboado (R\$ 79,1 mil), Juti (R\$ 77,0 mil) e Terenos (R\$ 76,4 mil). São valores superiores aos registrados por municípios dinâmicos, como Nova Andradina, Naviraí e Ponta Porã.

No estrato intermediário de PIB *per capita* (de R\$ 50.001 a R\$ 75.000) havia 16 municípios, equivalente a 29% dos municípios do grupo. Outros 16 municípios registraram PIB *per capita* abaixo de R\$ 50 mil, sendo um deles com valor abaixo de R\$ 25 mil (Ladário). É possível observar três grupos: municípios com PIB *per capita* acima de R\$ 75 mil (41,8%), entre R\$ 50 mil e R\$ 75 mil (29,1%) e abaixo de R\$ 50 mil (29,1%).

Gráfico 38 - Quantidade de municípios intermediários conforme PIB per capita – 2023

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

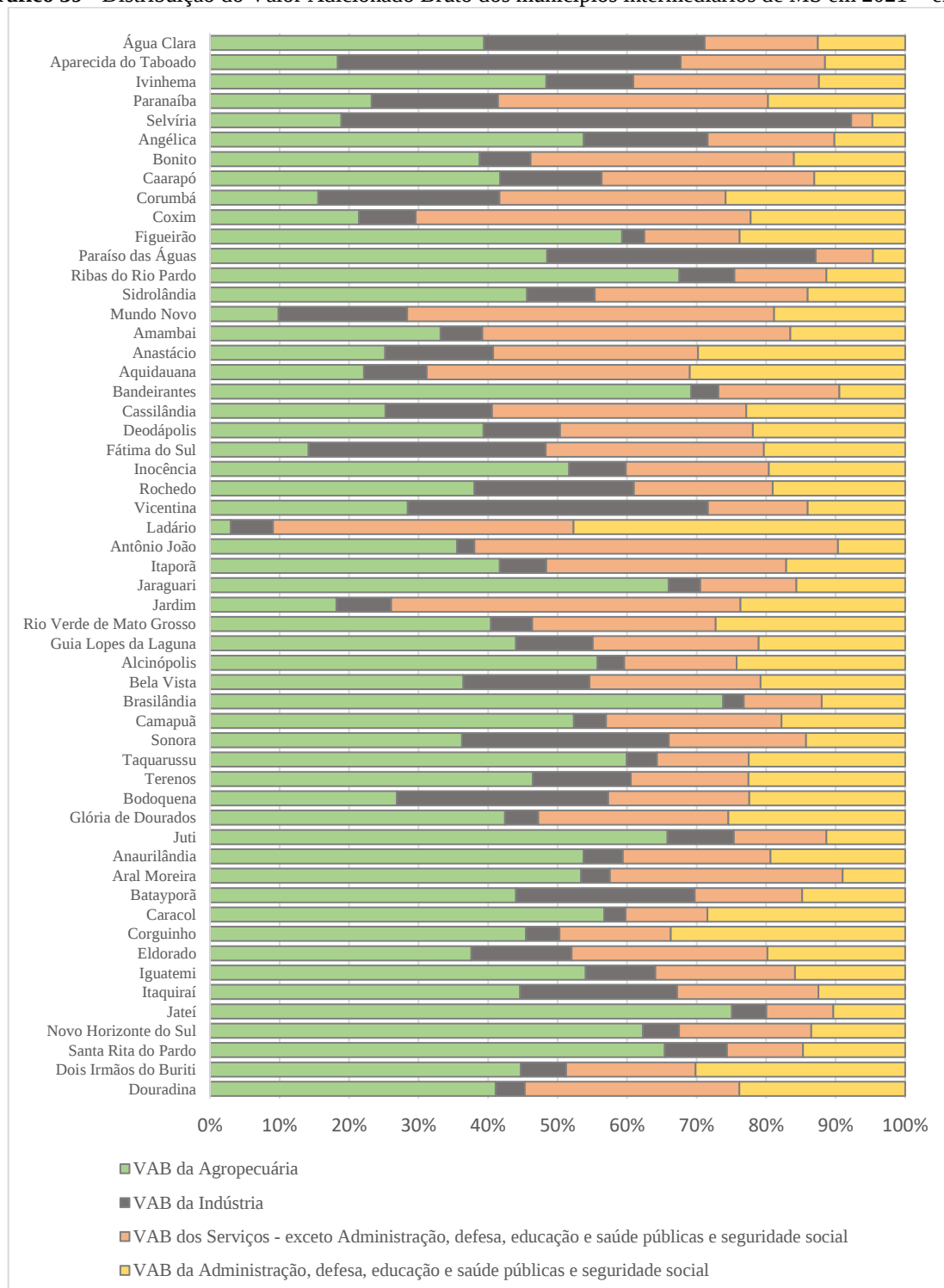
Na composição do VAB dos municípios intermediários (Gráfico 39), devido à grande quantidade de municípios no grupo e, considerando as médias das participações dos três grandes setores econômicos (Agropecuária, Indústria e Serviços) dos municípios sul-mato-grossenses, foram encontrados pelo menos seis subgrupos: i) apenas Agropecuária acima da média; ii) apenas Indústria acima da média; iii) apenas Serviços acima da média; iv) Agropecuária e Indústria acima das médias; v) Agropecuária e Serviços acima das médias, e; vi) Indústria e Serviços acima das médias.

Considerando que a média da Agropecuária na participação do VAB total foi de 40,3%, no grupo de municípios intermediários, constatou-se que 21 municípios apresentaram participações da Agropecuária no VAB total acima da média, mostrando-se setor muito relevante para as economias locais, como por exemplo, nos municípios de Jateí (75,1%), Brasilândia (73,8%), Bandeirantes (69,2%) e Ribas do Rio Pardo (67,5%). Na Indústria, a média da participação no VAB total dos municípios foi de 14,6%, portanto, municípios que apresentaram percentuais acima da média apenas neste setor foram: Selvíria (73,4%), Aparecida do Taboado (49,3%), Vicentina (43,2%), Água Clara (31,7%), Bodoquena (30,4%), Sonora (29,8%) e Rochedo (23,0%). Já em Serviços, a média da participação no VAB dos municípios foi de 45,1%, de modo que foram constatados em 9 municípios percentuais acima da média apenas neste setor, sendo alguns deles: Ladário (90,9%), Jardim (73,9%), Coxim (70,4%) e Aquidauana (68,8%).

Municípios que apresentaram percentuais acima da média na Agropecuária e Indústria somaram 5, sendo eles: Angélica, Batayporã, Caarapó, Itaquiraí e Paraíso das Águas. Já os municípios que apresentaram simultaneamente participações acima das médias em Agropecuária e Serviços, foram: Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Glória de

Dourados, Itaporã e Rio Verde de Mato Grosso. Por fim, 7 municípios apresentaram participações acima das médias na Indústria e em Serviços: Anastácio, Bela Vista, Cassilândia, Corumbá, Fátima do Sul, Mundo Novo e Paranaíba. Percebe-se, portanto, a grande diversidade estrutural econômica que os municípios deste grupo são formados.

Gráfico 39 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto dos municípios intermediários de MS em 2021 – em %



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Tabela 14 - Quociente Locacional dos municípios intermediários de MS conforme IBGE Setor - 2024

Município	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
Água Clara	0,00	0,93	0,80	0,74	0,62	0,95	0,75	2,38
Aparecida do Taboado	0,25	3,39	0,20	0,38	0,40	0,35	0,49	1,97
Ivinhema	0,03	0,72	0,17	0,41	1,25	0,76	1,33	1,47
Paranaíba	0,20	1,84	0,60	1,00	1,04	0,80	0,68	1,01
Selvíria	0,00	2,44	7,31	0,12	0,35	0,18	1,33	1,99
Angélica	0,00	5,44	0,20	0,14	0,20	0,10	0,51	0,46
Bonito	3,48	0,26	0,19	0,62	0,85	1,36	0,76	1,58
Caarapó	0,00	1,17	0,65	0,48	0,80	0,65	1,15	2,19
Corumbá	21,40	0,43	0,66	1,07	0,97	0,93	0,81	1,30
Coxim	0,43	0,26	2,97	0,75	1,49	0,77	0,96	1,82
Figueirão	0,00	0,28	0,35	1,00	0,57	0,17	1,56	4,39
Paraíso das Águas	1,34	1,20	0,76	0,26	0,42	0,33	1,24	3,59
Ribas do Rio Pardo	0,65	0,79	0,31	2,23	0,58	0,59	0,63	3,43
Sidrolândia	0,28	2,17	0,21	0,48	0,97	0,58	0,67	1,56
Mundo Novo	0,90	1,44	0,18	0,80	1,27	0,88	0,92	0,60
Amambai	0,17	0,56	0,26	0,59	1,27	0,73	1,28	1,74
Anastácio	0,79	1,61	0,00	1,10	1,10	0,29	1,32	1,73
Aquidauana	0,00	0,66	1,35	0,54	1,27	0,60	1,21	2,04
Bandeirantes	0,43	0,57	0,29	0,34	0,67	0,43	1,63	3,17
Cassilândia	1,74	0,94	0,81	0,32	1,12	0,60	1,19	1,98
Deodápolis	0,19	1,02	0,11	0,77	1,07	0,75	1,74	0,68
Fátima do Sul	0,13	1,58	0,28	0,58	1,09	0,96	1,08	0,35
Inocência	0,61	0,95	0,18	2,09	0,32	1,30	0,61	1,64
Rochedo	0,20	3,66	0,00	0,03	0,44	0,11	0,69	2,09
Vicentina	0,00	1,94	0,00	0,25	0,60	0,20	1,67	2,20
Ladário	0,00	0,23	0,00	0,97	1,19	0,76	2,61	0,10
Antônio João	0,00	0,00	0,12	0,26	0,73	0,27	2,92	2,38
Itaporã	3,14	0,82	0,08	0,95	1,29	0,40	1,45	1,85
Jaraguari	0,00	0,79	0,66	0,24	0,56	0,18	1,50	4,01
Jardim	0,17	0,43	0,82	0,93	1,10	0,77	1,89	0,99
Rio Verde de Mato Grosso	0,83	0,23	0,56	0,69	1,07	0,62	0,96	3,21
Guia Lopes da Laguna	1,09	1,57	0,25	0,19	0,69	0,42	1,32	2,38
Alcinópolis	0,34	0,01	0,48	0,13	0,84	0,21	1,88	3,95
Bela Vista	18,62	0,09	1,13	0,70	0,88	0,49	1,50	2,36
Brasilândia	0,00	0,60	0,26	2,51	0,57	0,31	1,22	3,60
Camapuã	0,00	0,09	0,41	0,49	1,11	0,46	1,00	3,86
Sonora	0,00	0,70	0,65	0,71	0,80	0,42	0,77	3,99
Taquarussu	0,00	0,01	0,32	0,55	0,28	0,27	2,85	3,12
Terenos	7,19	1,61	0,31	1,01	0,71	0,19	1,12	2,70
Bodoquena	10,89	0,68	0,00	0,40	0,85	0,48	1,57	2,16
Glória de Dourados	0,00	0,50	0,73	0,10	1,02	0,75	1,48	1,99
Juti	0,00	0,02	0,00	0,23	0,73	0,51	1,81	3,33
Anaurilândia	0,00	2,39	0,20	0,47	0,65	0,20	1,14	2,26
Aral Moreira	0,00	0,16	0,20	3,54	0,88	0,20	1,64	2,99
Batayporã	0,63	3,17	0,00	0,47	0,54	0,20	1,32	1,19
Caracol	0,32	0,11	0,36	0,02	0,42	0,19	2,35	3,90
Corguinho	0,32	0,13	1,72	1,10	0,42	0,22	2,19	3,58
Eldorado	0,00	2,83	0,25	0,35	0,75	0,56	0,83	0,95
Iguatemi	0,06	1,85	0,43	0,26	0,98	0,40	1,08	1,94
Itaquiraí	0,27	3,41	0,24	0,36	0,42	0,45	0,83	1,10
Jateí	0,44	0,30	0,00	0,04	0,23	0,16	1,46	5,44
Novo Horizonte do Sul	0,00	0,84	1,22	0,48	1,14	0,31	1,80	2,01
Santa Rita do Pardo	0,00	0,60	0,68	0,16	0,35	0,27	1,33	4,64
Dois Irmãos do Buriti	0,26	0,85	0,15	0,52	0,62	0,15	1,84	3,35
Douradina	0,00	0,38	0,00	0,35	1,01	0,63	2,05	1,65

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2024).

Analisando a especialização via quociente locacional, Tabela 14, torna-se um pouco mais claro a visualização em quais setores a maioria dos municípios intermediários estão apoiados: 70,9% dos municípios apresentaram especialização significativa em Administração Pública, e 87,3% dos municípios intermediários apresentaram especialização significativa em Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Nos demais setores, os percentuais de municípios com especialização significativa foram: Extrativa mineral (16,4%), Indústria de transformação (36,4%), Serviços industriais de utilidade pública (10,9%), Construção civil (18,2%), Comércio (32,7%) e Serviços (3,6%).

Os dados revelaram que a maioria dos municípios intermediários empregaram grande parte de seus fatores de produção (neste caso, a mão de obra), na Administração Pública e na Agropecuária, sendo, portanto, os setores mais relevantes para a este grupo de municípios. Complementarmente, alguns municípios também apresentaram especializações produtivas em outros setores, como na Indústria de transformação (casos de Angélica e Aparecida do Taboado, por exemplo), Extração mineral (Bela Vista e Corumbá) e no Comércio (casos de Coxim e Amambai).

Quanto à presença de grandes estabelecimentos nos municípios intermediários (Tabela 15), é preciso destacar a quantidade de estabelecimentos de 500 a 999 vínculos, entretanto, ressaltar dois aspectos: i) o grupo de municípios intermediários possuía o maior quantitativo dentre as quatro classificações (55 municípios), sendo esperada a possibilidade de constatação de uma quantidade razoável de estabelecimentos; ii) dos 42 estabelecimentos de 500 a 999 vínculos, 26 eram de Serviços, mais especificamente, 25 deles eram da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. Portanto, embora tenha sido identificado que quase metade dos estabelecimentos desse porte estava em municípios intermediários, a maioria se tratava de prefeituras, que ocupam grande contingente de trabalhadores e, em muitos casos, são os principais empregadores locais.

Na Indústria, dos 16 estabelecimentos de 500 a 999 vínculos, 7 estavam relacionados à fabricação de produtos alimentícios, como as unidades nos municípios de Anastácio, Aparecida do Taboado, Caarapó, Iguatemi, Rochedo e Terenos, sendo a maioria no abate e fabricação de produtos de carne. Já, os estabelecimentos com 1.000 vínculos ou mais foram identificados nos municípios de Angélica, Itaquiraí e Sidrolândia, sendo todos os 3 relacionados à fabricação de produtos alimentícios (fabricação e refino de açúcar no primeiro e abate e fabricação de produtos e carne nos outros dois municípios).

Tabela 15 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico dos municípios intermediários de Mato Grosso do Sul - 2021

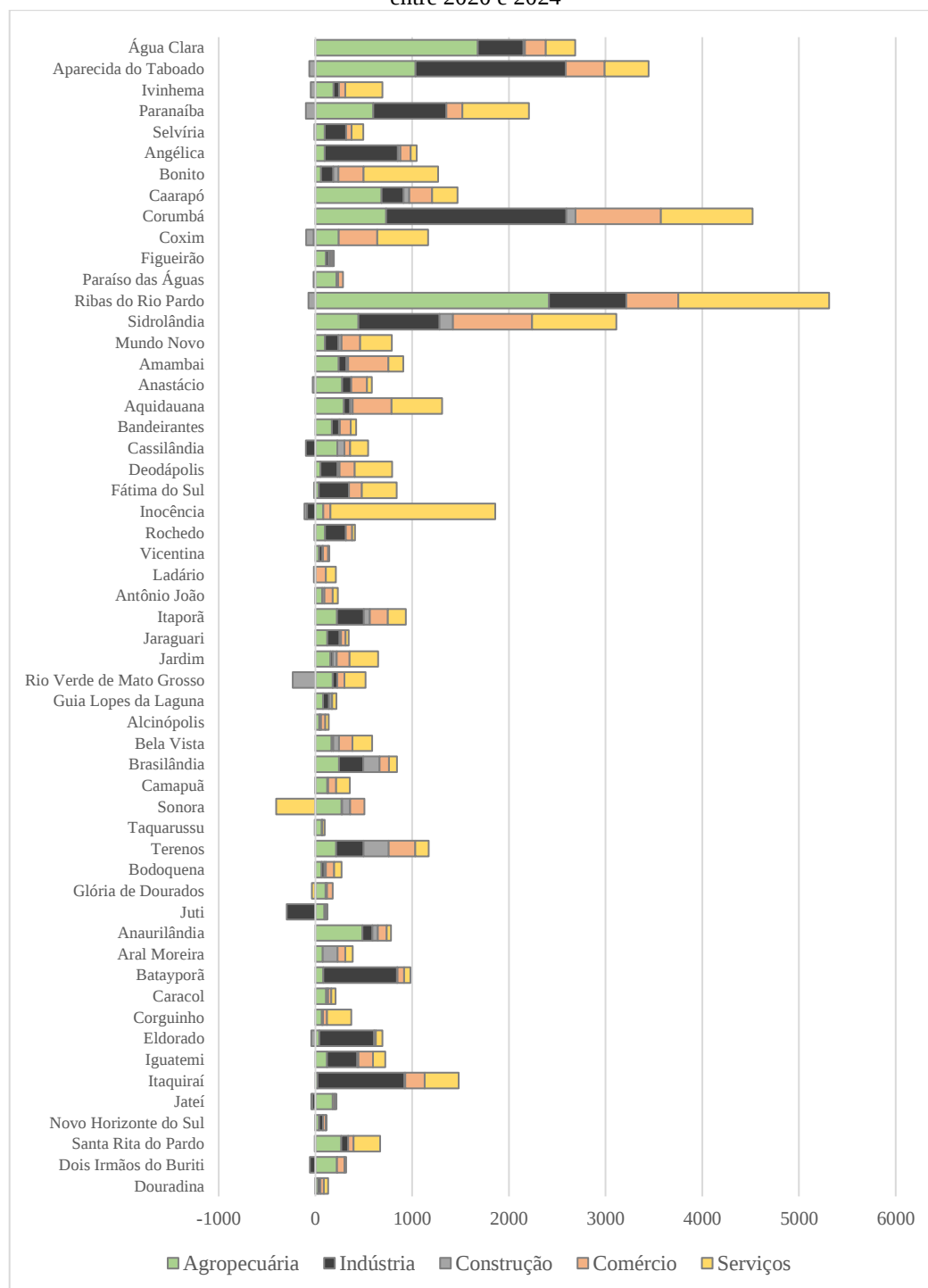
Setor econômico (IBGE Gr Setor)	Estabelecimentos de 500 a 999 vínculos		Estabelecimentos de 1.000 vínculos ou mais	
	Quantidade	Participação percentual com relação à quantidade em MS	Quantidade	Participação percentual com relação à quantidade em MS
Indústria	16	57,1%	3	15,0%
Construção Civil	0	0,0%	0	0,0%
Comércio	0	-	0	-
Serviços	26	41,9%	6	14,3%
Agropecuária	0	0,0%	2	50,0%
Total	42	45,2%	11	16,4%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2021).

Dados da criação de empregos formais ilustram bem os municípios mais dinâmicos do grupo. No topo do Gráfico 40, que foi ordenado conforme pontuação decrescente de IDGM, estão os municípios, cujos saldos de empregos foram os mais elevados no acumulado de 2020 a 2024. Por exemplo, o município de Água Clara registrou saldo de 2,7 mil empregos, sendo a maior parte na Agropecuária (1,7 mil), em atividades de produção florestal. Em Aparecida do Taboado o saldo de empregos acumulado foi de 3,4 mil, sendo 1,6 mil na Indústria (principalmente na indústria de transformação, como no abate e fabricação de produtos de carne e na fabricação de brinquedos e jogos recreativos) e 1,0 mil na Agropecuária (produção florestal). Na sequência, Corumbá registrou saldo de 4,5 mil empregos, com destaque para a criação de empregos nas indústrias extrativas (1,6 mil). Em Sidrolândia o saldo foi de 3,1 mil empregos, com saldos relativamente próximos (800) na Indústria, no Comércio e no Serviços.

Mas, o município cujo saldo de empregos acumulado superou 5 mil foi Ribas do Rio Pardo (saldo de 5.242), cujos saldos por setores foram 2,4 mil na Agropecuária, 800 na Indústria, -71 na Construção, 537 no Comércio e 1.561 em Serviços. Impulsionada pela implantação de indústria do ramo da celulose, o grande saldo da Agropecuária esteve relacionado à produção florestal. Nas indústrias de transformação, a geração de novos empregos ocorreu na indústria de celulose, papel e produção de papel e na metalurgia. Em Serviços, o saldo se deu principalmente no serviço de transporte rodoviário de cargas. Em Inocência, outro município alvo dos investimentos das indústrias de celulose, o saldo acumulado de 1,7 mil se deu consideravelmente por conta das atividades de serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas (1,5 mil).

Gráfico 40 - Saldo de empregos formais nos municípios intermediários por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados de Caged (2025).

Em contrapartida, municípios com os menores IDGM foram aqueles que, mesmo em um intervalo prolongado, geraram saldos muito reduzidos, o que pode desincentivar a migração de pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho. Guia Lopes da Laguna, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Dois Irmãos do Buriti e Douradina são exemplos de municípios que, no intervalo de 5 anos, geraram saldos inferiores a 300 empregos.

A variável que todos os municípios intermediários tiveram em comum foi a elevada razão entre a proporção de pessoas que receberam até 2 salários mínimos e a proporção de pessoas que receberam acima de 5 salários mínimos, quando comparada à constatada no estado de Mato Grosso do Sul (Tabela 16). Enquanto no estado o valor calculado foi de 8,27, os municípios intermediários registraram o valor médio de 18,07. Quanto maior o valor, maior é a diferença entre as quantidades de pessoas que recebem as melhores remunerações e as menores remunerações, indicando maior desigualdade de rendimentos no município. Os municípios de Selvíria (42,42), Guia Lopes da Laguna (35,22), Corguinho (35,32), Anaurilândia (33,90) e Bela Vista (27,95) foram os cinco maiores valores do grupo.

Por fim, cabe destacar o elevado percentual de municípios intermediários nos quais o percentual de pessoas ocupadas que receberam até 2 salários mínimos foi superior à taxa do estado (64,21%). No grupo, 45 municípios apresentaram taxa superior, equivalente a 81,8% dos municípios intermediários. Quando consideramos os municípios com taxa acima de 75% que receberam até 2 salários mínimos, contabilizamos 8 municípios (14,5%).

Em síntese, os municípios intermediários de Mato Grosso do Sul revelam um padrão de desenvolvimento marcado pela heterogeneidade estrutural e por níveis distintos de inserção produtiva. Ainda que alguns apresentem indicadores econômicos expressivos, como elevados PIB *per capita* ou dinamismo setorial específico, a maioria desses municípios permanece ancorada em atividades de baixa complexidade, com forte dependência da agropecuária e da administração pública como principais vetores de dinamicidade econômica.

Esse quadro evidencia que a condição intermediária não representa, necessariamente, uma etapa linear rumo ao dinamismo, mas sim uma posição instável na hierarquia regional, marcada por limitações estruturais e pela reprodução de desigualdades. Assim, esses municípios expressam, de forma clara, a lógica do desenvolvimento geográfico desigual, na qual coexistem potencialidades de crescimento e restrições que dificultam a consolidação de trajetórias mais robustas de desenvolvimento.

Tabela 16 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM dos municípios intermediários - 2022

Localidade	Até 2 salários mínimos (em %)	Acima de 5 salários mínimos (em %)	Razão até 2 SM por acima de 5 SM
Mato Grosso do Sul	64,21	7,76	8,27
Água Clara	59,59	4,95	12,04
Alcinópolis	59,64	5,39	11,06
Amambai	70,47	5,84	12,07
Anastácio	75,62	3,69	20,49
Anaurilândia	74,57	2,20	33,90
Angélica	67,84	3,75	18,09
Antônio João	71,12	3,49	20,38
Aparecida do Taboado	73,04	4,24	17,23
Aquidauana	75,57	5,00	15,11
Aral Moreira	72,44	2,68	27,03
Bandeirantes	61,79	5,89	10,49
Batayporã	73,70	3,49	21,12
Bela Vista	74,34	2,66	27,95
Bodoquena	71,21	5,66	12,58
Bonito	66,97	5,70	11,75
Brasilândia	67,94	3,87	17,56
Caarapó	68,25	4,20	16,25
Camapuã	62,28	6,32	9,85
Caracol	72,52	3,93	18,45
Cassilândia	70,93	4,92	14,42
Corguinho	75,94	2,15	35,32
Corumbá	69,72	7,03	9,92
Coxim	71,20	5,30	13,43
Deodápolis	71,28	2,89	24,66
Dois Irmãos do Buriti	79,60	3,74	21,28
Douradina	75,98	3,56	21,34
Eldorado	76,39	3,41	22,40
Fátima do Sul	70,67	5,23	13,51
Figueirão	57,08	6,83	8,36
Glória de Dourados	60,82	4,82	12,62
Guia Lopes da Laguna	78,90	2,24	35,22
Iguatemi	74,00	4,75	15,58
Inocência	61,95	4,72	13,13
Itaporã	72,87	3,17	22,99
Itaquiraí	69,37	3,01	23,05
Ivinhema	67,30	5,22	12,89
Jaraguari	72,22	3,47	20,81
Jardim	68,53	7,92	8,65
Jateí	65,80	4,98	13,21
Juti	72,82	2,89	25,20
Ladário	70,55	5,11	13,81
Mundo Novo	72,21	5,29	13,65
Novo Horizonte do Sul	66,32	4,58	14,48
Paraíso das Águas	54,46	3,97	13,72
Paranaíba	68,06	5,18	13,14
Ribas do Rio Pardo	63,74	5,37	11,87
Rio Verde de Mato Grosso	69,80	4,80	14,54
Rochedo	71,83	2,90	24,77
Santa Rita do Pardo	74,21	3,30	22,49
Selvíria	77,62	1,83	42,42
Sidrolândia	72,88	4,44	16,41
Sonora	61,81	4,41	14,02
Taquarussu	72,73	3,15	23,09
Terenos	70,92	4,30	16,49
Vicentina	71,26	4,11	17,34

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

4.3.4 Periféricos

Os municípios periféricos são centros locais cuja influência não extrapola seus limites territoriais. São municípios com pouca relevância econômica no PIB estadual, alta evasão populacional e elevados níveis de taxas de pobreza. Os baixos indicadores de desenvolvimento humano indicam as dificuldades no atendimento das necessidades básicas das próprias populações (saúde, educação, emprego, renda, moradia, consumo, serviços e lazer) (Costa, 2013). Sendo que, para o último grupo fica facilitado o entendimento das características dos municípios periféricos, já que são exatamente opostas aos dos municípios dinâmicos.

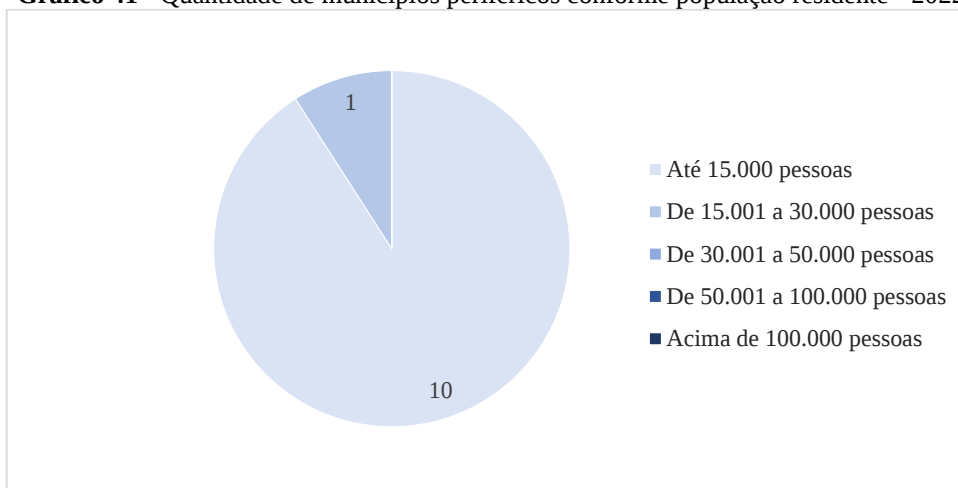
Com quatro municípios periféricos, a RGI de Amambai, região mais ao sul do estado, concentrou mais de 1/3 dos periféricos (Tabela 17). Essa quantidade de municípios periféricos representa 80% dos municípios da própria RGI, o que indica a forte vulnerabilidade que os municípios da região apresentam. A RGI de Jardim apresentou dois municípios e as demais RGI (Aquidauana – Anastácio, Campo Grande, Coxim, Dourados e Naviraí – Mundo Novo) apresentaram um município periférico cada. Foram contabilizados onze municípios periféricos e em cinco RGI do estado não foram identificados municípios deste grupo, conforme mapeamento pelo IDGM.

Tabela 17 - Quantidade de municípios periféricos por Região Geográfica Imediata

Região Geográfica Imediata	Quantidade	Participação percentual
Amambai	4	36%
Aquidauana - Anastácio	1	9%
Campo Grande	1	9%
Corumbá	0	0%
Coxim	1	9%
Dourados	1	9%
Jardim	2	18%
Naviraí - Mundo Novo	1	9%
Nova Andradina	0	0%
Paranaíba - Chapadão do Sul - Cassilândia	0	0%
Ponta Porã	0	0%
Três Lagoas	0	0%

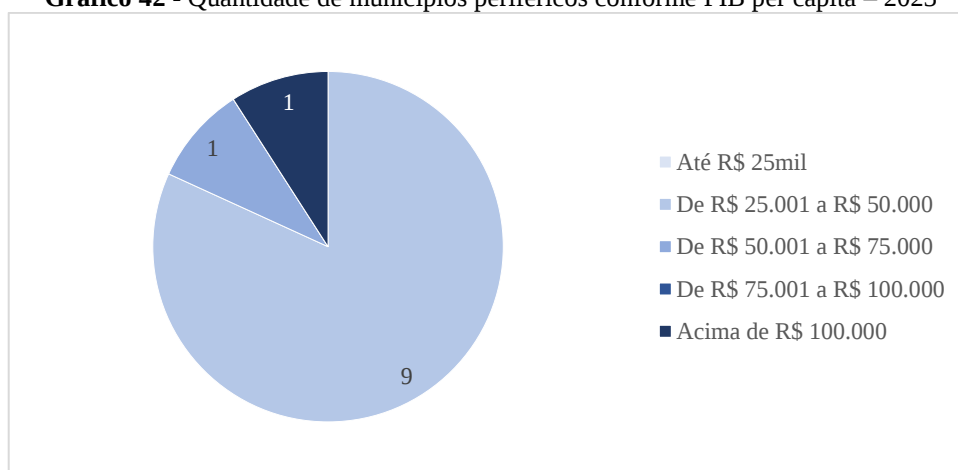
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Referente ao tamanho populacional, 91% dos municípios periféricos eram compostos por pequenas populações, com até 15 mil pessoas (Gráfico 41). Apenas o município de Miranda apresentou população superior a 25 mil pessoas e estava entre os 27% maiores municípios do estado.

Gráfico 41 - Quantidade de municípios periféricos conforme população residente - 2022

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

A média do PIB *per capita* do grupo de municípios periféricos foi de R\$ 52,2 mil, muito abaixo da PIB *per capita* do estado (R\$ 66,9 mil). Dos onze municípios do grupo, nove registraram PIB *per capita* entre R\$ 25 mil e R\$ 50 mil, o que indica alta fragilidade desses municípios em termos econômicos (Gráfico 42). O que destoou da realidade do grupo foi o PIB *per capita* de R\$ 185,0 mil registrado em Laguna Carapã, equivalente a 2,8 vezes o PIB *per capita* do estado, município da RGI de Dourados (sudoeste do estado) e população de 6,8 mil habitantes. O alto valor da variável se contrapõe aos baixos níveis dos indicadores levantados que compuseram o IDGM do município.

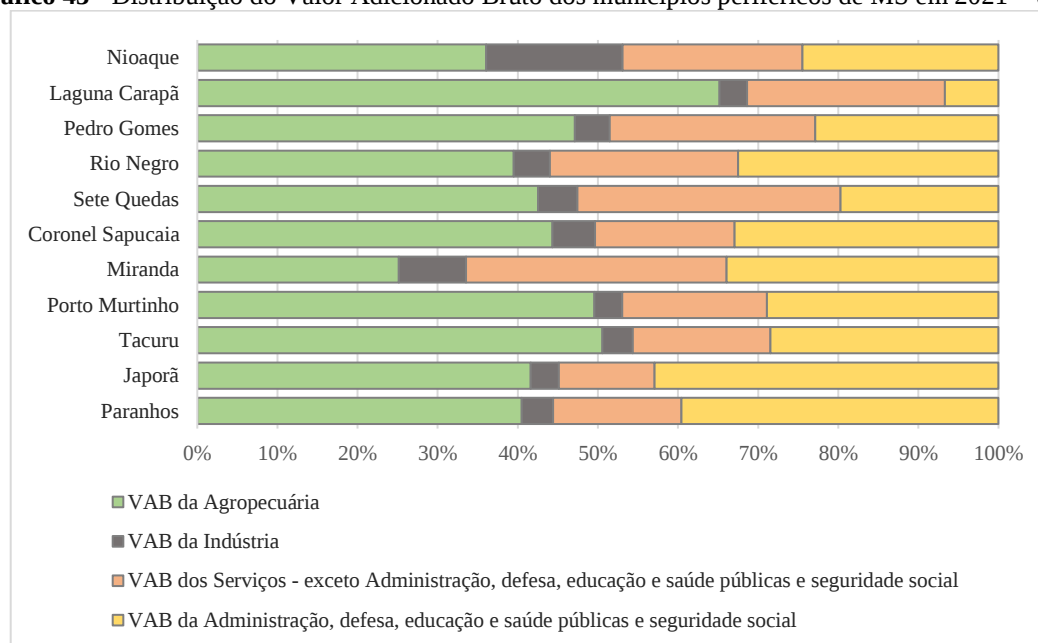
Gráfico 42 - Quantidade de municípios periféricos conforme PIB per capita – 2023

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

Na distribuição do VAB dos municípios periféricos, identificou-se que suas economias eram baseadas, principalmente, na Agropecuária e nos Serviços, com o setor da Indústria praticamente inexistente na maioria deles (Gráfico 43). Tendo em vista que a taxa média de

participação da Agropecuária no VAB dos municípios do estado (40,3%), a média da participação da Agropecuária no VAB dos municípios periféricos foi de 43,8%, com forte presença nos municípios de Laguna Carapã (65,2%), Tacuru (50,6%) e Porto Murtinho (49,6%). Com relação aos Serviços, dez municípios apresentaram taxas de participação no VAB acima da média dos municípios sul-mato-grossenses (45,1%). Na maioria dos municípios (nove dos onze) foi possível identificar o predomínio da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, o que denota a dependência desses municípios com o setor público para a geração de alguma dinamicidade econômica, como a própria geração de empregos pelas prefeituras ou outros órgãos públicos.

Gráfico 43 - Distribuição do Valor Adicionado Bruto dos municípios periféricos de MS em 2021 – em %



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PIB dos Municípios, IBGE (2025b).

O indicador de especialização territorial apontou que todos os municípios periféricos apresentaram especialização significativa na Administração Pública e em Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, conforme Tabela 18. Nos demais setores econômicos, apenas alguns municípios apresentaram indicador significativo, como Miranda no Extrativo mineral, Laguna Carapã e Coronel Sapucaia na Construção civil e Sete Quedas, Coronel Sapucaia e Miranda em Comércio. Ressalta, portanto, a baixa relevância do setor industrial nos municípios deste grupo.

Tabela 18 - Quociente Locacional dos municípios periféricos de MS conforme IBGE Setor - 2024

Município	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
Nioaque	0,00	0,06	0,35	0,62	0,75	0,25	2,59	2,71
Laguna Carapã	0,00	0,02	0,00	1,25	0,66	0,15	1,38	4,84
Pedro Gomes	0,00	0,12	0,46	0,42	0,97	0,23	1,53	3,97
Rio Negro	0,00	0,11	0,57	0,84	0,97	0,36	1,30	3,80
Sete Quedas	0,00	0,74	0,83	0,56	1,22	0,50	1,58	1,78
Coronel Sapucaia	0,00	0,28	0,09	1,07	1,15	0,29	2,68	1,35
Miranda	5,66	0,23	0,17	0,60	1,12	0,66	1,12	2,62
Porto Murtinho	0,06	0,05	0,17	0,14	0,42	0,26	1,42	5,17
Tacuru	0,00	0,02	0,00	0,27	0,67	0,33	2,09	3,53
Japorã	0,00	0,17	0,00	0,18	0,26	0,38	3,98	1,07
Paranhos	0,00	0,11	0,42	0,08	0,86	0,43	2,63	2,00

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2024).

No mapeamento de grandes estabelecimentos nos municípios periféricos foram identificados apenas 5 estabelecimentos de 500 a 999 vínculos, sendo todos do setor de Serviços (Tabela 19). Da mesma forma que identificado nos municípios intermediários, os maiores estabelecimentos dos municípios periféricos eram instituições de Administração do Estado (prefeituras). Dessa forma, fica evidente a falta de interesse do capital na instalação de grandes empreendimentos nos municípios que apresentam pouca ou nenhuma dinâmica econômica e sinalização de viabilidade.

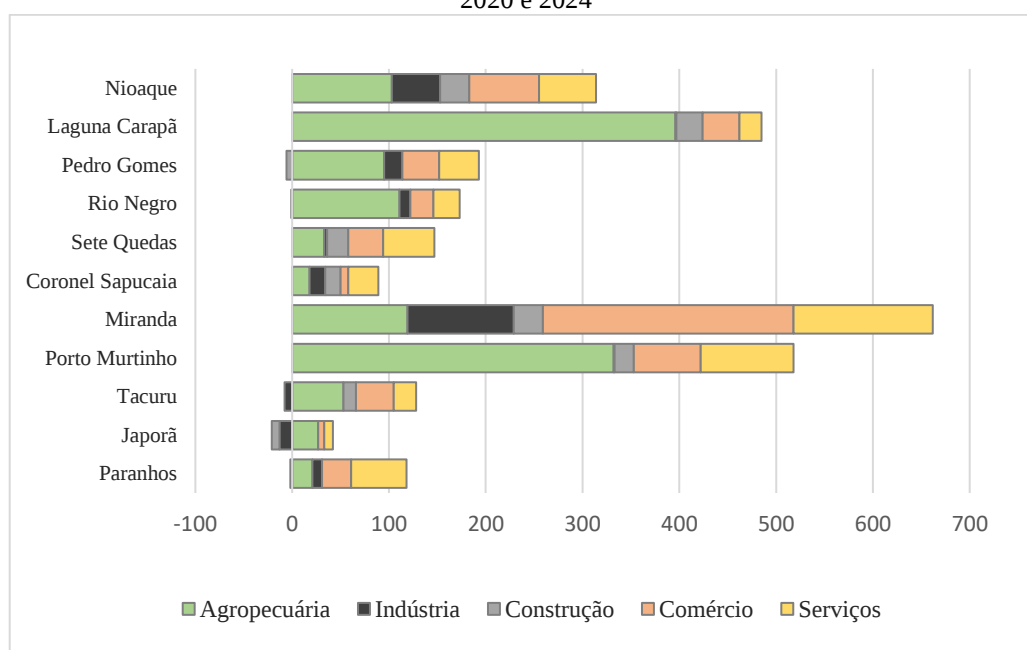
Tabela 19 - Quantidade de grandes estabelecimentos conforme setor econômico dos municípios periféricos de Mato Grosso do Sul - 2021

Setor econômico (IBGE Gr Setor)	Estabelecimentos de 500 a 999 vínculos		Estabelecimentos de 1.000 vínculos ou mais	
	Quantidade	Participação percentual com relação à quantidade em MS	Quantidade	Participação percentual com relação à quantidade em MS
Indústria	0	0,0%	0	0,0%
Construção Civil	0	0,0%	0	0,0%
Comércio	0	-	0	-
Serviços	5	8,1%	0	0,0%
Agropecuária	0	0,0%	0	0,0%
Total	5	5,4%	0	0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da RAIS (2021).

O Gráfico 44 apresenta a baixa dinamicidade no mercado de trabalho dos municípios periféricos. Enquanto nos municípios dinâmicos a média de saldo de emprego entre 2020 e 2024 foi de 3,3 mil e nos intermediários foi de 893, nos municípios periféricos o saldo médio no período ficou em 257. Os municípios de Laguna Carapã, Miranda e Porto Murtinho apresentaram os saldos mais elevados do grupo, mas são valores que na média equivalem a aproximadamente 100 empregos por ano.

Gráfico 44 - Saldo de empregos formais nos municípios periféricos por setores econômicos - acumulado entre 2020 e 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados de Caged (2025).

Com relação às remunerações das pessoas dos municípios periféricos, é possível identificar que neles a quantidade relativa de pessoas que recebiam até 2 salários mínimos foi muito superior ao constatado nos demais grupos (Tabela 20). A proporção média dos municípios periféricos ficou em 73,8%, visto que alguns superaram a taxa de 80%, como Coronel Sapucaia e Miranda. Por outro lado, os percentuais de pessoas que receberam acima de 5 salários mínimos em 2022 foram muito baixos, o que resultou em elevadas razões entre as proporções de pessoas que receberam até 2 salários mínimos e as que receberam acima de 5 salários mínimos, a exemplo dos indicadores dos municípios de Japorã (41,44), Coronel Sapucaia (40,98) e Tacuru (34,78), o que sugerem estruturas de empregos de baixas qualificações e baixos rendimentos juntamente com elevada desigualdade.

Tabela 20 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência conforme classes de rendimento de todos os trabalhos (em salários mínimos) e razão até 2SM/acima de 5 SM dos municípios periféricos - 2022

Localidade	Até 2 salários mínimos (em %)	Acima de 5 salários mínimos (em %)	Razão até 2 SM /acima de 5 SM
Mato Grosso do Sul	64,21	7,76	8,27
Coronel Sapucaia	80,33	1,96	40,98
Japorã	78,74	1,90	41,44
Laguna Carapã	69,82	4,63	15,08
Miranda	80,45	2,83	28,43
Nioaque	69,43	3,22	21,56
Paranhos	77,30	3,18	24,31
Pedro Gomes	69,63	3,79	18,37
Porto Murtinho	71,07	3,38	21,03
Rio Negro	68,26	4,42	15,44
Sete Quedas	71,47	6,82	10,48
Tacuru	75,12	2,16	34,78

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do Censo Demográfico 2022, IBGE (2025c).

Em resumo, os municípios periféricos de Mato Grosso do Sul evidenciam a face mais frágil e vulnerável da estrutura territorial do estado. Marcados pela baixa diversificação produtiva, forte dependência da agropecuária e, sobretudo, da administração pública, esses municípios apresentaram reduzida capacidade de geração de empregos e de atração de investimentos, o que limita suas possibilidades de dinamização econômica. Do ponto de vista social, essa fragilidade se expressa na predominância de ocupações de baixa remuneração e na intensificação das desigualdades, evidenciando que esses espaços permanecem à margem dos circuitos mais dinâmicos da economia. Assim, os municípios periféricos não apenas refletem, mas também reproduzem a lógica do desenvolvimento geográfico desigual, ocupando posições periféricas na divisão territorial do trabalho e evidenciando o caráter seletivo e excludente do processo de acumulação capitalista no estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, o processo de desenvolvimento recente em Mato Grosso do Sul pode ser entendido como resultado da dinâmica capitalista que produz ativamente desigualdades espaciais. O rápido crescimento econômico constatado na última década, superior à taxa de crescimento nacional, contrasta um estado produtor de bens agrícolas com a inserção de novas plantas industriais que prometem investimentos bilionários e transformações em regiões pouco dinâmicas.

Portanto, deve-se entender que o processo de acumulação é parte de um todo. Mato Grosso do Sul foi inserido, assim como o Brasil a partir da década de 1990, seguindo os dogmas das teorias ortodoxas, numa divisão internacional do trabalho na qual deveria se especializar na produção de bens com vantagens comparativas. Em outras palavras, deveria concentrar seus esforços e recursos naquilo que melhor produz (produtos primários) em troca da importação de produtos com maior valor agregado de países estrangeiros. Os frutos disso se refletiram na paisagem. Em consequência disso, observa-se grandes plantações de cereais destinados à exportação, silos de armazenamento, vastas pastagens para criação de gado de corte, grandes áreas de canaviais para produção de álcool e açúcar e imensas florestas plantadas para as recentes unidades industriais da celulose. Nos tornamos reféns da demanda externa para a produção da agropecuária de exportação, assim como Ribeiro (2015) afirmou sobre o Brasil, formado para atender aos reclames alheios, no qual sacrificamos o sangue do brasileiro para adoçar a boca do estrangeiro, continuamos produzindo cereais e outras *commodities* para exportação, enquanto isso, importamos produtos industrializados do exterior.

Reconhece-se, portanto, que se trata de um sistema capitalista de produção cujo objetivo final do capital é a reprodução e a acumulação. Para as elites econômicas, donas dos meios de produção, que herdaram um território completo (econômica e politicamente) em 1977, é indiferente qual seja o setor produtivo dominante, pois o que realmente importa é que se cumpra o papel na produção e na realização de lucros. Como o objeto de análise é um estado em que a classe agrária sempre desempenhou papel de liderança política e econômica, a manutenção e o crescimento do setor primário fazem total sentido do ponto de vista de seu próprio retorno econômico e financeiro. Coexistem nesse mesmo território resquícios do atrasado e a pujança do novo. É a presença da agricultura de subsistência em uma região e as grandes propriedades primário exportadoras em outra. A falta de dinamicidade econômica de setores pouco produtivos e o crescimento impulsionado pela instalação de fábricas gigantescas.

Bons indicadores econômicos foram identificados, destacando elevadas taxas de crescimento econômico, baixos índices de desemprego, aumento de exportações, entre outras, entretanto, constatamos que essa evolução ocorreu baseada na manutenção ou fortalecimento do *status quo*. A atividade econômica do estado está estruturada basicamente nas produções de soja, de milho, de carne e de celulose. São atividades que, embora em algumas delas existam algum nível de industrialização, exercem baixos efeitos de encadeamento para frente e para trás sobre outros setores econômicos, conforme destacado por Carvalho e Gala (2020). São setores que não oferecem bons empregos, que não demandam alta qualificação e que oferecem baixas remunerações. Geralmente, concentram bons salários a uma pequena elite, que no caso de Mato Grosso do Sul, não representava mais do que 8% dos empregados (empregados que receberam acima de 5 salários mínimos em 2022).

Dessa forma, durante o período de rápido crescimento econômico pelo qual Mato Grosso do Sul percorreu na última década, constata-se que o pleno desenvolvimento social e econômico ainda não foi alcançado. Porém, os indicadores pesquisados revelam que foi iniciado e está em curso um processo de desenvolvimento marcado por grandes contradições e desigualdades. Atualmente, este processo se aproximou mais ao de modernização, com aumento da renda resultante da especialização via realocação de recursos considerando um sistema de divisão internacional do trabalho, conforme Furtado (2024), com avanços em algumas dimensões do desenvolvimento e fragilidades em outras.

O processo de desenvolvimento pleno de Mato Grosso do Sul só será possível quando toda a população puder colher os frutos dos avanços sociais que possibilitem melhores condições de vida (renda, emprego, saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura, segurança, redução da pobreza e desigualdade etc), atrelado ao processo de reestruturação econômica no qual os benefícios do aumento de renda não sejam capturados exclusivamente por uma elite econômica que colhe hoje os frutos da herança histórica da formação e ocupação do território.

Neste mundo contemporâneo da revolução digital em marcha (Dowbor, 2022), a produção de bens complexos que viabilizem o real desenvolvimento depende do interesse do capital em se fixar e imobilizar recursos produtivo para tal, o que, por conseguinte, possibilitará o fortalecimento de infraestrutura e de serviços básicos que permitam à população se estabelecer na região. A expansão do capital para as regiões se dá mediante a oferta de taxas de lucros atrativas. Se há a possibilidade de movimentação sem perdas significativas de desvalorização, o capital se instalará em troca de uma rentabilidade. Tudo isso para cumprir com sua dinâmica de acumulação pela acumulação (Harvey, 2013).

No Mato Grosso do Sul, algumas regiões despontaram como locais mais atrativos ao capital, geralmente nos maiores municípios, onde encontraram condições mínimas de atratividade. Mais recentemente, novas formas de capital se fixaram em regiões antes pouco desenvolvidas, transformando a infraestrutura, a economia, o mercado de trabalho, os indicadores sociais, etc. Também foi possível identificar regiões estagnadas, dependentes de algum tipo de agricultura de subsistência ou simplesmente da atividade pública para manutenção do município. Entretanto, como já salientado, o capital é dinâmico, e nada impede que essa região hoje periférica se transforme em ponto atrativo ao capital, da mesma forma que o centro econômico pujante hoje se transforme na próxima região estagnada no futuro, fenômeno que Smith (1988) chamou de vaivém do capital.

O mapeamento do nível de desenvolvimento na escala local (municípios) identificou que o processo de desenvolvimento ocorreu de forma desigual no território. A partir da foto retratada pelo indicador IDGM, encontram-se municípios bem-sucedidos, com alta dinamicidade econômica e elevados níveis de indicadores sociais de um lado e municípios atrasados economicamente e com baixos níveis de desenvolvimento de outro, reflexo e produto do processo de desenvolvimento geográfico desigual, conforme destacado por Theis (2009).

Dos 79 municípios do estado, apenas o município de Campo Grande foi classificado como fortemente dinâmico. Como capital do estado, concentra em si representações das principais instituições regionais e nacionais, além de ser o principal (em muitos casos o único) município capaz de ofertar os diversos tipos de produtos e serviços que apenas os grandes centros mais dinâmicos são capazes. Exerce forte influência sobre os demais municípios do estado, tanto econômica quanto politicamente, e oferece bons níveis qualidade de vida e de desenvolvimento humano à população.

Como dinâmicos, foram contabilizados 12 municípios, espalhados por quase todas as regiões geográficas do estado, sendo municípios mais populosos e com elevados PIBs *per capita*. Os municípios dinâmicos são caracterizados pela alta dinamicidade econômica e significativa geração de empregos, fatores determinantes para a atração populacional que buscam melhores condições de vida. Outras duas características que merecem destaque: foram os municípios com alta concentração de grandes estabelecimentos e possuíam estrutura produtiva mais diversificada. Conforme os dados comparados, os municípios dinâmicos foram capazes de atrair capitais, que instalaram as maiores unidades produtivas do estado, principalmente nas agroindústrias de processamento de carne, de biocombustíveis e de papel e celulose. A inserção deste tipo de capital possibilitou a maior participação da Indústria no PIB

desses municípios, o que viabilizou uma estrutura produtiva mais diversificada do que as convencionais economias baseadas somente na agropecuária.

No grupo de municípios intermediários, foram identificados 55 municípios, equivalente a 70% dos municípios do estado. Por ser o grupo onde os indicadores IDGM estavam mais próximos à mediana, encontramos neste grupo municípios próximos de dois extremos: no topo os que se aproximavam mais das características dos municípios dinâmicos e na base municípios que se aproximavam mais dos indicadores dos periféricos. Mais próximos do topo e com sinais de alta dinamicidade, municípios do chamado Vale da Celulose, ganham projeção estadual e nacional, com o estabelecimento das vultosas fábricas de papel e celulose. No lado oposto, identificados casos semelhantes aos dos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Douradina, com economias estruturadas basicamente sobre a Agropecuária e os Serviços, a baixa geração de empregos e a manutenção de grande parcela da população com baixas remunerações é o padrão.

No grupo dos municípios periféricos, foram identificados 11 municípios com a maior parte na Região Geográfica Imediata de Amambai (localizados no extremo sul do estado). Esses municípios retratam as condições mais vulneráveis possíveis: são pequenos municípios que não desempenham influência territorial além de seus limites. As economias apresentam baixa relevância no âmbito estadual, além de estarem apoiadas na Agropecuária e nos Serviços. São regiões que não conseguiram atrair capitais. Nesses municípios quase não são criados novos empregos e, quando surgem, geralmente são de baixas remuneração e qualificação. Temos, portanto, um ambiente com elevados índices de pobreza, desigualdade de renda e vulnerabilidade social. A menos que os capitais enxerguem alguma possibilidade de rentabilidade nesses municípios e lá se instalem, a trajetória dessas regiões é a manutenção da estagnação.

Na fotografia atual, os municípios dinâmicos ainda são os grandes ganhadores do jogo do capital, pois permitem avanços econômicos e sociais à medida que o capital instalado exige a transformação do ambiente para viabilidade do seu ciclo de realização. Entretanto, no filme do desenvolvimento, os movimentos de capitais por novos espaços também impulsionam novos atores. Municípios anteriormente em posições intermediárias ou periféricas, despontam como alternativa de investimentos produtivos e possibilitam a chance da guinada dos níveis de desenvolvimento. As transformações que o capitalismo produz fazem parte da lógica voltada ao interesse do capital, no qual se “[...] esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo” (Harvey, 2005, p. 148).

Esse processo de desenvolvimento, seguido por Mato Grosso do Sul, não liberta das amarradas do atraso socioeconômico. Ao contrário, ao seguir a divisão internacional do trabalho, na qual está inserido desde o início, mantém como meros produtores de bens primários, com a economia de baixa complexidade e uma sociedade geograficamente desigual, embora aptos a servir de mercado consumidor de bens industriais importados e manter a mesma estrutura benevolente às privilegiadas elites econômicas.

Assim como nos versos de Zé Ramalho, que compõem a epígrafe deste trabalho, cabe a reflexão se essa estrutura econômica e social vigente já começou a sentir os sinais de esgotamento ou se o seu fortalecimento ainda não atingiu o ponto máximo da curva. E mais, nesta sociedade cuja exploração aparentemente é recebida passivamente, sofreremos o condicionamento que nos moldam para atender aos interesses estranhos (internos e externos), assim como em Admirável Mundo Novo? E quais são os possíveis canais de controle? Esses são temas que apenas um ramo da ciência é incapaz de cobrir toda a sua complexidade cuja interdisciplinaridade pode contribuir de forma mais abrangente e efetiva na identificação de respostas, sugestões para possíveis pesquisas de um futuro incerto.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e...noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, jul./dez., 2017, p. 75-111. Disponível em: . Acesso em: 07 maio 2025.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 16 mai. 2025.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. **A companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)**. 1994. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 1994.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educação Matemática Pesquisa: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados Em Educação Matemática**, São Paulo, v.10, n.1, p.137-150, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/1647> Acesso em: 09 abr. 2024.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luiz Felipe L.; REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**, volume 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. 2009. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009a
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado**, volume 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. 2009. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009b
- BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, MS, v. 11, n. 22, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/7955>. Acesso em: 26 mai. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **FGV EESP – Textos para Discussão**, n. 157, dez. 2006, p. 1-24. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2a478201-dc81-42d8-9edb-dee64e5d81c6>. Acesso em: 04 maio 2025.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: Estatísticas mensais do emprego formal**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2026/fevereiro/pagina-inicial>. Acesso em: 30 nov. 2025.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>

CARDIM DE CARVALHO, Fernando. A economia keynesiana e a moeda na economia moderna. In: CROCCO, Marco & GONZAGA, Frederico (Org.). **Moeda território: uma interpretação dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 29-38.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. 1. ed. Jundiaí – SP: Paco, 2018.

CARVALHO, André Roncaglia de; GALA, Paulo. **Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso**. 1. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COMEX STAT. Base de Dados: dados gerais e por municípios. 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 26 dez. 2025.

CONSTANTINO, Michel; PEGORARE, Alexander Bruno; COSTA, Reginaldo Brito da. Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. **Interações**, Campo Grande, MS, v.17, n.2, p-234-246, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/6VFsq3XbC4vVFqCdhfNwwLv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no estado do Paraná**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR, 2013.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **A irracionalidade do desenvolvimento no capitalismo: acumulação, desigualdade e crise**. 1.ed. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana**. São Paulo: Elefante, 2022.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. 1.ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

HOFFMANN, Rodolfo. Medidas de Tendência Central. In: HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2015, p.31-45.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**: 2017/IBGE. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 28 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475>. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de contas regionais**: PIB pela ótica da produção (2010-2022) – especiais. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=41862>. Acesso em: 27 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema de contas regionais**: PIB pela ótica da produção (2010-2023) – especiais. 2025a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=45139&t=resultados>. Acesso em: 25 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 22 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2025c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 14 dez. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Tabela 8191. 2025d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/8191>. Acesso em: 14 ago. 2025.

IPEADATA. Base de Dados Sociais. 2025. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 14 ago. 2025

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: Inflação e deflação. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, fev. 2007, p. 7-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100002>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LIMA, Jandir Ferrera de. **Economia territorial**: teoria e indicadores. - Campina Grande: EDUEPB, 2022.

LIMA, Jandir Ferrera de; PIFFER, Moacir; OSTAPECHEN, Leandra Aparecida Perego. O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, MS, v.17, n.4, p-757-766, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/WgTXXCsxkYxHMDGGDPQXQdq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LINHARES, Maria Yedda (Org). **História geral do Brasil**. 9. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MACHADO, Andréia de Arruda. **Mato Grosso do Sul e sua história**: em perspectiva o período divisionista (1977-1998). 2020 (Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai - MS, 2020).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Enzo Barberio. **Progresso e Desenvolvimento Humano**: teorias e indicadores de riqueza, qualidade de vida, felicidade e desigualdade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: https://revistas.usp.br/ep/pt_BR/issue/view/2125. Acesso em: 12 jun. 2024.

MINSKY, Hyman P. **Estabilizando uma economia instável**. 2. ed. Osasco-SP: Novo Século Editora, 2013.

MISSIO, Fabricio José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 601-632, jul.-set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/p3tdZYfVzwyjL8rgWwK69qr/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MOREIRA, Danilo Leite. Dos espaços "vazios" ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. **Revista Pitágoras**, v. 3, 2012. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20170602113823.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2025.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8ª ed. – rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 15 ago. 2025

OLIVEIRA, Benícia Couto de. Desdobramentos da Marcha para Oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso. In: OLIVEIRA, Benícia Couto de (Org.). **Histórias que (re)contam história**: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2013a, p. 13-28.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Política econômica, estagnação e crise mundial**: Brasil, 1980-2010. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, maio/ago, 2002, p. 37-48. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PREBISCH, Raúl. **Keynes, uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais – MTE. 2021. Disponível em: <https://bi.trabalho.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 22 jan. 2026.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais – MTE. 2024. Disponível em: <https://bi.trabalho.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 07 abr. 2026.

RAMOS, Marília Patta Ramos. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 55–65, 2013. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n1p55. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16807>. Acesso em: 12 jun. 2024.

REGIC. **Regiões de influência das cidades**: 2018/IBGE. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

RENZI, Adriano; LIMA, Jandir Ferreira de; PIACENTI, Carlos Alberto. Apontamentos sobre o desenvolvimento humano municipal no Estado de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, MS, v.22, n.2, p-349-368, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/s86d4pmBmSpmc6wXb4Y3Kqg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. 2. ed. São Paulo: Global, 2015.

SCHACHT, Hjalmar. **Setenta e seis anos de minha vida**: a autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SEEG. **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa**. 2026. Disponível em: <https://seeg.eco.br/dados/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

SEMADESC. Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **PIB - Produto Interno Bruto Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEMADESC, 2022. Disponível em: <https://www.semalesc.ms.gov.br/indicadores/contas-regionais-relatorios-do-pib/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SEMADESC. Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2025**. Campo Grande: SEMADESC, 2025. Disponível em: <https://www.semalesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/03/Perfil-Estatistico-de-Mato-Grosso-do-Sul-2025.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2025.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 27-50.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 4, dez. 2006, p. 1-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000400011>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAE**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324>. Acesso em: .

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, artigo 6, Rio de Janeiro, set. 2012, p. 569-583. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>. Acesso em: 30 set. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Valores das variáveis utilizadas para o IDGM

Município	IC*	RE	IFDM	TP**	CG
Água Clara	Centro Local	0,84%	0,7296	6,00%	2,19%
Alcinópolis	Centro Local	0,21%	0,6976	4,67%	-0,06%
Amambai	Centro de Zona A	1,32%	0,5948	20,69%	1,04%
Anastácio	Centro sub-regional B	0,43%	0,6086	14,29%	0,13%
Anaurilândia	Centro Local	0,34%	0,7197	14,67%	-0,86%
Angélica	Centro Local	0,67%	0,6221	7,29%	1,30%
Antônio João	Centro Local	0,46%	0,6242	25,93%	1,05%
Aparecida do Taboado	Centro Local	1,19%	0,7244	6,02%	1,81%
Aquidauana	Centro sub-regional B	0,78%	0,6211	17,36%	0,23%
Aral Moreira	Centro Local	0,73%	0,6183	26,82%	0,40%
Bandeirantes	Centro Local	0,54%	0,6584	10,56%	1,08%
Bataguassu	Centro de Zona B	1,00%	0,7995	8,09%	1,25%
Batayporã	Centro Local	0,43%	0,7264	12,99%	-0,17%
Bela Vista	Centro de Zona B	0,64%	0,6243	18,26%	-0,59%
Bodoquena	Centro Local	0,21%	0,5903	17,61%	0,50%
Bonito	Centro Local	0,86%	0,6973	8,74%	1,58%
Brasilândia	Centro Local	0,63%	0,6831	5,47%	-0,18%
Caarapó	Centro Local	1,38%	0,6817	18,24%	1,45%
Camapuã	Centro Local	0,47%	0,6948	6,96%	-0,03%
Campo Grande	Capital Regional A	22,92%	0,8101	4,59%	1,11%
Caracol	Centro Local	0,14%	0,6103	15,78%	-0,58%
Cassilândia	Centro de Zona B	0,57%	0,7053	3,87%	0,01%
Chapadão do Sul	Centro de Zona B	1,81%	0,7805	3,17%	4,25%
Corguinho	Centro Local	0,09%	0,6178	12,48%	-0,14%
Coronel Sapucaia	Centro Local	0,21%	0,4523	35,06%	0,13%
Corumbá	Centro sub-regional B	2,27%	0,649	16,11%	-0,62%
Costa Rica	Centro Local	1,81%	0,767	5,45%	3,36%
Coxim	Centro Sub-regional B	0,76%	0,68	8,47%	0,06%
Deodópolis	Centro Local	0,39%	0,6704	7,79%	0,99%
Dois Irmãos do Buriti	Centro Local	0,25%	0,5589	29,35%	0,53%
Douradina	Centro Local	0,14%	0,5384	19,72%	0,35%
Dourados	Capital Regional C	10,99%	0,7683	5,96%	1,84%
Eldorado	Centro Local	0,38%	0,6335	12,39%	-0,22%
Fátima do Sul	Centro Local	0,42%	0,691	7,62%	0,68%
Figueirão	Centro Local	0,10%	0,7224	7,59%	1,59%
Glória de Dourados	Centro Local	0,24%	0,5752	6,95%	0,42%
Guia Lopes da Laguna	Centro sub-regional B	0,26%	0,6072	19,15%	-0,35%
Iguatemi	Centro Local	0,52%	0,6342	13,89%	-0,62%
Inocência	Centro Local	0,51%	0,7416	6,70%	0,76%

Itaporã	Centro Local	0,83%	0,6864	22,50%	1,00%
Itaquiraí	Centro Local	0,84%	0,6663	20,48%	0,36%
Ivinhema	Centro Local	1,09%	0,7047	7,72%	1,84%
Japorã	Centro Local	0,13%	0,3145	56,46%	0,44%
Jaraguari	Centro Local	0,39%	0,6846	13,49%	0,99%
Jardim	Centro sub-regional B	0,61%	0,6686	11,42%	-0,12%
Jateí	Centro Local	0,40%	0,7063	11,07%	-0,93%
Juti	Centro Local	0,28%	0,4879	22,95%	1,11%
Ladário	Centro sub-regional B	0,23%	0,5893	17,13%	0,78%
Laguna Carapã	Centro Local	0,68%	0,5737	21,84%	0,39%
Maracaju	Centro Local	3,21%	0,7262	7,82%	1,52%
Miranda	Centro Local	0,42%	0,5288	25,34%	-0,02%
Mundo Novo	Centro de Zona A	0,55%	0,6614	10,20%	0,99%
Naviraí	Centro Sub-regional B	1,99%	0,7361	6,88%	0,70%
Nioaque	Centro Local	0,34%	0,6039	27,53%	-0,65%
Nova Alvorada do Sul	Centro Local	1,41%	0,6999	7,44%	2,38%
Nova Andradina	Centro Sub-regional B	1,94%	0,7932	8,27%	0,53%
Novo Horizonte do Sul	Centro Local	0,24%	0,6694	11,49%	-0,38%
Paraíso das Águas	Centro Local	0,75%	0,7427	5,45%	1,61%
Paranaíba	Centro Sub-regional B	1,09%	0,6794	5,67%	0,16%
Paranhos	Centro Local	0,20%	0,3823	52,84%	0,38%
Pedro Gomes	Centro Local	0,25%	0,5661	12,72%	-1,20%
Ponta Porã	Centro Sub-regional B	3,29%	0,6167	16,69%	1,40%
Porto Murtinho	Centro Local	0,31%	0,5126	22,79%	-1,43%
Ribas do Rio Pardo	Centro Local	1,82%	0,6924	9,84%	0,84%
Rio Brillhante	Centro de Zona A	2,08%	0,7217	9,26%	1,71%
Rio Negro	Centro Local	0,09%	0,5914	12,40%	-0,40%
Rio Verde de Mato Grosso	Centro Local	0,50%	0,6297	8,70%	0,32%
Rochedo	Centro Local	0,19%	0,6839	10,99%	1,10%
Santa Rita do Pardo	Centro Local	0,35%	0,6195	11,13%	-0,27%
São Gabriel do Oeste	Centro de Zona A	1,56%	0,7662	4,91%	2,43%
Selvária	Centro Local	0,27%	0,6486	12,62%	2,18%
Sete Quedas	Centro Local	1,46%	0,568	22,79%	0,16%
Sidrolândia	Centro Local	2,22%	0,6592	17,19%	0,94%
Sonora	Centro Local	0,81%	0,7122	8,35%	-0,18%
Tacuru	Centro Local	0,21%	0,3944	34,36%	0,47%
Taquarussu	Centro Local	0,12%	0,652	13,88%	0,24%
Terenos	Centro Local	0,73%	0,7009	17,75%	0,23%
Três Lagoas	Centro Sub-regional A	8,01%	0,7955	4,85%	2,20%
Vicentina	Centro Local	0,21%	0,6896	7,56%	0,55%

Obs.: * Os municípios pertencentes a arranjos populacionais receberam a mesma classificação e pontuação.

** O município de Paraíso das Águas recebeu a mesma taxa de Costa Rica.

APÊNDICE B – Classificação dos municípios de Mato Grosso do Sul conforme IDGM

Município	IDGM	Tipo
Campo Grande	8,8	Fortemente dinâmico
Dourados	7,2	Dinâmico
Três Lagoas	7	Dinâmico
Chapadão do Sul	6	Dinâmico
Rio Brillhante	5,8	Dinâmico
São Gabriel do Oeste	5,8	Dinâmico
Costa Rica	5,6	Dinâmico
Ponta Porã	5,6	Dinâmico
Bataguassu	5,2	Dinâmico
Maracaju	5,2	Dinâmico
Naviraí	5,2	Dinâmico
Nova Alvorada do Sul	5,2	Dinâmico
Nova Andradina	5,2	Dinâmico
Água Clara	4,8	Intermediário
Aparecida do Taboado	4,8	Intermediário
Ivinhema	4,8	Intermediário
Paranaíba	4,8	Intermediário
Selvíria	4,8	Intermediário
Angélica	4,4	Intermediário
Bonito	4,4	Intermediário
Caarapó	4,4	Intermediário
Corumbá	4,4	Intermediário
Coxim	4,4	Intermediário
Figueirão	4,4	Intermediário
Paraíso das Águas	4,4	Intermediário
Ribas do Rio Pardo	4,4	Intermediário
Sidrolândia	4,4	Intermediário
Mundo Novo	4,2	Intermediário
Amambai	4	Intermediário
Anastácio	4	Intermediário
Aquidauana	4	Intermediário
Bandeirantes	4	Intermediário
Cassilândia	4	Intermediário
Deodápolis	4	Intermediário
Fátima do Sul	4	Intermediário
Inocência	4	Intermediário
Rochedo	4	Intermediário
Vicentina	4	Intermediário
Ladário	3,8	Intermediário
Antônio João	3,6	Intermediário
Guia Lopes da Laguna	3,6	Intermediário
Itaporã	3,6	Intermediário

Jaraguari	3,6	Intermediário
Jardim	3,6	Intermediário
Rio Verde de Mato Grosso	3,6	Intermediário
Alcinópolis	3,2	Intermediário
Bela Vista	3,2	Intermediário
Brasilândia	3,2	Intermediário
Camapuã	3,2	Intermediário
Sonora	3,2	Intermediário
Taquarussu	3,2	Intermediário
Terenos	3,2	Intermediário
Bodoquena	3	Intermediário
Glória de Dourados	3	Intermediário
Juti	3	Intermediário
Anaurilândia	2,8	Intermediário
Aral Moreira	2,8	Intermediário
Batayporã	2,8	Intermediário
Caracol	2,8	Intermediário
Corguinho	2,8	Intermediário
Eldorado	2,8	Intermediário
Iguatemi	2,8	Intermediário
Itaquiraí	2,8	Intermediário
Jateí	2,8	Intermediário
Novo Horizonte do Sul	2,8	Intermediário
Santa Rita do Pardo	2,8	Intermediário
Dois Irmãos do Buriti	2,6	Intermediário
Douradina	2,6	Intermediário
Nioaque	2,4	Periférico
Laguna Carapã	2,2	Periférico
Pedro Gomes	2,2	Periférico
Rio Negro	2,2	Periférico
Sete Quedas	2,2	Periférico
Coronel Sapucaia	1,8	Periférico
Miranda	1,8	Periférico
Porto Murtinho	1,8	Periférico
Tacuru	1,2	Periférico
Japorã	0,4	Periférico
Paranhos	0,4	Periférico